



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/121301-PMT
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3.2024-00008-PMT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, LOCALIZADA SITO NOS RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, ZONA RURAL DE TRACUATEUA/PA, DE ACORDO COM O CONTRATO REPASSE COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA, conforme detalhado no Projeto Básico e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.942.288,63 (Um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA 29/01/2025 ÀS 10 H (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO



EDITAL

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3.2024-00008-PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/121301-PMT**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Tracuateua/PA, através da Secretaria Municipal de Planejamento, por meio do Departamento de Licitação, sediado na Av. Mário Nogueira de Sousa, s/nº, Antiga Embrapa, CEP: 68.547-000, Município de Tracuateua/PA, realizará licitação, para registro de preços na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei nº 14.770 de 2023 do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DADOS INICIAIS:

1.1. A Sessão Pública será realizada de acordo com o seguinte cronograma:

Data de Abertura: 29/01/2025

Hora: 10:00 hs (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

Modo de Disputa: ABERTO

Local: (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>)

1.2. Para participar deste certame as empresas devem acessar o sítio do Compras Públicas no endereço já descrito neste edital,

1.3. Caso ocorra imprevistos como feriados, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data prevista, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova convocação.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa para execução de obras e serviços de engenharia, menor preço por empreitada global, para adequação de estradas vicinais no Município de Tracuateua, localizada sítio nos ramais do Cigano, Torres, Goiaval, Santa Maria e Ferreira, Zona Rural de Tracuateua/Pa, de acordo com o Contrato Repasse com a Caixa Econômica Federal Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA, conforme detalhado no Projeto Básico e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada pelo critério de menor preço, em regime de empreitada global.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de compras públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior a data prevista para recebimento das propostas;

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão



ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que



se referem os itens 2.6.2 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

3.12. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas de lances e de julgamento;

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração, relativa ao cumprimento de qualquer condição, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

6.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando-a, desde logo, aquelas que contenham vícios insanáveis, as que não obedecerem as especificações técnicas preconizadas no edital, apresentem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração, ou ainda apresentarem desconformidade com qualquer outras exigências do edital, desde que insanáveis, conforme os incisos I; II; III; IV e V do art. 59 da Lei 14.133/2021;

6.3. Assim como será desclassificada a proposta que identifique o licitante;



- 6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes;
- 6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 6.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço global;
- 6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais);
- 6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
- 6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado;
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e



quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, [art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, [art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, [art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2.1. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o



licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pela Secretaria de Planejamento, pelo telefone:, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.2. Dos Sócios: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a



filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e;

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente ou do item pertinente.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. (no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA) e (Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU)

8.27. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação:

8.28.1. Para o (Engenheiro Civil): A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia CREA, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

8.28.2 Para o (Arquiteto e Urbanista): A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU-BR, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.



8.29. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30.3. Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

8.31. Declaração atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do Município de Tracuateua/PA, sediada na Avenida Mário Nogueira de Sousa, S/Nº, Antiga Embrapa, CEP: 68.647-000.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do **art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022**.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereços eletrônicos: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, <https://www.tcm.pa.gov.br>, <https://tracuateua.pa.gov.br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. Projeto Básico - ANEXO I
- 13.11.2. Estudo Técnico Preliminar - ANEXO II
- 13.11.3. Minuta de Termo de Contrato - ANEXO III

Tracuateua/PA, 10 de janeiro de 2025.

Marivaldo de Nazaré Palheta da Silva
Responsável pela elaboração do Edital



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO - I

PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



**PROJETO BÁSICO – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, NO ESTADO DO
PARÁ**

CONTRATO DE REPASSE Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA

End: RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, TODOS
LOCALIZADOS EM MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA/PA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



1. INTRODUÇÃO

A presente especificação se refere à execução das obras e serviços correspondentes à **OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**, que escoam a produção agropecuária no Município de Tracuateua, compreendendo fornecimento de materiais, mão-de-obra conforme leis e encargos sociais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, impostos, licenças e taxas; bem como todas as despesas necessárias à completa execução da obra, pela CONTRATADA.

2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Este material define a sistemática a ser empregado na execução do referido objeto, aqui são apresentadas definições e quantitativos de serviços a serem executados pela empresa contratada e gerenciada por esta Prefeitura de Tracuateua, através do seu setor de fiscalização.

3 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL

3.1 – Administração local da Obra

Compreende os trabalhadores envolvidos no processo de gestão e gerenciamento da obra, bem como os funcionários relacionados ao suporte técnico para controle de qualidade dos materiais empregados na execução do objeto. Ainda, são consideradas as demais despesas administrativas para a total e completa administração da obra.

4-SERVIÇOS COMPLEMENTARES

4.1 – Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura em madeira

Fornecimento e instalação de duas unidades de placa da obra em chapa de aço galvanizada, com dimensões de 3,00 m x 1,50 m. deverá ser fornecida pela construtora que vai executar o serviço. Sendo que as identificações deverão ser definidas pela fiscalização. Serão colocadas no local indicado pela fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUETUA, constituídas de lona, fixadas em estrutura de madeira de lei, obedecendo ao modelo e dimensão fornecida pela concedente. As placas devem possuir formato retangular, nos tamanhos indicados em memória de calculo, observando-se a proporção horizontal. A altura deve ser dividida em partes iguais e a largura, em partes iguais. A arte da placa será disponibilizada por esta Prefeitura, ficando a cargo da empresa a responsabilidade de seguir o modelo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



indicado, assim que a empresa contratada receber a Ordem de serviço, deverá colocar as placas na obra.

4.2 – Aluguel de casa para alojamento de trabalhadores (C/ SALA, COZINHA, BANHEIROS, 3 QUARTOS).

A empresa contratada deverá alugar imóvel destinado ao alojamento dos trabalhadores, devem ser adequados para o repouso e proporcionar conforto e privacidade aos trabalhadores. O ambiente deve ser bem ventilado, com iluminação natural ou artificial suficiente, além de garantir a proteção contra agentes externos.

4.3 – Execução de escritório em canteiro de obra em chapa de madeira compensada.

Devera ser executado contemplando os seguintes serviços:

Fundação em baldrame: escavação, execução do lastro de concreto e da alvenaria de bloco de concreto, e reaterro da vala. Piso: execução do contrapiso em toda a edificação e calçada externa, Levantamento das paredes (em chapa de madeira compensada). Cobertura: instalação de trama de madeira, composta por terças para telhados de até duas águas, e assentamento de telhas de fibrocimento. Execução das instalação elétrica e Instalação das esquadrias.

4.4 – Mobilização

Mobilização compreende o efetivo deslocamento e instalação no local onde deverão ser realizados os serviços, de todo o pessoal técnico e de apoio, materiais e equipamentos necessários à execução dos mesmos. Para obra em questão a mobilização e desmobilização deverá ser feita através de um caminhão com carroceria $\frac{3}{4}$ ou similar para o transporte de insumos para a execução do presente projeto.

5 – TERRAPLENAGEM

5.1 – Limpeza mecanizada de camada vegetal de camada vegetal

Será efetuada na área lateral às vicinais, em toda sua extensão e em uma faixa previamente definida na memória de cálculo para cada lado. Para a execução dos serviços deverá estar prevista a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

5.2 – Limpeza de valeta de corte



A contratada deverá executar operação que consiste na remoção de pedras, entulhos e sedimentos que dificultem o escoamento das águas nas valetas e também na roçada da vegetação em torno destas, visando manter sua forma e declividade original.

5.3 – Escavação carga e transporte de material de 1ª. C. DMT 5000 M c/carreg.

Cortes configuram a retirada mecanizada de solos, cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem o corpo estradal. A escavação deverá ser realizada até o greide de terraplenagem indicado no projeto. Posteriormente o material removido deverá ser carregado e transportado até bota-fora conforme DMT indicada no projeto. A execução do serviço deverá seguir a especificação de serviço DNIT 106/2009 – ES. A liberação ambiental da área do bota-fora para este tipo de material e quaisquer ônus financeiros ficarão por conta da contratante.

Este é um serviço consiste na limpeza da camada de material inservível nas vicinais que serão trabalhadas e posteriormente pavimentadas com revestimento primário. Foi considerada para a limpeza espessura de 50 cm de camada inservível, caso necessário, será feito o acréscimo ou decréscimo dessa espessura, este serviço fica a critério da fiscalização observar e determinar a espessura que será adotada para a remoção.

A limpeza se fará com o auxílio de trator de esteiras e Pá carregadeira em toda a área da via, a área deverá ficar livre de tocos, raízes e galhos, de modo a permitir o desenvolvimento normal dos serviços. A qualidade e a segurança do serviço serão avaliadas pela Fiscalização, considerando a limpeza total da área trabalhada e do percurso no transporte e segurança na operação da carga, exigindo sinalização de advertência.

As operações de escavação e carga compreendem:

- a) Escavação e carga do material em áreas de corte até o greide de terraplenagem;
- b) Escavação e carga de material em áreas de corte situadas abaixo do greide de terraplenagem no caso em que o subleito é constituído por materiais impróprios, na espessura fixada em projeto ou pela fiscalização;
- c) Escavação e carga de material de degraus ou arrasamentos nos alargamentos de aterros existentes;
- d) Escavação e carga de material de degrau em terrenos de fundação fortemente inclinados;
- e) Escavação e carga de material, quando houver necessidade de remoção da camada vegetal, em profundidades superiores a 50 cm;
- f) Escavação e carga de materiais de área de empréstimos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



g) Escavação com equipamento convencional de terraplenagem, destinados à alteração de cursos d'água objetivando eliminar travessias ou posicioná-las de forma mais conveniente em relação ao traçado, o assim chamado corta rios.

Materiais de 1ª Categoria ou Materiais Inservíveis

Compreendem os solos em geral, de natureza residual ou sedimentar e seixos rolados ou não com diâmetro máximo de 0,15 cm.

Em geral todos os materiais são escavados por tratores escavo transportadores de pneus, empurrados por tratores esteiras de peso compatível ou por escavadeiras hidráulicas.

Sua escavação não exige o emprego de explosivo.

Equipamentos

A escavação em materiais de 1ª categoria ou inservíveis deverá utilizar: tratores de esteiras equipados com lâmina escavo transportador ou escavadores conjugados, caminhões basculantes, pás carregadeiras, motoniveladoras e escavadeiras hidráulicas, tratores para operação de push;

Para execução dos serviços de escavação deve-se utilizar para complementar os equipamentos destinados à manutenção de caminhos de serviços, áreas de trabalho e esgotamento das águas das cavas de remoção. Tais atividades devem ser previstas pela executante para otimização e garantia da qualidade dos trabalhos.

Execução

Todas as escavações devem ser executadas nas larguras e com a inclinação dos taludes indicados no projeto.

A operação de escavação deve ser precedida dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza. A escavação dos cortes deve obedecer aos elementos técnicos fornecidos pelo projeto de terraplenagem e nas notas de serviço. O desenvolvimento dos trabalhos deve otimizar a utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos. Apenas são transportados para constituição dos aterros, os materiais que pela classificação e caracterização efetuados nos cortes, sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de materiais escavados em cortes, para execução de camadas superficiais da plataforma, é recomendável o depósito dos referidos materiais em locais indicados pela fiscalização para sua oportuna utilização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



Em situações em que o nível de água situe-se acima da cota do greide de terraplenagem, os taludes apresentem teor de umidade elevado, é necessário que se execute a drenagem adequada, com a instalação de um sistema de drenos profundos ou drenos sub-horizontais. A quantidade, posicionamento, diâmetro e comprimentos destes drenos devem ser executados de acordo com o projeto.

Imediatamente após a conclusão da execução dos drenos, deve ser iniciada a execução do aterro de proteção de taludes de corte, utilizando-se solo superficial, argilo-arenoso, areno- argiloso laterizado ou aqueles indicados no projeto. Sempre que possível os materiais para proteção devem ser provenientes de cortes vizinhos ou de áreas de empréstimos indicados em projeto ou pela fiscalização.

Quando a escavação atingir o greide de terraplenagem, e os solos do subleito forem inadequados, isto é, constituídos por solos de expansão maior que 2%, possuírem baixa capacidade de suporte ou orgânicos, é necessário o rebaixamento do greide de terraplenagem na espessura estabelecida em projeto, ou de 60 cm no mínimo, ou a definida pela fiscalização, nos casos não previstos em projeto.

As espessuras e as características dos materiais constituintes das camadas de aterro, devem estar em conformidade com a especificação ET-DE-Q004, aterro e, com as determinações de projeto.

Os taludes ao final das escavações devem possuir a geometria indicada em projeto e superfície desempenada. Somente devem ser efetuadas alterações de inclinação caso novos dados geotécnicos justifiquem a alteração da inclinação, ou quando ocorrerem escorregamentos durante a execução. O talude deve apresentar a superfície desempenada, obtida pelos equipamentos de escavação.

As cristas de corte e entradas dos taludes devem ser arredondadas e as banquetas, sempre que possível, devem possuir concordância com terreno natural, o que pode envolver escavações não previstas em projeto, cabendo a fiscalização autorizar estas escavações adicionais.

Os taludes em que houver diferentes inclinações, a concordância deve ser contínua, e executada de modo evitar a formação de elevações e depressões.

Nas áreas de transição de aterros para corte, deve ser executada a escavação e remoção de 0,60 m abaixo da cota de terraplenagem, na área de corte, na extensão mínima de 2,0 m. O material escavado deve ser substituído por materiais com as mesmas características dos 0,60 m da camada final de aterro.

Aceitação

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam executados de acordo com esta especificação e o controle geométrico esteja dentro da faixa de tolerância permitida.

Os serviços rejeitados devem ser corrigidos ou complementados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



Controle Ambiental

Nas operações de escavação é exigida a adoção dos seguintes procedimentos.

Nas áreas de cortes:

- a) Evitar o quanto possível o trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho; evitar o excesso de carregamentos dos veículos e controlar a velocidade usada;
- b) Aspergir água permanentemente nos trechos poeirentos, principalmente nas passagens por áreas habitadas;
- c) O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deve ser executado imediatamente após a execução dos corte;
- d) Implantar, caso necessário, sistema de drenagem provisório e de controle de processos erosivos, como carreamento.

Nas áreas de empréstimo:

A empresa executante deve licenciar a área de empréstimo, localizada fora da faixa de domínio, junto ao órgão ambiental responsável, antes do início de qualquer atividade na área;

- a) Deve ser evitada a localização de empréstimo em áreas com restrições ambientais e de boa aptidão agrícola;
- b) Não devem ser explorados empréstimos em áreas legalmente protegidas tais como: reservas ecológicas ou florestais, de preservação cultural, ou mesmos em suas proximidades;
- c) O tráfego de equipamentos e veículos de serviço deve ser controlado para evitar a implantação de vias ou trilhas desnecessárias;
- d) As áreas de empréstimo devem ser mantidas, durante sua exploração, convenientemente drenadas de modo a evitar o acúmulo das águas, bem como os efeitos da erosão;
- e) A exploração deve se dar de acordo com o projeto aprovado pela Fiscalização e licenciado ambientalmente; qualquer alteração deve ser objeto de complementação do licenciamento ambiental;
- f) Imediatamente após o término da sua exploração, a área deve ser recuperada, considerando no mínimo:

a reconformação da topografia de modo a não provocar pontos de alagamentos, e a não permitir a formação de sulcos erosivos, além de buscar restabelecer a conformação conforme o entorno da área;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



a implantação de sistema de drenagem que complemente a atividade acima, auxiliando no escoamento das águas de modo a complementar a função de reconformação topográfica da área. Deve-se buscar ao máximo a utilização de canaleta coberta com grama em placa.

Medição e Pagamento

A medição deste serviço se dará pela área efetivamente executada, em metros cúbicos.

O pagamento será feito com base no preço unitário apresentado para esse serviço, incluindo Encargos, ônus.

5.4 – Regularização do subleito

Este serviço destina-se a conformar a via, transversal e longitudinalmente, atendendo às larguras e cotas constantes no projeto. Compreendendo cortes e aterros de até 20cm de espessura, executados com equipamentos adequados. A fim de se obter uma correta execução do serviço e controle de qualidade, o mesmo deve atender às exigências da especificação DNIT 137/2010 – ES.

5.5 – Compactação de aterros a 100% Proctor normal

A compactação de aterro é destinada à redução do volume de vazios do solo, com o objetivo de aumentar sua massa específica, resistência e estabilidade. A compactação ocorrerá em aterro com material proveniente do corte, quando este for suficiente e de boa qualidade ou de empréstimo quando necessário. Para a correta execução do serviço e controle de qualidade, o mesmo deve atender às exigências da especificação DNIT 108/2009 – ES.

6 – REVESTIMENTO PRIMÁRIO

6.1 – Base estabilizada granulometricamente sem mistura com solo arenoso com material de jazida.

A camada sob a qual irá se executar a base ou sub-base deve estar totalmente concluída, limpa, desempenada e sem excessos de umidade. O solo é transportado entre a jazida e a frente de serviço através de caminhões basculantes que o despeja no local de execução (o transporte não está incluso na composição). Após o lançamento do solo, a motoniveladora percorre todo o trecho espalhando e nivelando o solo e o trator com grade de discos prossegue com a homogeneização, até atingir a espessura prevista em projeto. Posterior à homogeneização, o caminhão pipa umedece a camada de forma que o teor de umidade se encontre dentro do limite da umidade ótima de compactação, conforme



projeto. Com o material dentro do teor de umidade especificado em projeto, executa-se a compactação da camada utilizando-se o rolo compactador pé de carneiro e o rolo compactador de pneus, na quantidade de fechas prevista em projeto, a fim de atender as exigências de compactação e acabamento da camada.

6.2 - Regularização de superfície com motoniveladora

A regularização do subleito é o serviço executado na camada superior de Terraplenagem destinado a conformar o leito estradal, transversal e longitudinalmente, de modo a torna-lo compatível com as exigências geométricas do projeto. Esse serviço consta essencialmente de cortes e/ ou aterros até 0,20m, de escarificação e compactação de modo a garantir uma densificação adequada e homogênea nos 0,20m superiores do subleito. Não é permitida a execução dos serviços de regularização do subleito em dias de chuva. Devem ser removidas, previamente, toda a vegetação e matéria orgânica porventura existente na área a ser regularizada. Após a marcação topográfica da Regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e ao espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida para o material solto, de modo que após a “compactação” e o “acabamento” atinja a cota de projeto. O material espalhado será homogeneizado com o uso combinado de grade de disco e motoniveladora. A homogeneização prosseguirá até visualmente não se distinguir heterogeneidades. Nessa fase será completada a remoção de raízes, materiais pétreos com diâmetro maior do que 50,8mm e outros materiais estranhos. Para atingir-se a faixa de umidade na qual o material será compactado, serão utilizados carros tanques (para umedecimento), motoniveladora e grade de disco. A faixa de umidade de compactação (hc) terá como limites (hot – 1,5%) e (hot + 1,5%) onde a umidade ótima (hot) é a obtida numa curva de compactação com amostra não trabalhada colhida para cada segmento aparentemente uniforme de material já homogeneizado a seco, com extensão máxima de 200m. A compactação deve ser executada preferencialmente com o rolo pé de carneiro vibratório (com controle de frequência de vibração).

6.3 – Compactação de aterros a 100% Proctor normal

A compactação de aterro é destinada à redução do volume de vazios do solo, com o objetivo de aumentar sua massa específica, resistência e estabilidade. A compactação ocorrerá em aterro com material proveniente do corte, quando este for suficiente e de boa qualidade ou de empréstimo quando



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



necessário. Para a correta execução do serviço e controle de qualidade, o mesmo deve atender às exigências da especificação DNIT 108/2009 – ES.

7 – DRENAGEM

7.1 e 7.2 - SICRO0804191Corpo de BDTC D = 1,00 m PA2 e Boca de BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas

Os bueiros podem ser em concreto simples ou armado, constituídos de seções, conforme o dimensionamento e obedecem as seguintes terminologias:

BSTC-Bueiro Simples Tubular de Concreto

BDTC-Bueiro Duplo Tubular de Concreto

BTTC-Bueiro Triplo Tubular de Concreto

O tipo será definido em projeto, em função das características da tubulação existente, ou pela fiscalização.

As especificações para a construção, prolongamento e reforma de bueiros tubulares de concreto baseiam-se nas normas técnicas da ABNT e DNER/DNIT.

DNER- Álbum de Projetos – Tipo de Drenagem/1998;

DNER- Manual de Drenagem de Rodovias/1990;

ABNT- NBR-8276/83- Irrigação e Drenagem;

ABNT- NBR-9793/83 – Tubos de Concreto Simples de seção circular para águas pluviais;

ABNT- NBR-9794/87- Tubos de Concreto Armado de seção circular para águas pluviais;

ABNT- NBR-12654/92- Controle Tecnológico de materiais componentes do concreto;

ABNT- NBR-12655/96 – Preparo, controle e recebimento do concreto;

DNER-NBR-6118/80, ABNT-MB-113(NBR 9795/87) - Resistência à compressão diametral do tubo;

DNER-NBR-7187/87- Resistência à compressão do concreto aos 28 dias;

ABNT-NBR-222(NBR-6586/87) – Absorção do concreto

MATERIAIS

Cimento

O cimento deverá ser do tipo Portland CP IV-32 de procedência conhecida, condicionado em sacos lacrados de 50 kg, sem torrões e umidade. Devendo antes de sua aplicação ser inspecionado pela fiscalização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



Tubos

Serão de concreto simples ou armado de encaixe tipo "Macho" e "Fêmea", ou "Ponta" e "Bolsa" nas dimensões apresentadas em projeto ou em função das características da tubulação existente.

Os tubos de concreto armado serão utilizados nos locais onde hajam solicitações de tráfego.

No caso de recuperação ou prolongamento, deverão obedecer as dimensões e tipos dos tubos existentes.

Deverão seguir as normas de confecção da ABNT.

Deverá possuir a resistência à compressão diametral superior a 15 Mpa.

Concreto

O concreto utilizado na confecção dos tubos deverá ter a resistência mínima a compressão simples de 15 Mpa.

O agregado graúdo pode ser britada, seixo rolado, britado ou não, ou outro material previamente aprovado pela Fiscalização.

O concreto simples utilizado na preparação do concreto ciclópico deverá possuir a resistência mínima de 15 Mpa

A pedra de mão não poderá ser friável, deverá ser dura e sem fissuras.

Os agregados devem se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila e substâncias nocivas.

Devem apresentar boa adesividade.

Quando da aplicação, devem estar secos e isentos de grumos

Devem seguir as normas referentes a confecção de Concreto e Argamassas, sendo que, para a execução dos serviços deverá estar prevista a utilização racional do equipamento apropriado, atendido as condições locais e a produtividade exigida.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Locação:

A locação da obra deverá ser precedida pelo desmatamento, limpeza e regularização do talveque.

A locação será executada utilizando equipamentos topográficos, gabaritos e réguas.

A locação das obras deverá ser aprovada pela fiscalização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



Se houver a necessidade de demolição total ou de parcial da Tubulação antiga para a realização dos novos serviços, esta, deverá ter a prévia autorização da fiscalização.

Cuidados especiais deverão ser tomados quanto à declividade longitudinal.

Deve ser incluída a profundidade do berço.

Todas as precauções quanto ao Manejo Ambiental deverão ser tomadas, no que diz respeito a instalação do acampamento (resíduos provenientes de esgotos, lavagem, óleos e etc.), exploração de áreas, deposição de restos de material e outros.

Escavação

A escavação poderá ser manual ou mecânica, a critério da fiscalização, deverão ser retirados os materiais considerados inadequados (argilas orgânicas, muito plásticas, areias fofas, solos micáceos e outros inservíveis), e removidos para um bota – fora indicado pela fiscalização.

A largura da vala deverá ser superior a largura do berço em pelo menos 30 cm para cada lado, para garantir a implantação das formas.

O escoramento das escavações, se necessário, deve ser executado em madeira de lei, resistente ao esforço do empuxo do material do talude para evitar acidentes. Deverá ser submetido à aprovação da fiscalização

Berço, Dentes, Bocas e Alas:

Na construção, recuperação ou prolongamento de bocas, berços, dentes e alas, serão utilizados concretos ciclópico com 30% de pedra de mão com a resistência mínima à compressão simples de 15 Mpa.

O berço de concreto será construído nas dimensões mínimas iguais a largura e o comprimento da tubulação, espessura mínima de 10 cm. Havendo a necessidade do aumento da espessura, esta, deverá ser analisada e aprovada pela fiscalização.

Assentamento:

Os tubos serão assentados sobre o berço em concreto cuja a cura já foi efetivada.

O assentamento dos tubos deve ser executado de jusante para montante, nas cotas e alinhamento previstos. Se necessário, e com a aprovação da fiscalização poderão ser construídas ensecadeiras de desvio do curso d'água.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



O rejuntamento será executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, feito em toda a circunferência do tubo para garantir a sua estanqueidade.

Os aterros serão protegidos das infiltrações pela construção das bocas e alas nas extremidades das tubulações.

Aterro e Reaterro:

O aterro ou reaterro será efetuado com material resultante da escavação ou das jazidas estudadas, desde que apresentem o ISC maior do que 95% do obtido com a massa específica aparente máxima obtida em laboratório, com a energia do Proctor Normal e a expansão máxima de 4% compactadas em camadas horizontais sucessivas não superiores a 15 cm de espessura, transversalmente e simultaneamente nas laterais para evitar empuxos desiguais.

A umidade do solo deverá ser mantida próxima da taxa ótima, admitindo-se variação de no máximo 3%.

O recobrimento mínimo deverá ser de 20 cm a contar da geratriz superior do tubo.

A Contratada deverá efetuar controle tecnológico do aterro, de preferência por firma especializada.

Ficam a cargo da Contratada, as despesas com transportes decorrentes da execução dos serviços.

Reposição do Pavimento:

A reposição consiste na operação de reconstituição do pavimento primitivo.

Em casos especiais, de acordo com o projeto, ou com a aprovação da fiscalização, o pavimento poderá sofrer melhoramentos.

Devendo sua execução atender as normas previstas para as situações específicas previstas pela ABNT e DNER/DNIT.

Equipamentos

Para a execução dos serviços deverá estar prevista a utilização racional de equipamento, atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

Controle Geométrico

O acabamento da plataforma será procedido mecanicamente, de forma a alcançar-se a conformação da seção transversal exigida pela fiscalização, ou de acordo com o projeto inicial da rodovia, admitidas as seguintes tolerâncias:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



Variação da altura máxima de +0,05m para o eixo e bordas com relação ao greide aprovado pela fiscalização;

Variação máxima da largura de + 0,30m para a plataforma definida pela fiscalização, não se admitindo variação para metros.

O controle será efetuado por nivelamento de eixo e bordos.

O acabamento, quanto à declividade transversal e à inclinação dos taludes, será verificado pela fiscalização, de acordo com o projeto. Na inexistência de projeto, adotar a declividade mínima de 3%

8 – SERVIÇOS FINAIS

8.1 – Placa de aço 2,00m x 1,00m película retrorrefletiva tipo III + X - fornecimento e implantação

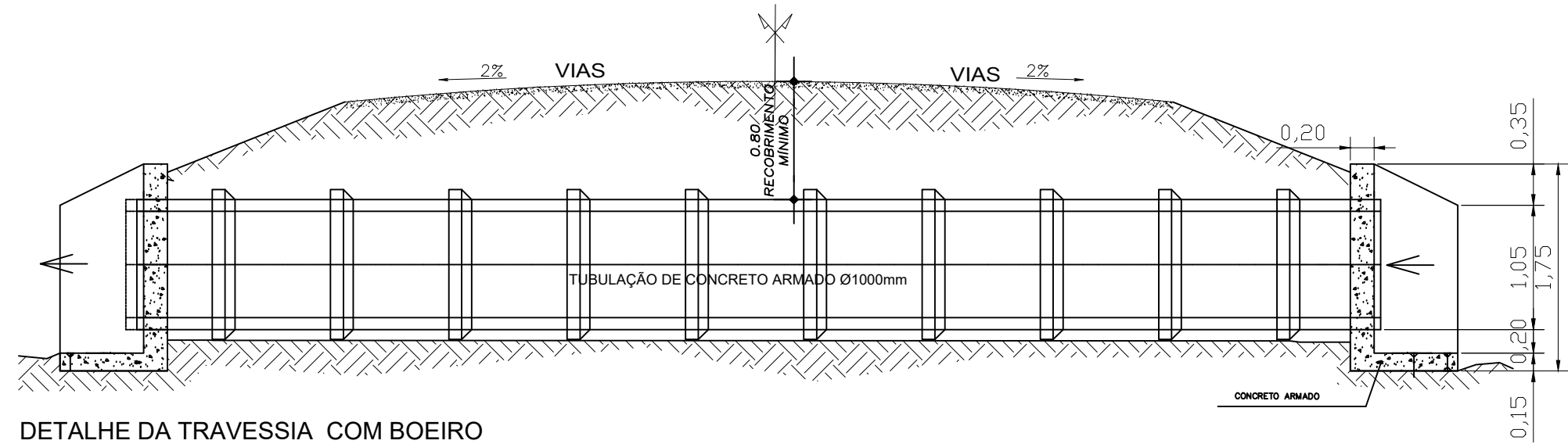
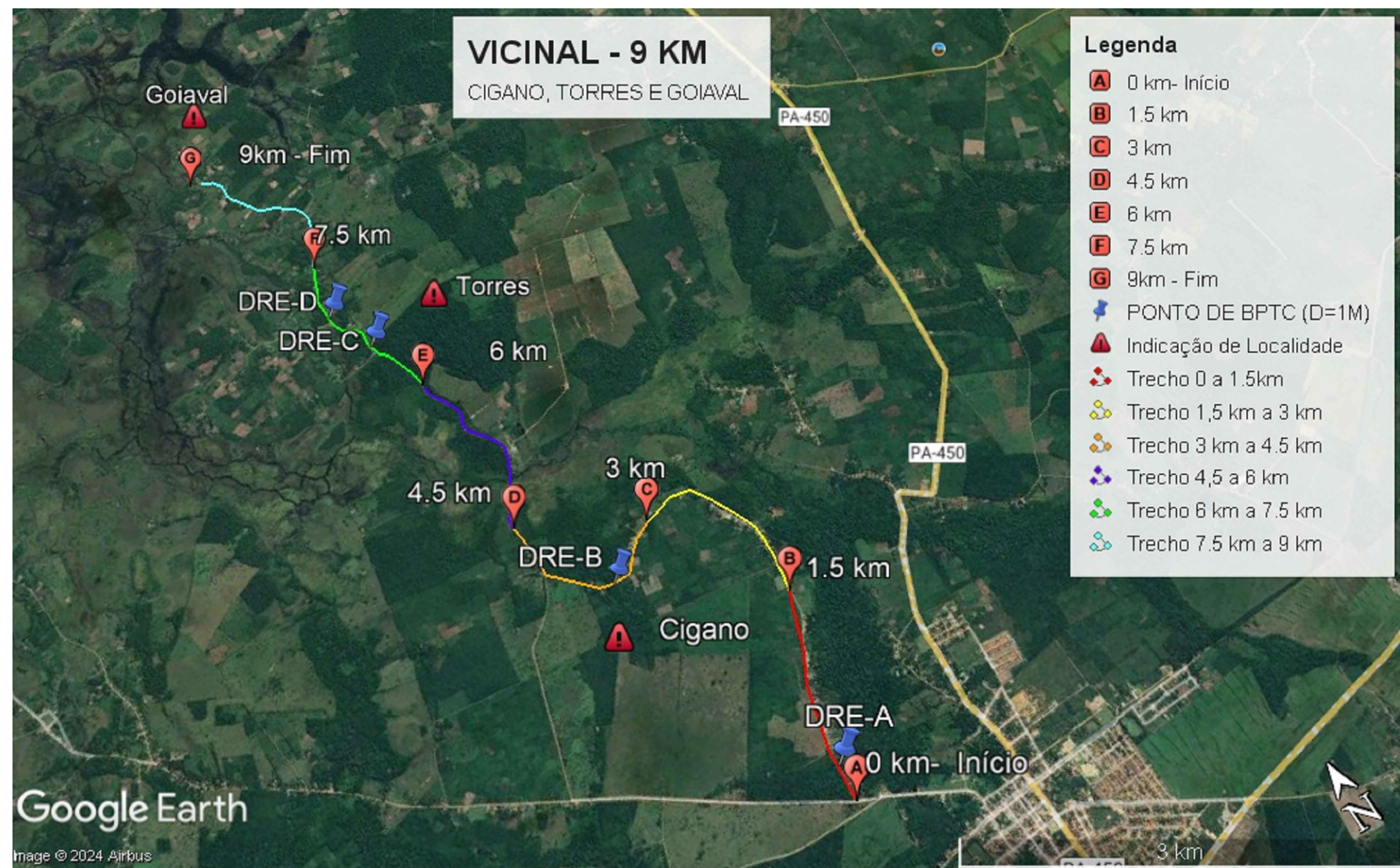
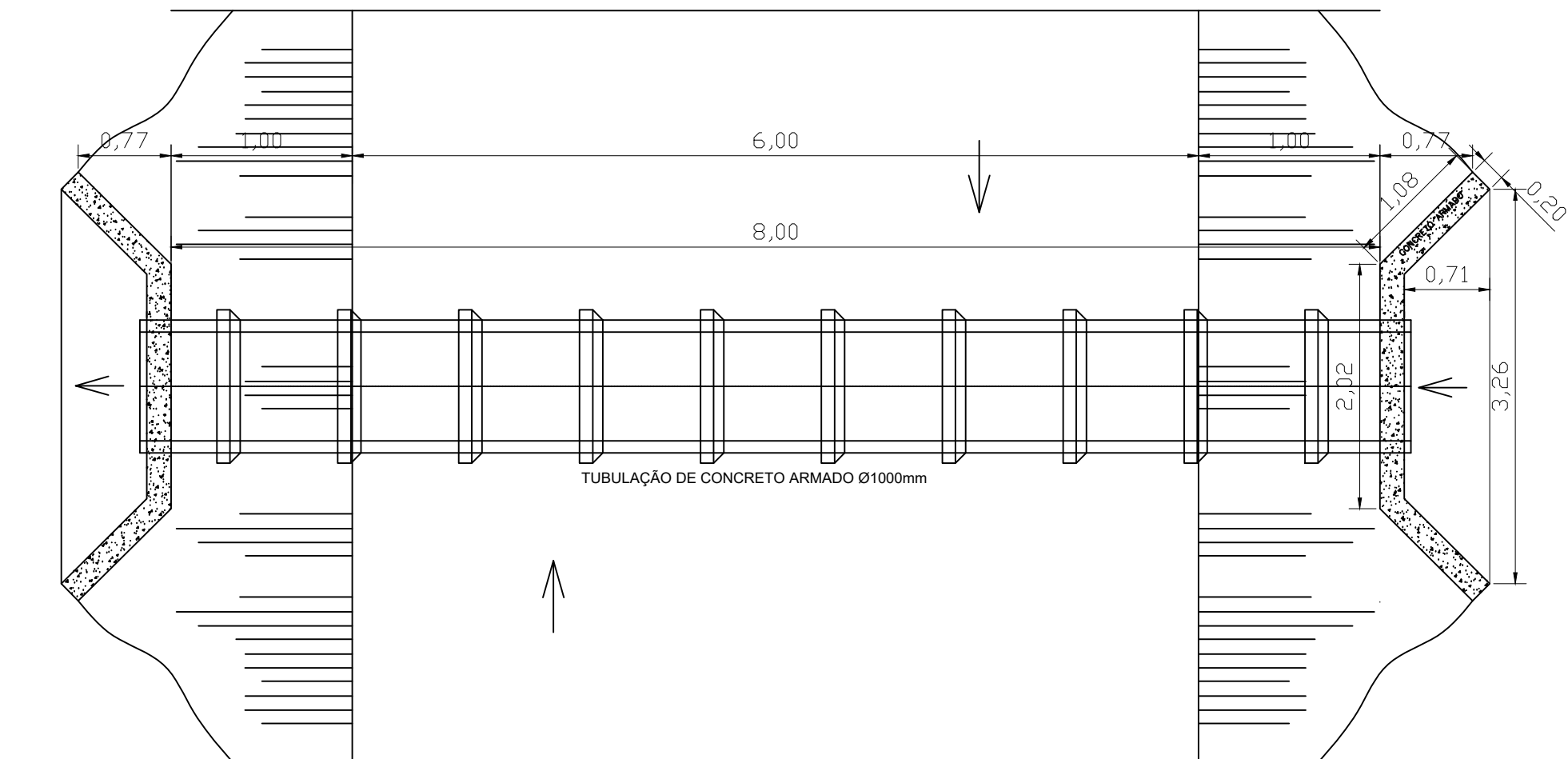
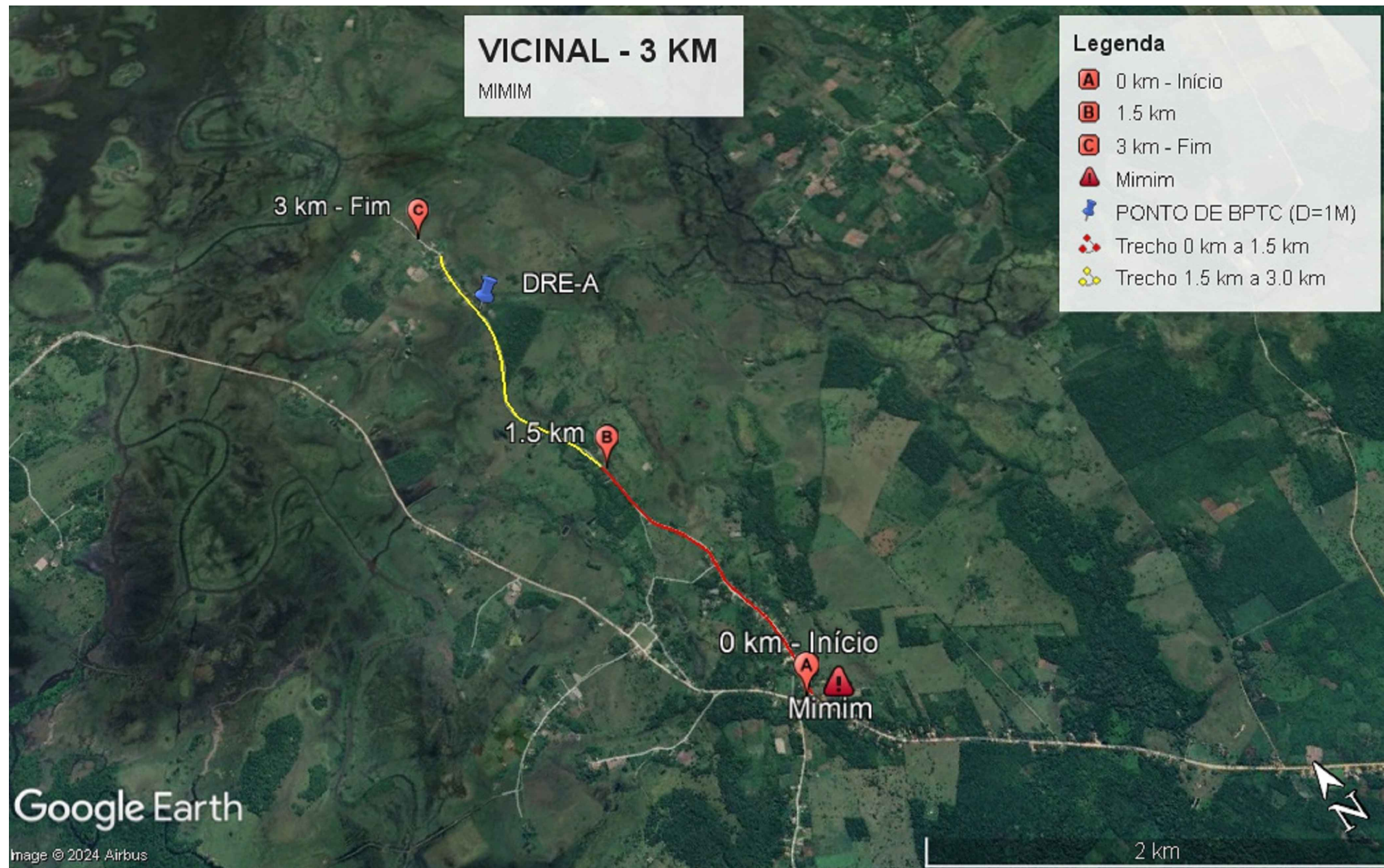
As placas para sinalização vertical têm por finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante os seus deslocamentos na rodovia. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, tamanho e cores de modo a permitir a compreensão fácil, rápida e eficaz pelos motoristas e demais usuários da via.

9 – DESMOBILIZAÇÃO

Desmobilização compreende a desmontagem do canteiro de obras e conseqüentemente a retirada do local de todo o efetivo, além dos equipamentos e materiais de propriedade exclusiva da Contratada, entregando a área das instalações devidamente limpa. Para obra em questão a mobilização e desmobilização deverá ser feita através de um caminhão com carroceria $\frac{3}{4}$ ou similar para o transporte de insumos para a execução do presente projeto.

Tracuateua, 20 de novembro de 2024.

Joaquim de Lima Nunes Neto
Arquiteto e Urbanista/SEPLAN/PMT
CAU A 75.354-8



VICINAL	LOCAÇÃO	PONTO DE CORPO DE BPTC (D=1M)	PONTO INICIAL		TRECHO DE LOCAÇÃO	Ø-M	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
			LATITUDE	LONGITUDE			
9 KM - CIGANO, TORRES E GOIAVAL	Entrada do Cigano sentido ao Goiaval	DRE - A	1° 4'1.30"S	46°54'43.10"O	0 KM A 1,5 KM	1,00	NECESSIDADE DE NOVAS SEÇÕES DE TUBULAÇÕES - CONSTRUÇÃO DAS ALAS EM CONCRETO ARMADO CONFORME PROJETO
		DRE - B	1° 2'57.80"S	46°55'1.90"O	3 KM A 4,5 KM	1,00	
		DRE - C	1° 1'32.30"S	46°55'19.50"O	6 KM A 7,5 KM	1,00	
		DRE - D	1° 1'19.30"S	46°55'24.40"O	6 KM A 7,5 KM	1,00	
		DRE - E	1° 0'51.50"S	46°55'14.80"O	7,5 KM A 9 KM	1,00	
3 KM - MIMIM	Santa Maria: Rua da Amizade até os Pintos.	DRE - A	1° 1'9.20"S	46°56'57.40"O	1,5 KM A 3 KM	1,00	

- NOTAS:
- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
 - OS SOLOS ESCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
 - OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
 - OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

Documento assinado digitalmente
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 20/11/2024 13:29:09-0300
Verifique em: <https://validar.jef.gov.br>

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTA DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
VICINAL - SEÇÕES TIPO					
TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
LEVANTAMENTO PONTOS DA DRENAGEM GEOMÉTRICO E DETALHES					
PROJ.	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA	
-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	-	-	1/1	
APROV.	ARGUMENTO E URBANISTA	FASE	EXECUTIVO		
-	CAU A753548	-	-		
DATA	Nº DO DOCUMENTO:				
06/2024	DRE-001-PMT-01-R00				

D

VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
0+00	2,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1+00	1,64	0,00	37,21	0,00	37,21	0,00
2+00	2,99	0,00	17,20	0,00	54,41	0,00
3+00	0,77	0,00	18,75	0,00	73,16	0,00
4+00	3,30	0,00	11,30	0,00	84,46	0,00
5+00	0,03	0,06	3,82	0,79	100,47	0,79
6+00	0,00	0,46	0,26	5,38	100,73	6,18
7+00	0,00	0,88	0,00	13,36	100,73	20,54
7+04	0,00	0,94	0,00	7,76	100,73	28,30
8+00	0,00	1,35	0,00	16,70	100,73	45,00
8+52	0,00	1,03	0,00	5,56	100,73	50,57
9+00	0,00	0,55	0,00	11,68	100,73	62,25
9+41	0,00	0,16	0,01	2,65	100,74	64,90
10+00	0,74	0,00	4,68	0,04	105,42	65,94
11+00	2,83	0,00	36,74	0,00	142,16	65,94
11+17,33	5,87	0,00	78,95	0,00	221,09	65,94
12+00	0,00	0,00	92,24	0,00	313,33	65,94
13+00	5,58	0,00	119,83	0,00	433,17	65,94
14+00	0,00	0,00	101,35	0,00	534,52	65,94
15+00	4,42	0,00	89,65	0,00	624,17	65,94

VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
16+00	4,49	0,00	85,11	0,00	624,43	65,94
17+00	4,96	0,00	84,52	0,00	728,94	65,94
18+00	5,65	0,00	106,05	0,00	835,00	65,94
19+00	4,21	0,00	92,24	0,00	927,24	65,94
20+00	4,56	0,00	42,69	0,00	969,93	65,94
19+83,83	4,82	0,00	87,33	0,00	1024,13	65,94
20+00	0,06	0,00	7,31	0,00	1031,44	65,94
21+00	5,89	0,00	106,41	0,00	1140,85	65,94
21+50	5,78	0,00	33,61	0,00	1174,47	65,94
22+00	5,13	0,00	77,40	0,00	1252,07	65,94
23+00	4,21	0,00	92,24	0,00	1344,31	65,94
24+00	1,32	0,00	73,30	0,00	1420,71	65,94
24+24	2,82	0,00	28,84	0,00	1449,56	65,94
25+00	2,44	0,00	28,86	0,00	1478,40	65,94
26+00	1,56	0,00	39,93	0,00	1518,33	65,94
27+00	0,71	0,00	22,72	0,00	1541,05	65,94
28+00	0,02	0,12	7,39	1,16	1548,44	67,10
29+00	0,00	0,80	2,24	16,29	1550,69	83,39
30+00	0,00	1,79	0,00	26,80	1549,69	110,19
31+00	0,00	2,68	0,00	44,38	1548,69	154,57

VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
32+00	0,00	3,84	0,00	61,37	1548,69	215,95
33+00	0,00	4,96	0,00	77,46	1548,69	293,41
34+00	0,00	5,77	0,00	104,29	1548,69	397,70
35+00	0,00	6,21	0,00	106,82	1548,69	504,52
36+00	0,00	8,15	0,00	150,73	1548,69	655,25
37+00	0,00	8,95	0,00	170,97	1548,69	826,22
38+00	0,00	9,25	0,00	162,07	1548,69	988,29
39+00	0,00	7,58	0,00	168,37	1548,69	1156,66
40+00	0,00	5,73	0,00	133,15	1548,69	1289,81
40+04	0,00	5,03	0,00	43,26	1548,69	1333,07
41+00	0,00	4,07	0,00	64,27	1548,69	1397,34
42+00	0,00	2,79	0,00	66,63	1548,69	1463,97
42+16,89	0,00	1,96	0,00	39,31	1548,69	1503,28
43+00	0,00	1,83	0,00	6,28	1548,69	1509,56
44+00	0,00	1,18	0,00	29,97	1548,69	1539,53
45+00	0,00	0,90	0,00	19,60	1548,69	1559,13
46+00	0,00	0,50	0,00	4,95	1548,69	1564,08
46+00	0,00	0,51	0,00	8,89	1548,69	1572,97
47+00	0,00	0,27	0,00	8,81	1548,69	1581,78

VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
48+00	0,84	0,00	0,20	2,72	1558,74	1612,84
49+00	0,00	0,00	1,63	0,00	1560,37	1612,84
49+18,83	0,05	0,10	8,64	0,84	1569,01	1613,68
50+00	0,00	0,32	0,00	0,24	1569,01	1613,92
51+00	0,00	4,28	0,01	0,00	1569,02	1614,16
52+00	0,00	5,40	0,00	18,96	1569,02	1633,12
53+00	0,00	11,02	0,00	104,22	1569,02	1737,34
53+00	0,00	7,87	0,00	166,86	1569,02	1904,20
53+15	0,00	3,41	0,00	116,82	1569,02	2021,02
54+00	0,00	3,18	0,00	4,66	1569,02	2025,68
54+10	0,00	0,78	0,00	30,58	1569,02	2056,26
55+00	0,00	9,80	0,00	7,75	1578,82	2064,01
56+00	2,24	0,00	32,39	0,00	1611,26	2064,01
56+00	0,00	0,00	16,39	0,00	1627,67	2064,01
57+00	4,08	0,00	30,75	0,00	1664,52	2064,01
57+18,43	3,88	0,00	73,12	0,00	1737,64	2064,01
58+00	5,02	0,00	7,76	0,00	1745,40	2064,01
59+00	6,55	0,00	115,66	0,00	1861,06	2064,01
60+00	7,98	0,00	88,22	0,00	1949,28	2064,01
60+00	1,46	0,00	72,68	0,00	2021,96	2064,01

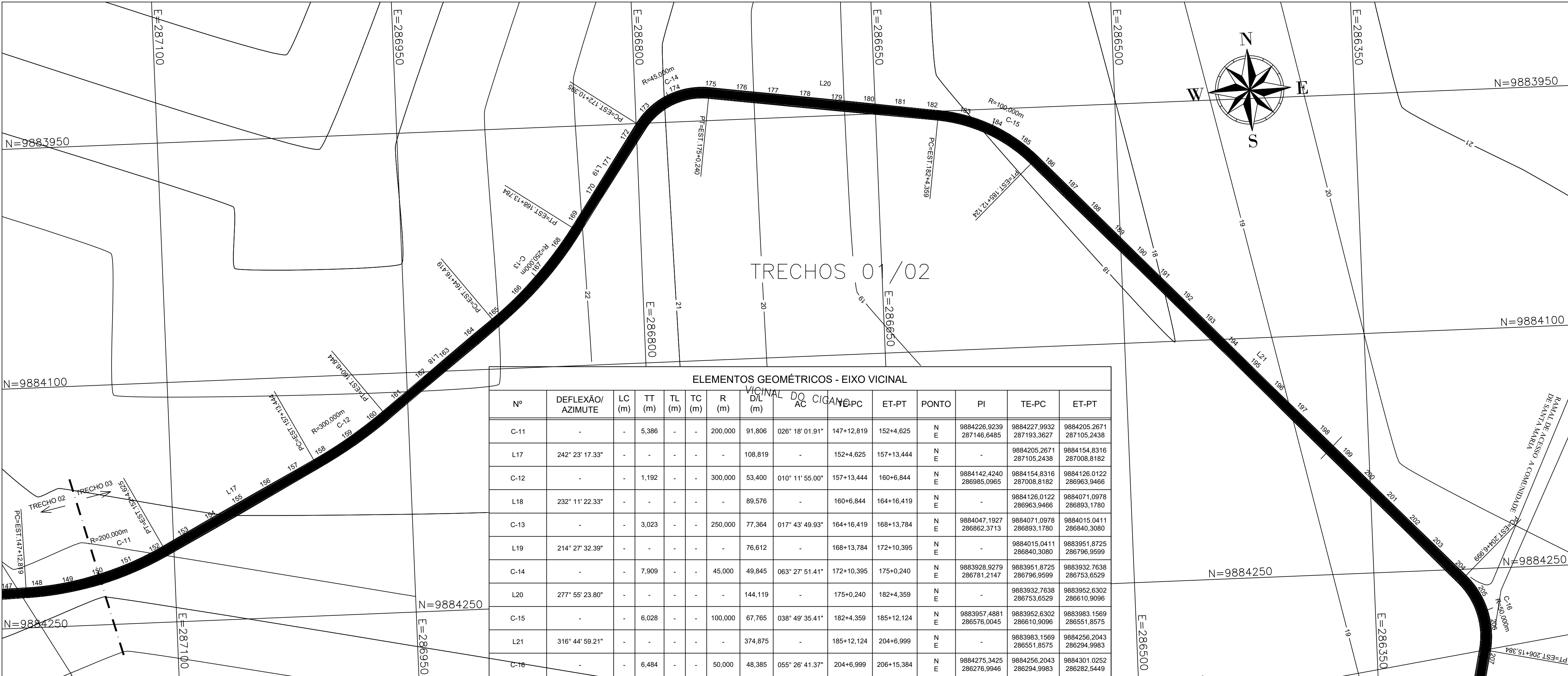
VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
61+00	7,82	0,00	100,76	0,00	2152,72	2064,01
62+00	0,00	0,00	140,22	0,00	2292,94	2064,01
62+16,86	6,12	0,00	104,67	0,00	2403,61	2064,01
63+00	9,89	0,00	24,32	0,00	2427,93	2064,01
64+00	4,77	0,00	108,60	0,00	2534,53	2064,01
65+00	5,81	0,00	82,80	0,00	2617,33	2064,01
66+00	2,44	0,00	69,24	0,00	2686,57	2064,01
67+00	1,25	0,00	36,88	0,00	2715,73	2064,01
67+59	0,97	0,00	5,00	0,00	2720,73	2064,01
68+00	0,08	0,05	6,12	0,03	2726,84	2064,01
69+00	0,00	1,25	0,04	12,96	2727,08	2076,97
70+00	0,00	2,77	0,00	40,24	2727,08	2117,21
71+00	0,00	4,34	0,00	70,17	2727,08	2187,38
71+13,33	0,00	5,55	0,00	46,74	2727,08	2234,12
72+00	0,00	5,97	0,00	36,89	2727,08	2271,01
73+00	0,00	6,86	0,00	126,22	2727,08	2397,23
74+00	0,00	6,50	0,00	131,58	2727,08	2528,81
75+00	0,00	5,52	0,00	120,25	2727,08	2649,06
76+00	0,00	5,00	0,00	105,19	2727,08	2754,25
77+00	0,00	6,33	0,00	113,31	2727,08	2867,56

A

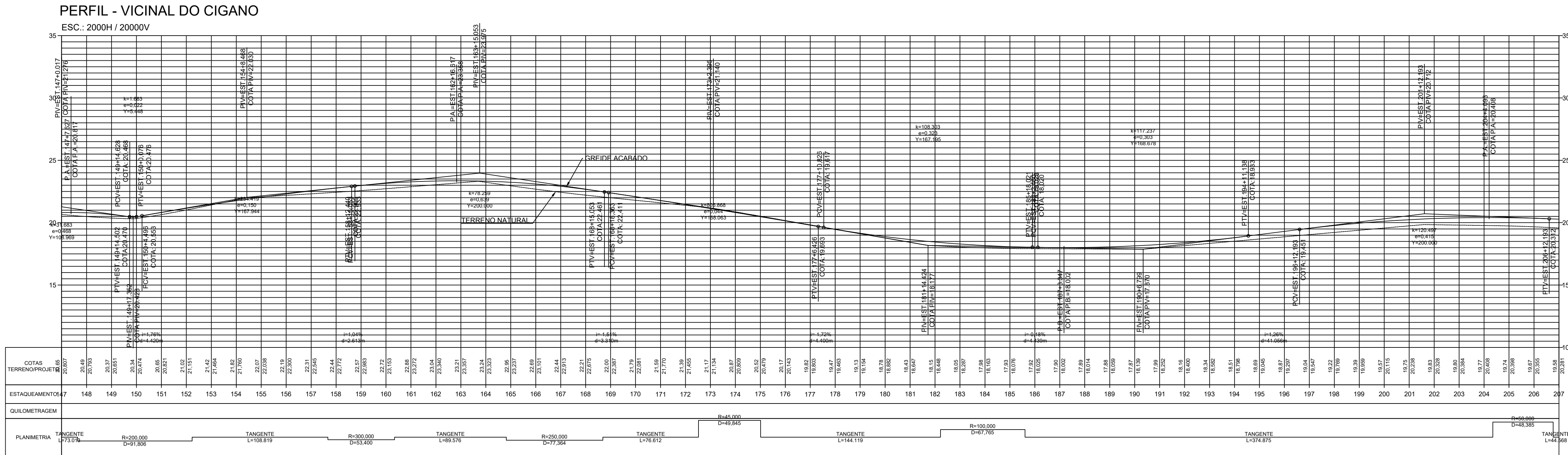
VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
78+00	0,00	8,88	0,00	132,13	2727,08	2999,69
79+00	0,00	0,57	0,00	134,48	2727,08	3134,17
80+00	0,00	0,57	0,00	134,48	2727,08	3268,65
81+00	0,00	0,57	0,00	134,48	2727,08	3403,13
82+00	0,00	0,57	0,00	134,48	2727,08	3537,61
83+00	0,00	1,86	0,00	50,04	2727,08	3587,65
84+00	0,00	0,47	0,00	23,27	2727,08	3610,92
85+00	0,40	0,00	4,03	4,41	2731,51	3615,33
86+00	1,31	0,00	17,12	0,00	2750,63	3632,45
87+00	2,38	0,00	35,67	0,00	2786,30	3632,45
88+00	3,25	0,00	35,86	0,00	2822,16	3632,45
89+00	4,29	0,00	79,59	0,00	2901,75	3632,45
90+00	5,35	0,00	96,36	0,00	3000,11	3632,45
91+00	6,47	0,00	118,28	0,00	3118,39	3632,45
92+00	7,35	0,00	138,18	0,00	3256,57	3632,45
93+00	6,64	0,00	138,84	0,00	3400,57	3632,45
94+00	4,29	0,00	139,88	0,00	3540,45	3632,45
95+00	5,03	0,00	72,17	0,00	3612,62	3632,45
96+00	1,99	0,00	10,58	0,00	3623,20	3632,45
96+00	0,00	2,24	12,88	22,37	3644,43	3654,82
97+00	0,00	0,00	0,00	53,30	3644,43	3708,12

VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	VOLUME de Corte (m³)	VOLUME de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
97+13,32	0,00	3,21	0,00	41,38	3644,43	3749,50
98+00	0,00	3,28	0,00	22,28	3644,43	3771,78
99+00	0,00	5,19	0,00	64,54	3644,43	3836,32
100+00	0,00	0,26	0,00	8,81	3644,43	3845,13
101+00	0,00	2,54	0,00	54,50	3644,43	3900,63
101+18	0,00	2,54	0,00	4,64	3644,43	3905,27
102+00	0,00	2,68	0,00	45,83	3644,43	3951,10
103+00	0,00	1,82	0,00	36,08	3644,43	3987,18
104+00	0,00	0,86	0,00	23,85	3644,43	4011,03
104+24	0,01	0,00	4,33	5,30	3644,44	4016,33
105+00	0,10	0,26	0,87	5,89	3644,54	4022,22
106+00	0,33	0,01	4,31	2,67	3644,84	4024,89
107+00	0,58	0,00	1,17	0,08	3645,01	4025,02
108+00	0,61	0,00	9,19	0,00	3654,20	4025,02
109+00	0,42	0,00	10,32	0,00	3664,52	4025,02
110+00	0,20	0,10	0,15	1,02	3664,67	4026,04
111+00	0,08	0,35	2,75	4,98	3664,81	4026,04
112+00	0,01	0,00	0,00	0,00	3664,81	4026,04
113+00	0,00	0,88	0,10	14,41	3664,91	4026,04
114+00	0,00	1,21	0,00	25,88	3664,91	4026,04

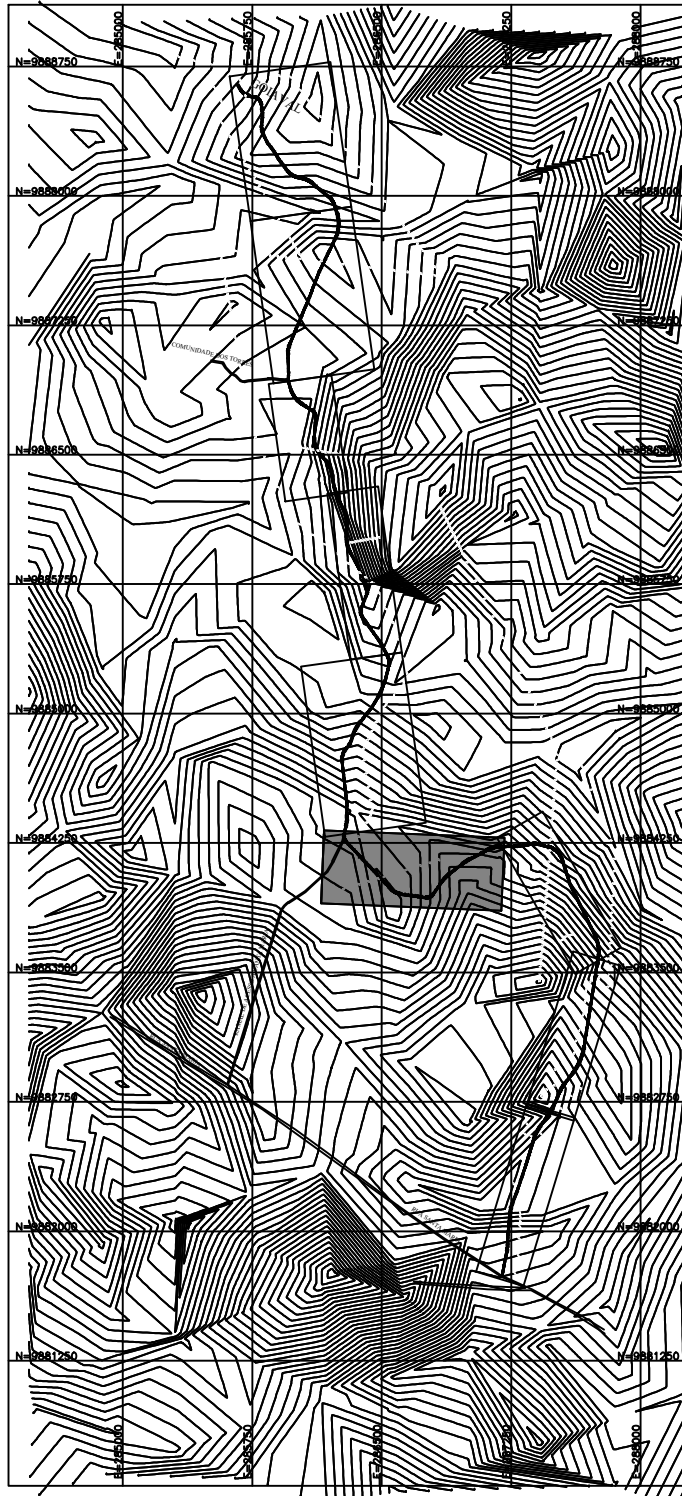
VOLUME TOTAL						
Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	Volum. de Corte (m³)	Volum. de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)
115+00	0,00	1,55	0,00	27,61	3669,84	4058,46
116+00	0,00	1,89	0,00	34,39	3669,84	4120,85
117+00	0,00	2,06	0,00	36,46	3669,84	4160,31
118+00	0,00	2,00	0,00	40,61	3669,84	4200,93
119+00	0,00	1,77	0,00	16,82	3669,84	4217,75
120+00	0,00	1,25	0,00	20,36	3669,84	4238,11
121+00	0,00	0,90	0,00	14,76	3669,84	4252,87
122+00	0,00	1,01	0,01	19,21	3669,84	4272,08
123+00	0,00	1,15	0,00	23,59	3669,84	4295,67
124+00	0,00	1,25	0,00	28,26	3669,84	4323,93
125+00	0,00	1,30	0,00	30,55	3669,84	4354,48
126+00	0,00	1,40	0,00	32,44	3669,84	4386,92
127+00	0,00	0,81	0,00	30,52	3669,84	4317,45
128+00	0,00	0,70	0,00	15,14	3669,84	4202,31
129+00	0,00	1,05	0,00	16,86	3669,84	4219,17
130+00	0,00	1,00	0,00	21,87	3669,84	4241,04
131+00	0,00	1,00	0,00	0,81	3669,84	4241,85
132+00	0,04	0,62	0,40	1,88	3669,84	4250,73
133+00	0,04	0,27	0,02	0,97	3669,85	4251,70



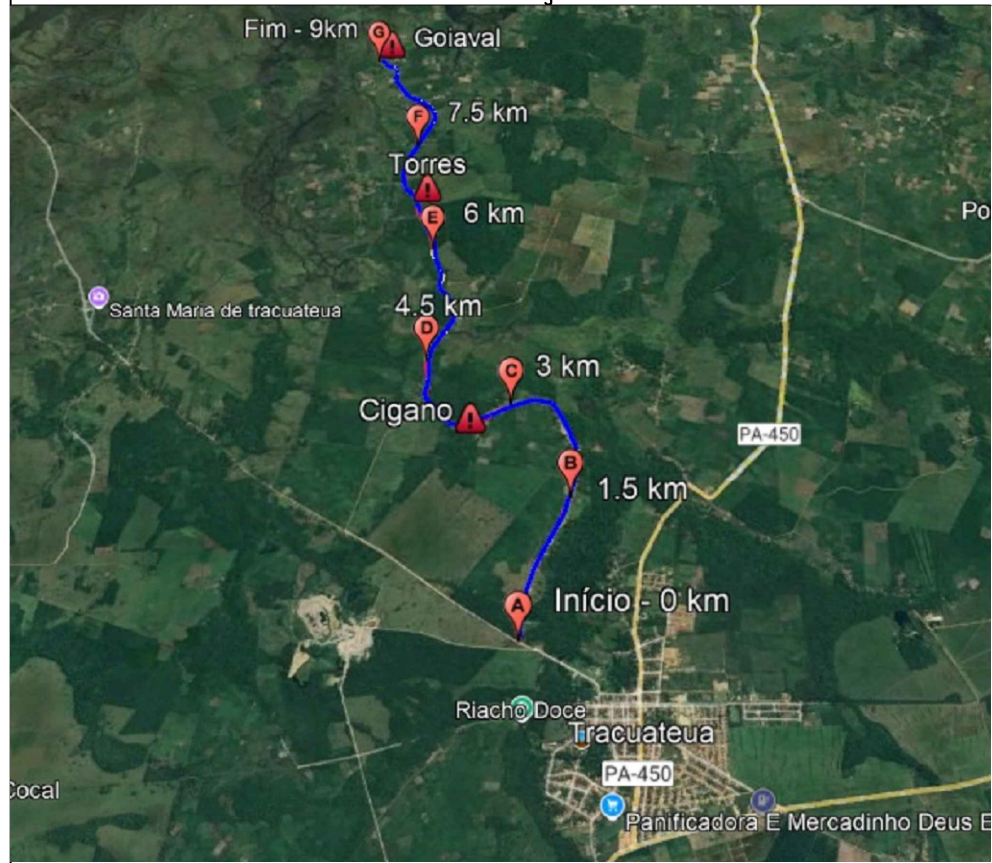
PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:97,00 À E:147,00
ESC: 1/1500



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO - SEM ESC.



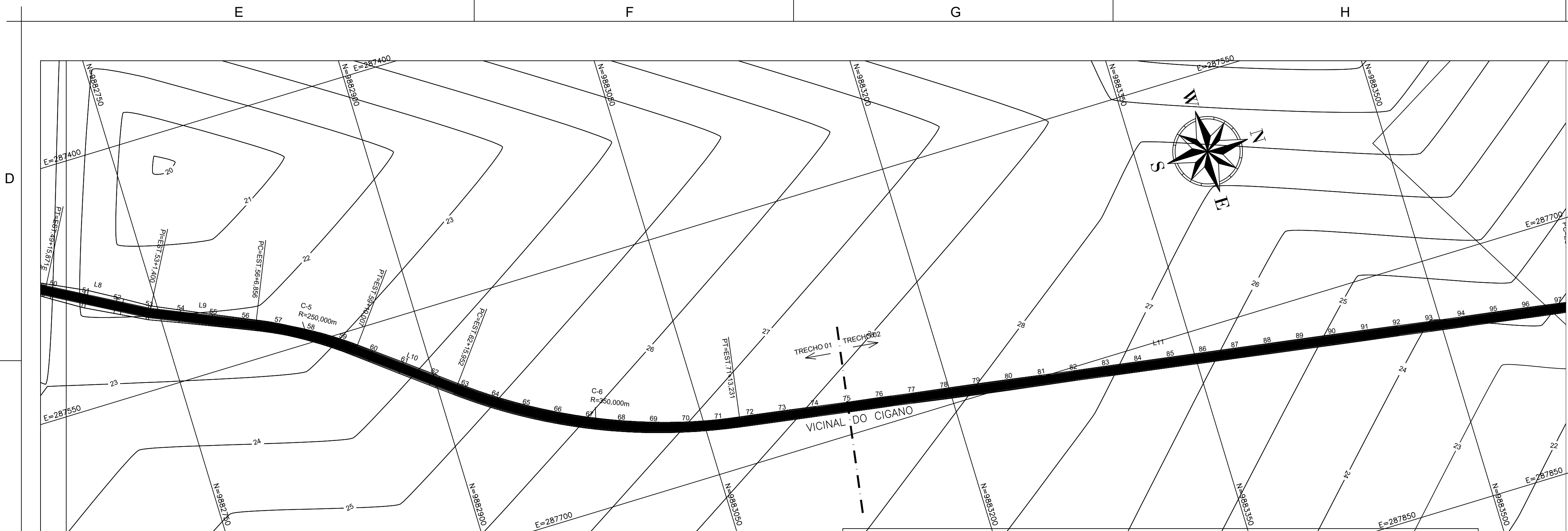
LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

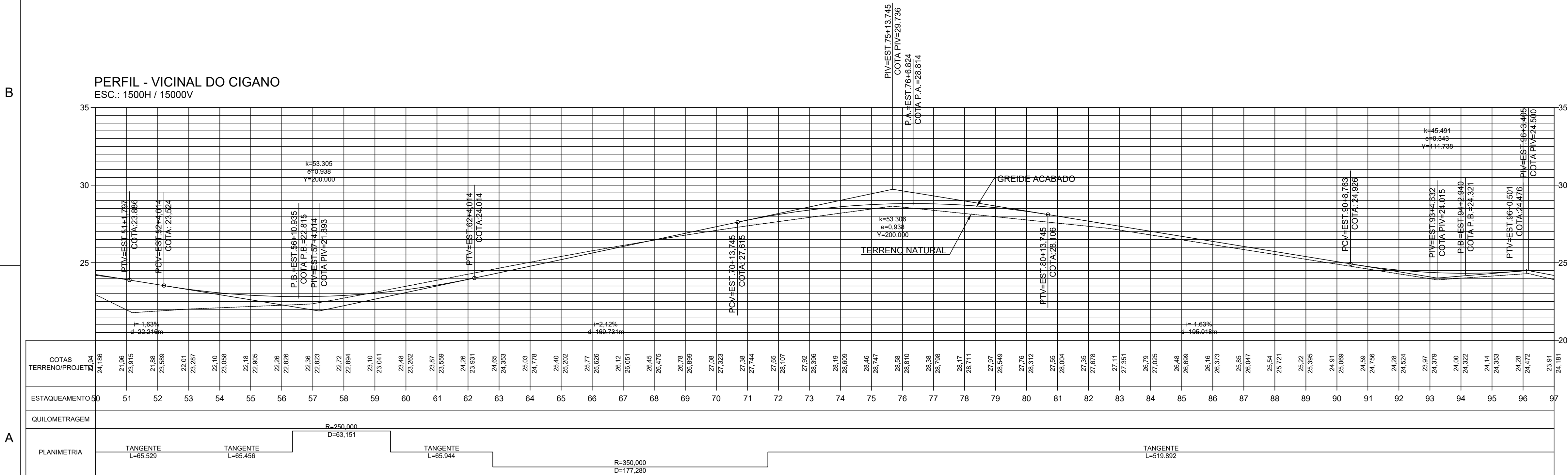
- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM - SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERRÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERRÇOS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATINGIR O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1	AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E:147 A E:207					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	ARQUITETO E ORGANISTA	FASE EXECUTIVO	4/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-04-R00		

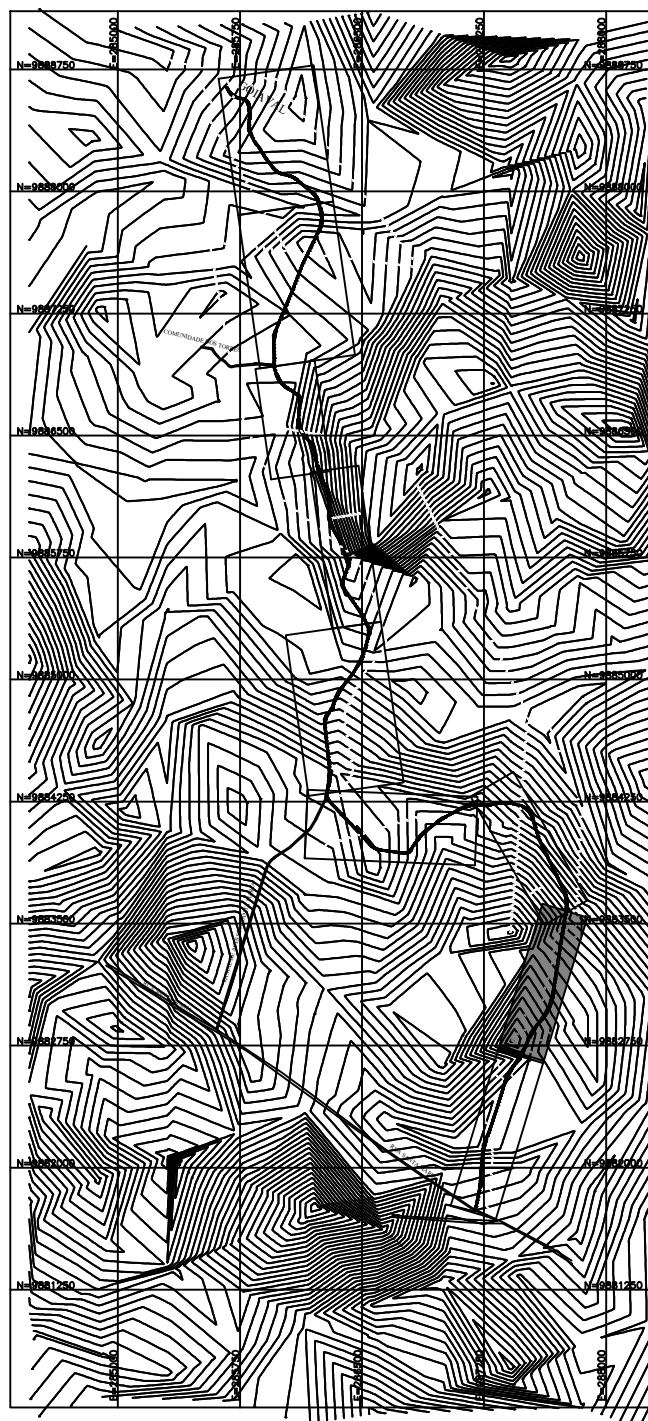


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:50,00 À E:97,00
ESC: 1/1500

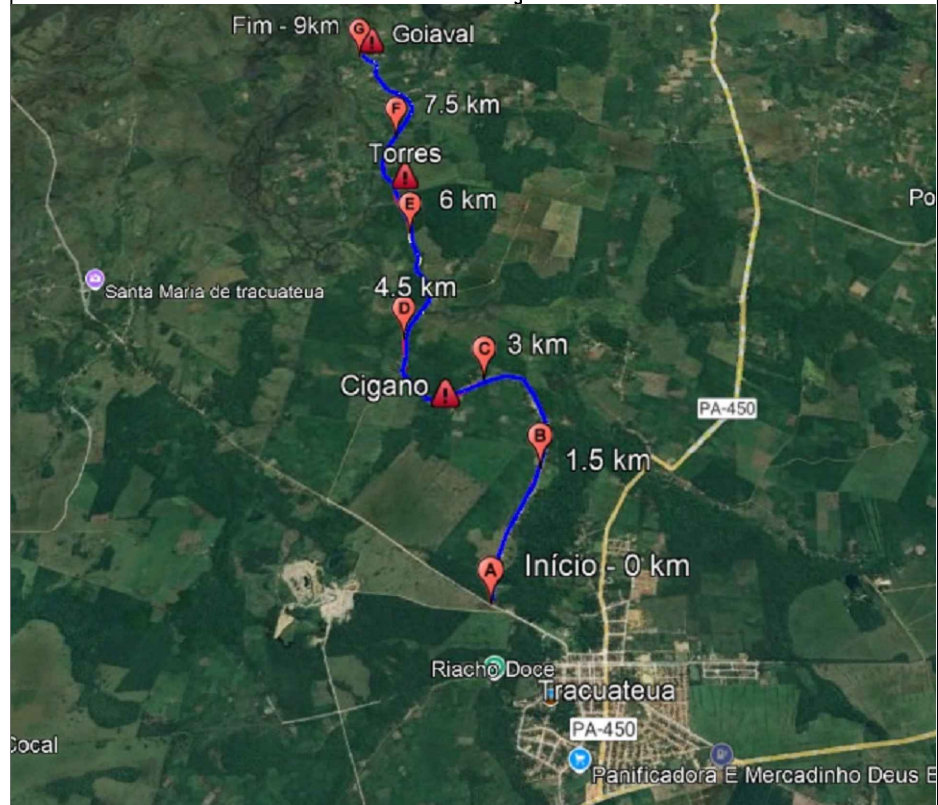
ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - EIXO VICINAL												
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI
L8	029° 02' 02.62"	-	-	-	-	-	65,529	-	49+15,871	53+1,400	N E	-
L9	023° 31' 47.85"	-	-	-	-	-	65,456	-	53+1,400	56+6,856	N E	-
C-5	-	-	2,007	-	-	250,000	63,151	014° 28' 23.54"	56+6,856	59+10,007	N E	9882833,6416 287542,7774
L10	038° 00' 11.39"	-	-	-	-	-	65,944	-	59+10,007	62+15,952	N E	-
C-6	-	-	11,532	-	-	350,000	177,280	028° 01' 15.98"	62+15,952	71+13,231	N E	9882981,9970 287668,6985
L11	008° 58' 55.41"	-	-	-	-	-	519,892	-	71+13,231	97+13,124	N E	-



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



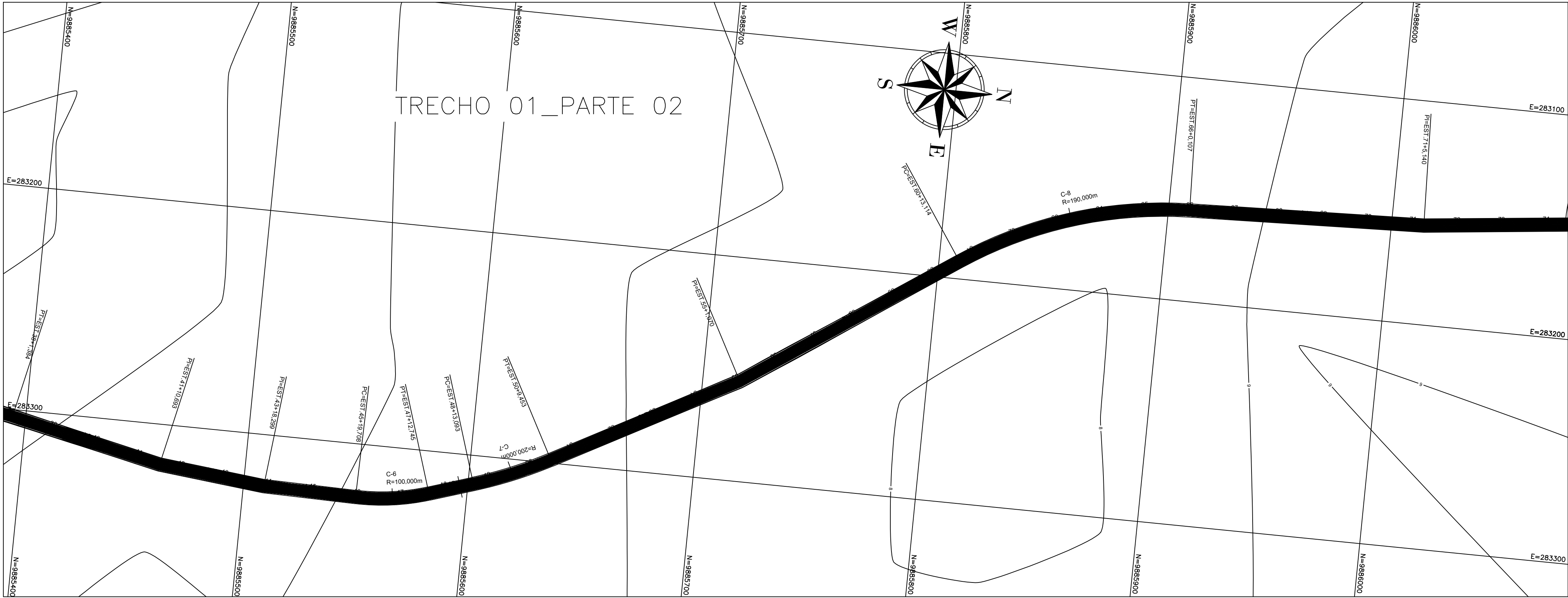
LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

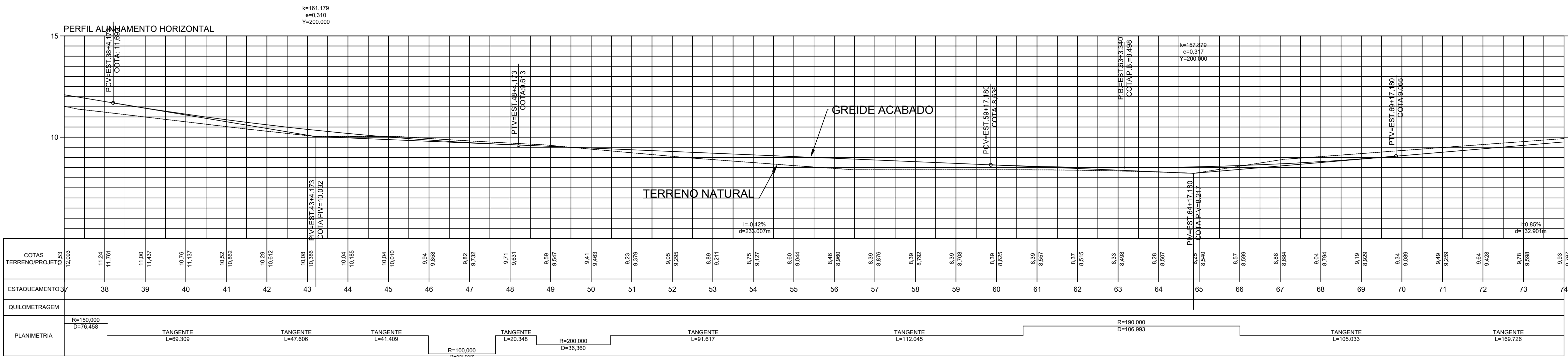
- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM - SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTA DOCUMENTAÇÃO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E50 À E97					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	ARGUMENTO E URBANISTA	FASE	EXECUTIVO	2/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-02-R00		

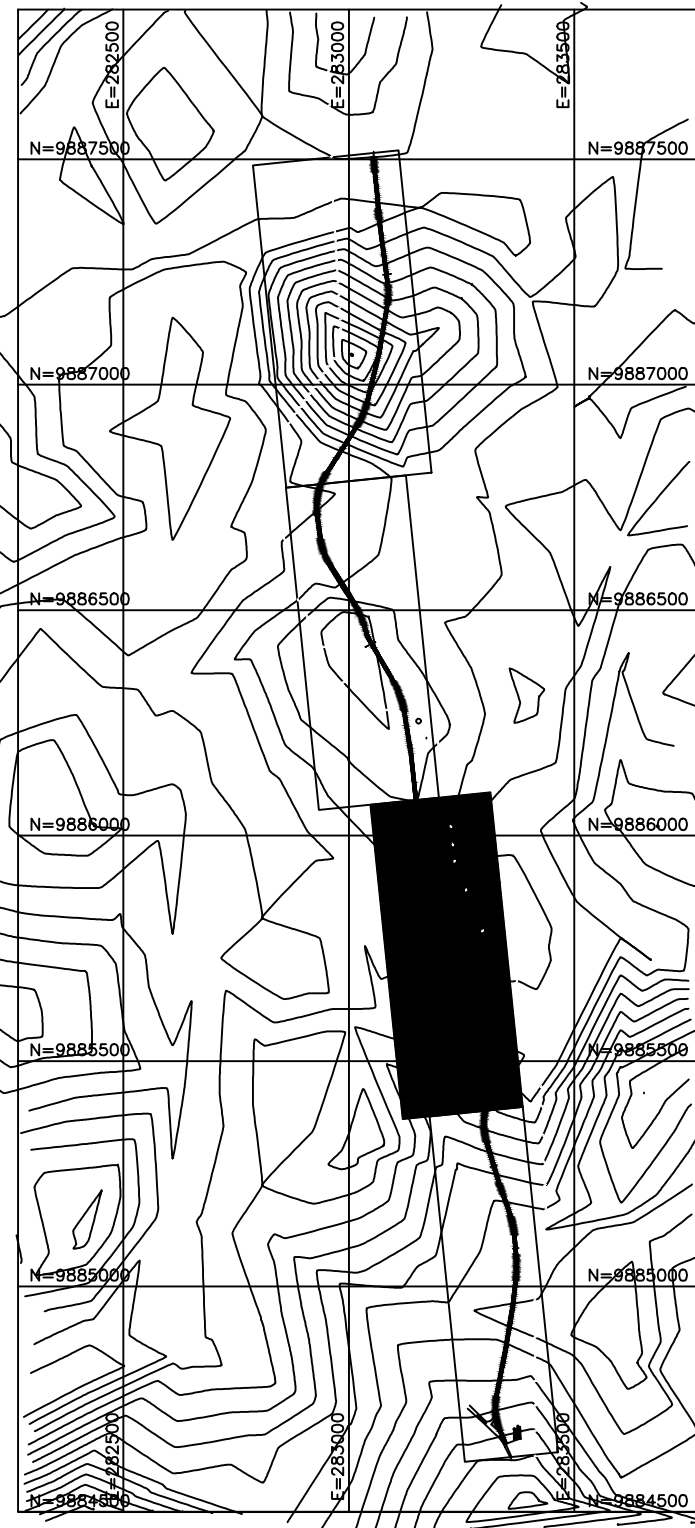


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:37,00 À E:74
ESC: 1/1250

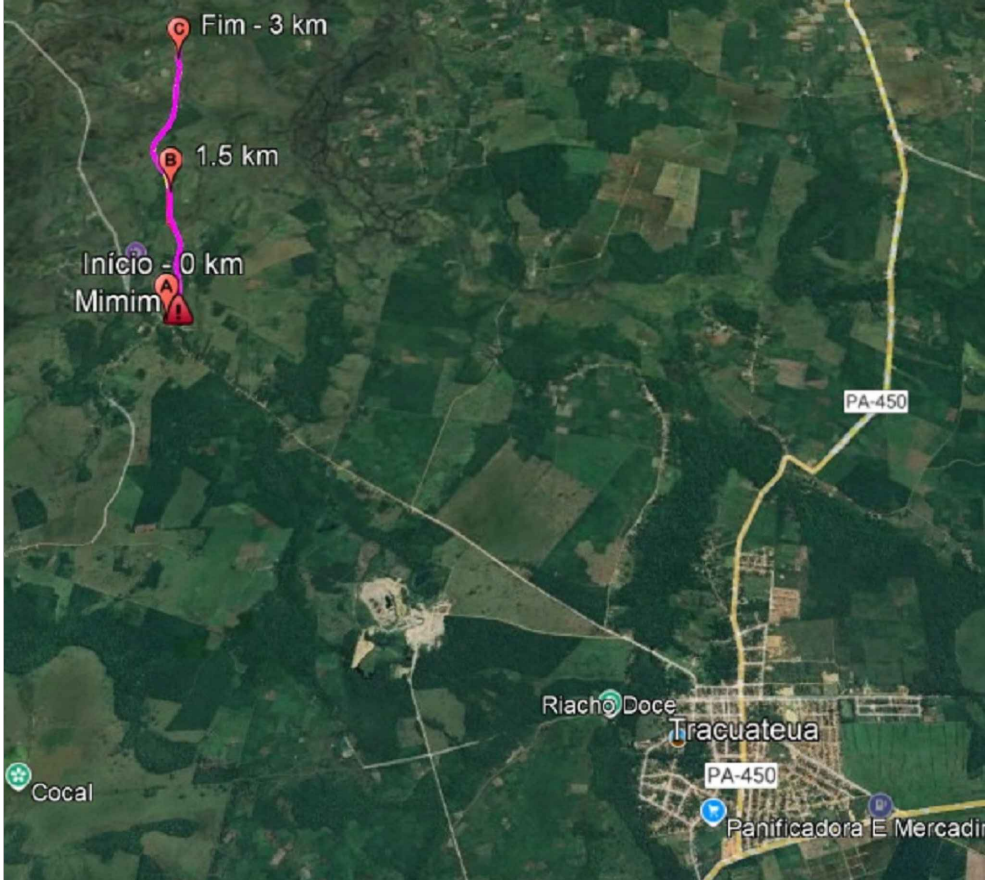
ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - ALINHAMENTO HORIZONTAL												
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	DIL (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI
L9	012° 23' 28.41"	-	-	-	-	-	69.309	-	38+1,384	41+10.693	N E	-
L10	006° 03' 06.01"	-	-	-	-	-	47.606	-	41+10.693	43+18.299	N E	-
L11	001° 05' 29.84"	-	-	-	-	-	41.409	-	43+18.299	45+19.708	N E	-
C-6	-	-	1.380	-	-	100.000	33.037	018° 55' 43.18"	45+19.708	47+12.745	N E	-
L12	342° 09' 46.66"	-	-	-	-	-	20.348	-	47+12.745	48+13.093	N E	-
C-7	-	-	0.829	-	-	200.000	36.360	010° 24' 58.82"	48+13.093	50+0.453	N E	-
L13	331° 44' 47.84"	-	-	-	-	-	91.617	-	50+0.453	55+1.070	N E	-
L14	325° 44' 30.85"	-	-	-	-	-	112.045	-	55+1.070	60+13.114	N E	-
C-8	-	-	7.788	-	-	190.000	106.993	032° 15' 52.02"	60+13.114	66+0.107	N E	-
L15	358° 00' 22.87"	-	-	-	-	-	105.033	-	66+0.107	71+5.140	N E	-
L16	353° 54' 19.10"	-	-	-	-	-	169.726	-	71+5.140	79+14.865	N E	-



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



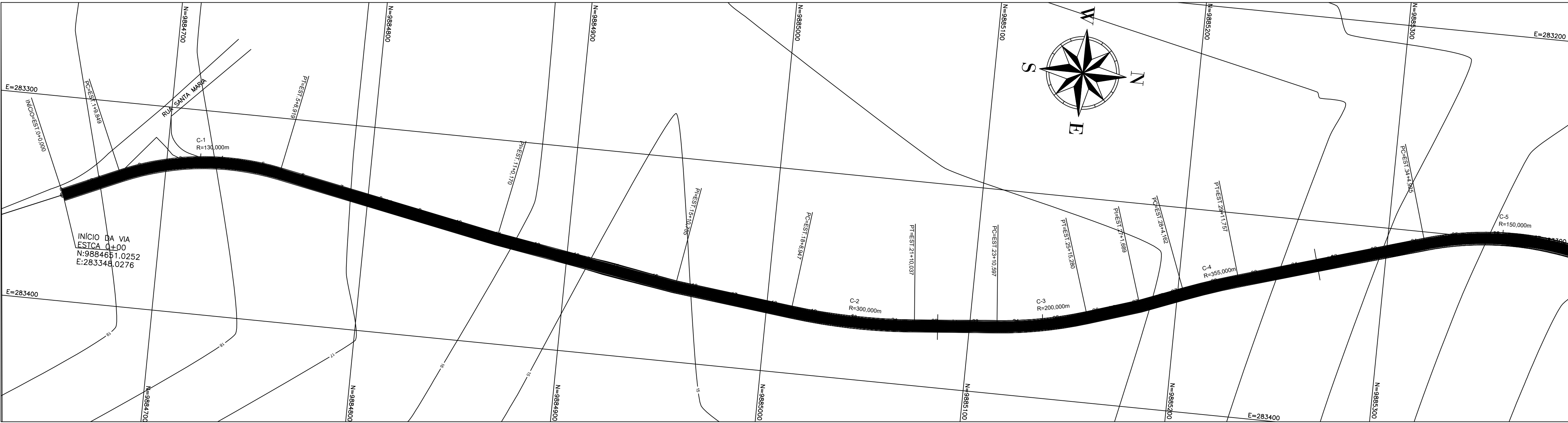
LEGENDA:

- LEITO DA VIA.
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO –2% À 2%.

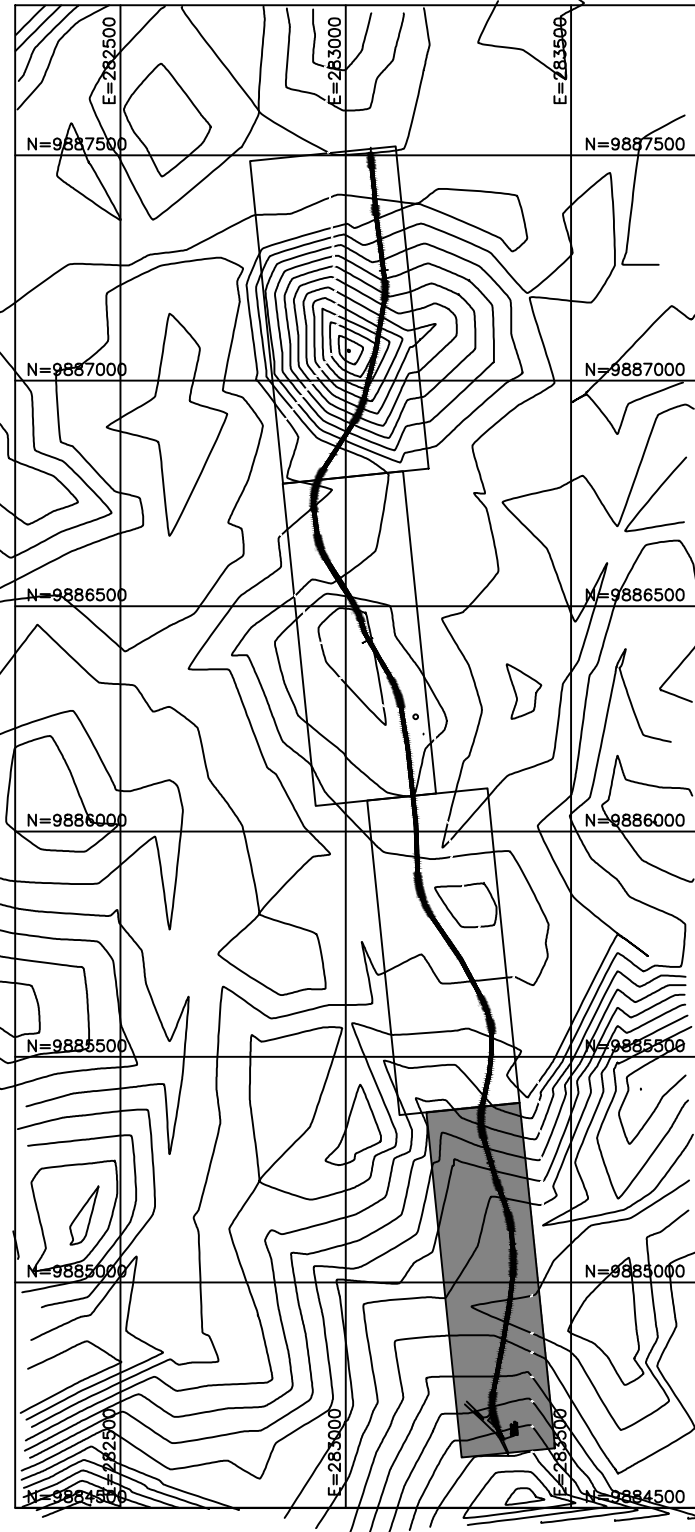
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA DE TRACUATEUA / PA					
PROJETO: PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAL MIMIM					
ESTACAS: E37 À E74					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	FASE	EXECUTIVO	11/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-001-PMT-02-R00		



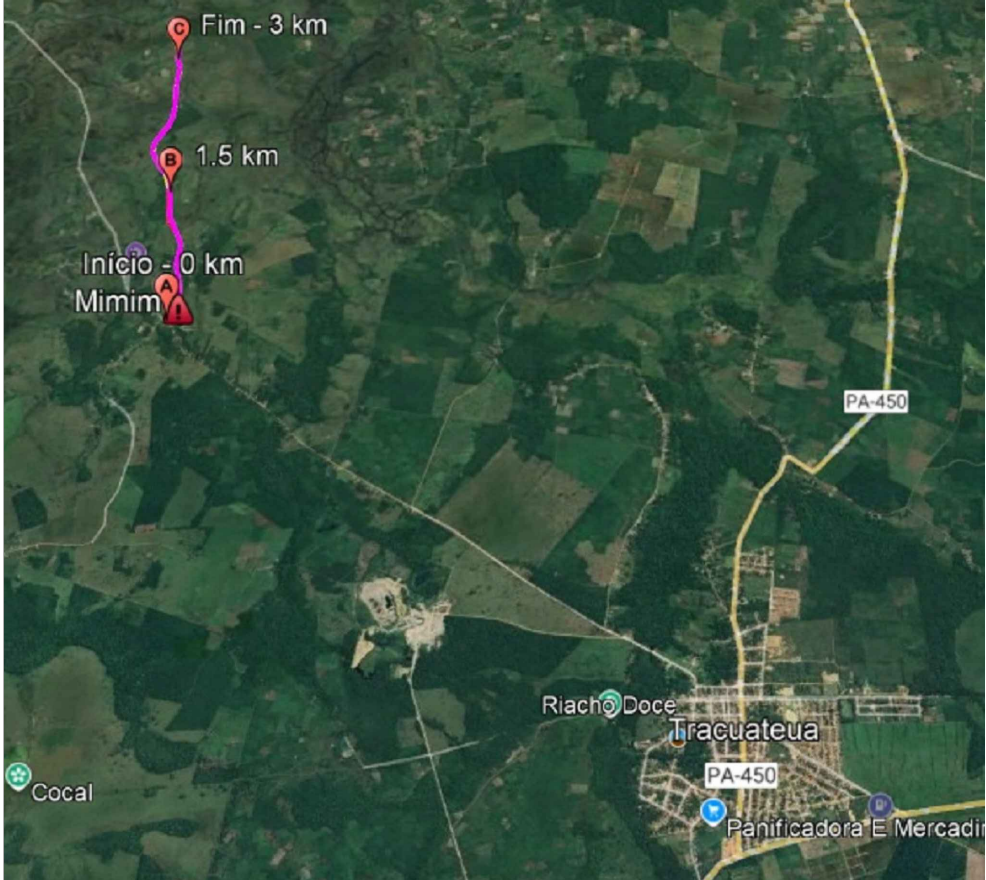
PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:0,00 À E:37,00
ESC: 1/1250

ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - ALINHAMENTO HORIZONTAL													
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI	ET-PT
L1	336° 10' 22.86"	-	-	-	-	29.849	-	-	0+0,00	1+9,849	N E	-	9884651,0257 283348,0274
C-1	-	6,252	-	-	130,000	79,071	034° 50' 58,01"	-	1+9,849	5+8,919	N E	9884715,6539 283319,4866	9884678,3303 283335,9693
L2	011° 01' 20,87"	-	-	-	-	111,250	-	-	5+8,919	11+0,170	N E	-	9884755,7024 283327,2875
L3	009° 20' 44,83"	-	-	-	-	90,585	-	-	11+0,170	15+10,755	N E	-	9884964,9006 283348,5579
L4	006° 34' 47,66"	-	-	-	-	58,192	-	-	15+10,755	18+8,947	N E	-	9884954,2834 283363,2683
C-2	-	1,562	-	-	300,000	61,090	011° 40' 02,10"	-	18+8,947	21+10,037	N E	9885042,5412 283373,4487	9885073,0712 283370,7307
L5	354° 54' 45,56"	-	-	-	-	40,560	-	-	21+10,037	23+10,597	N E	-	9885073,0712 283370,7307
C-3	-	1,254	-	-	200,000	44,683	012° 48' 02,51"	-	23+10,597	25+15,280	N E	9885135,8184 283365,1447	9885157,1687 283367,1341
L6	342° 06' 43,05"	-	-	-	-	26,409	-	-	25+15,280	27+1,689	N E	-	9885157,1687 283358,2536
L7	338° 43' 57,02"	-	-	-	-	22,473	-	-	27+1,689	28+4,162	N E	-	9885182,3006 283350,1420
C-4	-	0,268	-	-	355,000	27,595	004° 27' 13,50"	-	28+4,162	29+11,757	N E	9885216,1077 283336,9833	9885203,2433 283341,9905
L8	343° 11' 10,53"	-	-	-	-	93,168	-	-	29+11,757	34+4,925	N E	-	9885229,3220 283332,9902
C-5	-	5,007	-	-	150,000	76,458	029° 12' 17,88"	-	34+4,925	38+1,384	N E	9885318,5074 283294,7361	9885394,0845 283303,1219

PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.

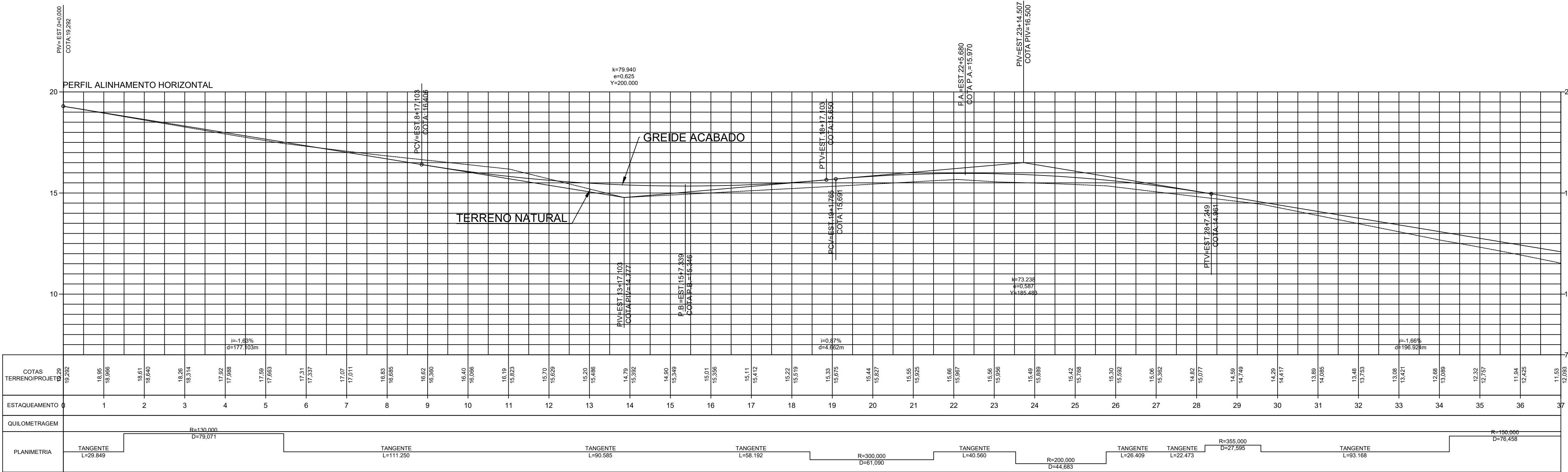


LEGENDA:

- LEITO DA VIA.
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

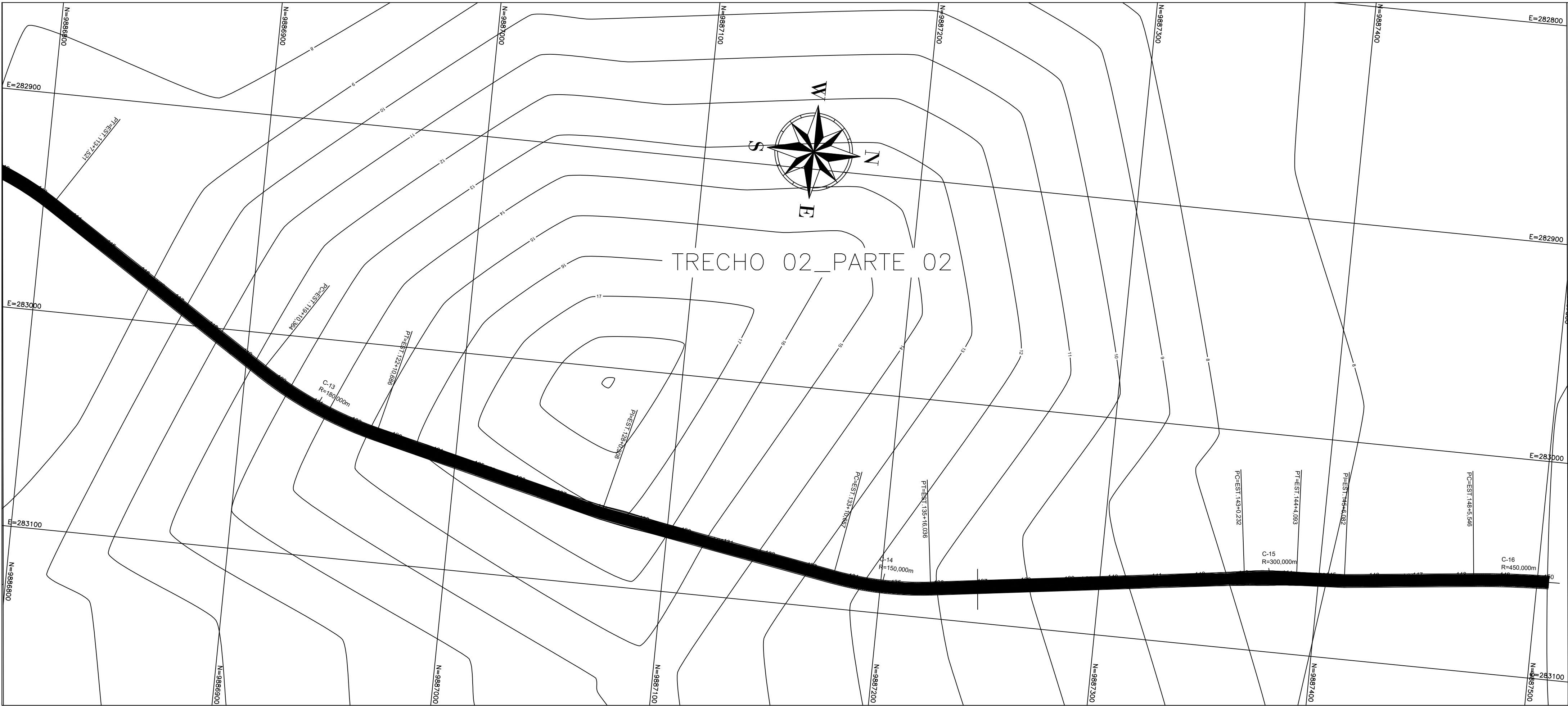


D

C

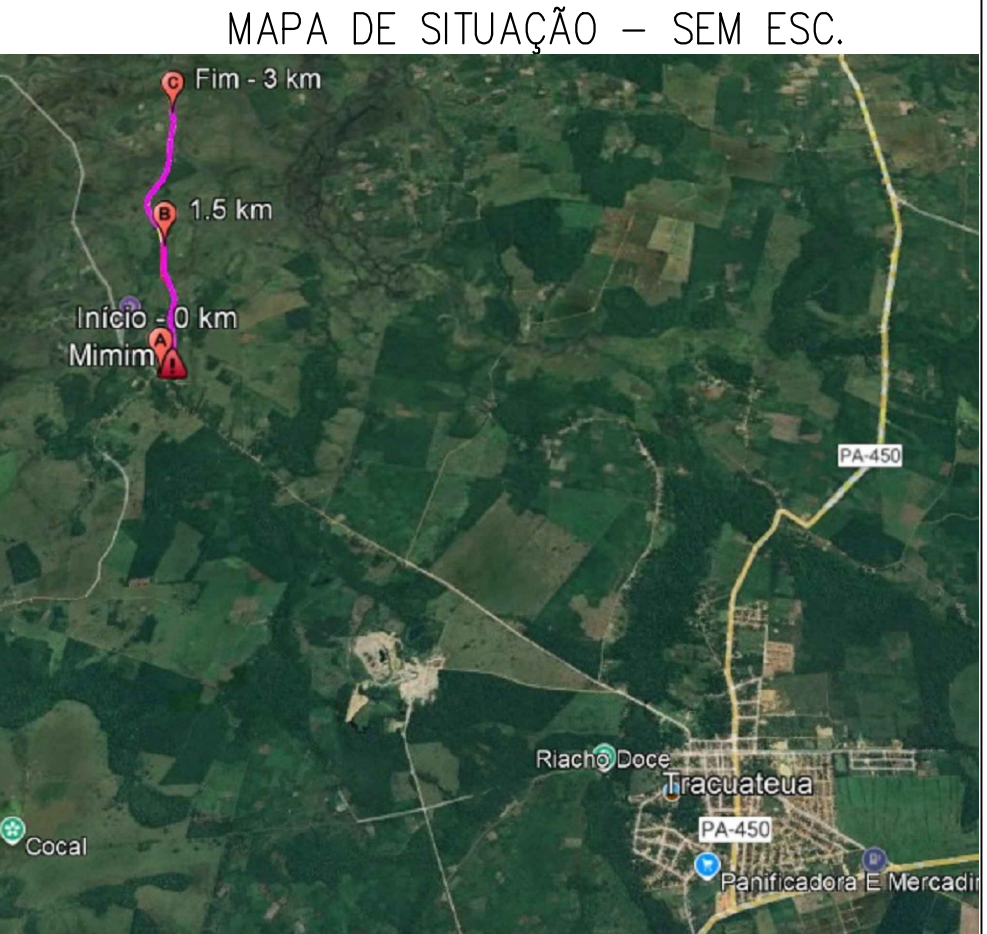
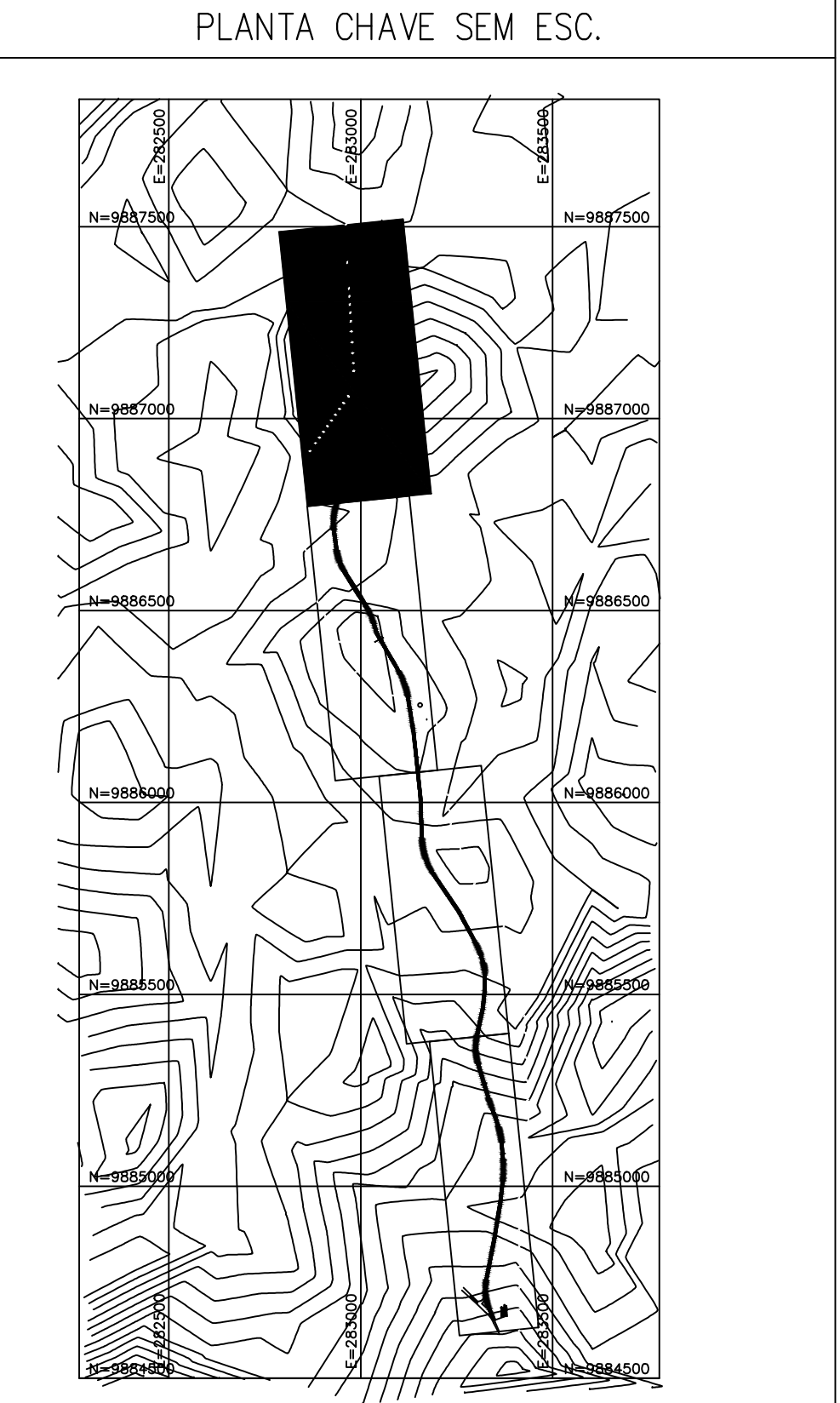
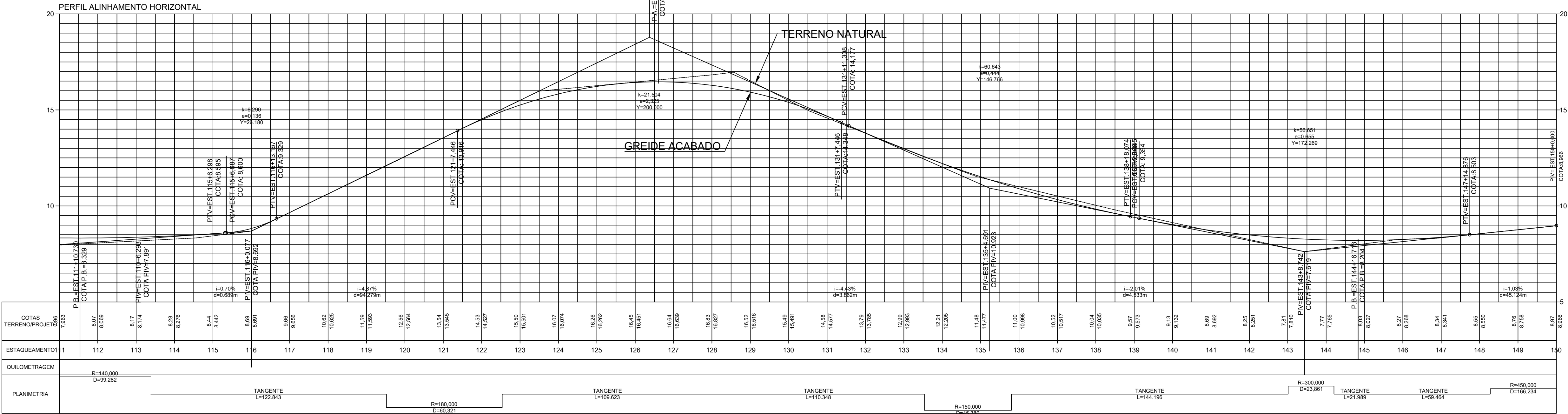
B

A



PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:111,00 À E:150,00
ESC: 1/1250

ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - ALINHAMENTO HORIZONTAL												
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	DL (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI
C-12	-	9,287	-	-	-	140,000	99,282	040° 37' 53,66"	108+8,240	113+7,521	N E	9886780,5038 282922,9008
L22	032° 46' 44,92"	-	-	-	-	-	122,843	-	113+7,521	119+10,364	N E	-
C-13	-	2,557	-	-	-	180,000	60,321	019° 12' 03,33"	119+10,364	122+10,886	N E	9886904,1719 282950,9625
L23	013° 34' 41,59"	-	-	-	-	-	109,023	-	122+10,886	128+0,308	N E	9886933,0515 283033,9534
L24	009° 45' 20,57"	-	-	-	-	-	110,348	-	128+0,308	133+10,657	N E	9886962,6468 283017,4698
C-14	-	1,733	-	-	-	150,000	45,380	017° 20' 01,82"	133+10,657	135+6,036	N E	9887009,2055 283041,1013
L25	352° 25' 18,75"	-	-	-	-	-	144,198	-	135+6,036	143+0,232	N E	9887069,2055 283066,8377
C-15	-	0,237	-	-	-	300,000	23,861	004° 33' 25,58"	143+0,232	144+4,093	N E	9887177,9581 283086,3950
L26	356° 56' 44,33"	-	-	-	-	-	21,989	-	144+4,093	145+6,082	N E	9887223,1569 283086,3950
L27	353° 52' 42,50"	-	-	-	-	-	59,464	-	145+6,082	148+5,546	N E	9887377,9259 283086,3950
C-16	-	7,787	-	-	-	400,000	166,234	021° 09' 56,17"	148+5,546	156+11,790	N E	9887389,8460 283085,1755



- LEGENDA:
- LEITO DA VIA.
 - CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
 - EIXO DA VIA
 - BUEIRO DE TRAVESSIA
- NOTAS:
- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
 - DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM - SIRGAS 2000.
 - OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
 - OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
 - OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

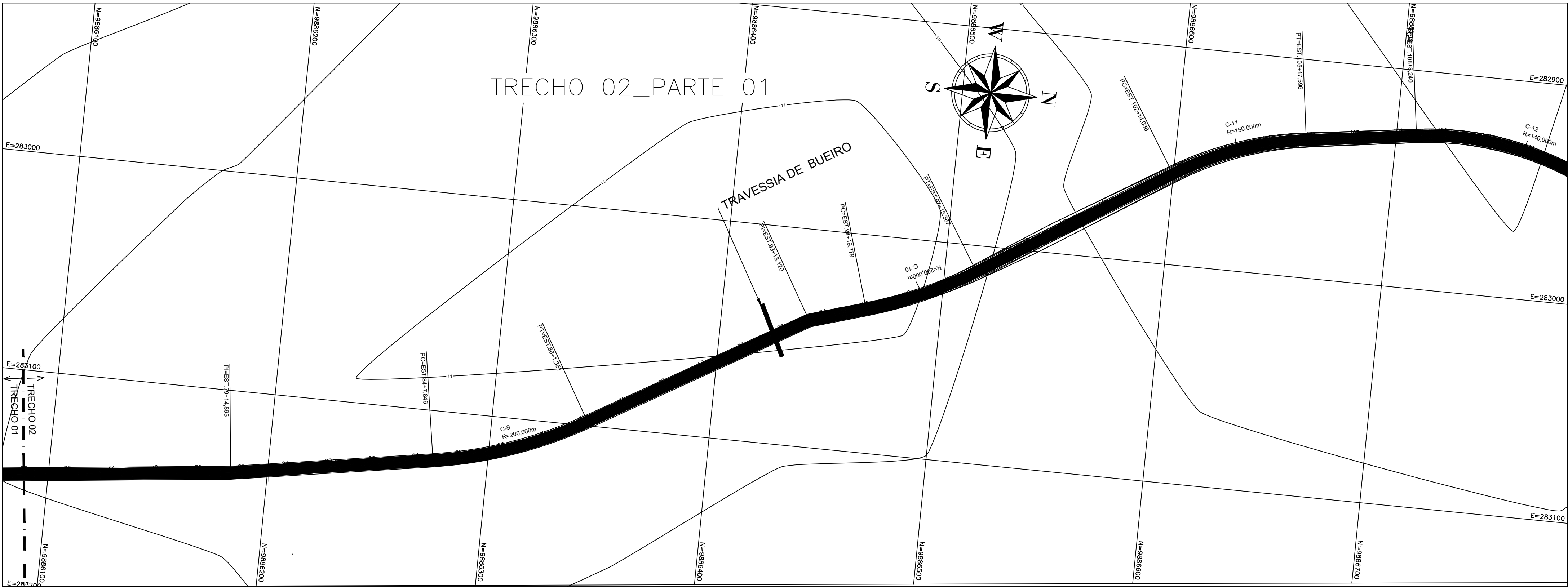
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA DE TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAL MIMIM					
ESTACAS: E111 A E150					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	FASE	EXECUTIVO	13/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-001-PMT-04-R00		

D

C

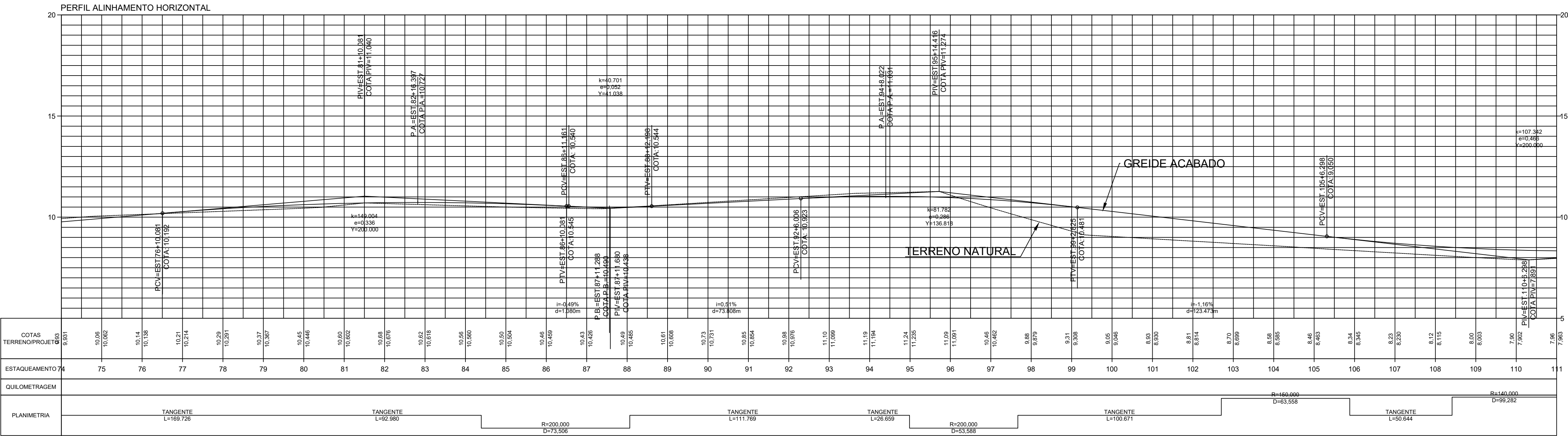
B

A

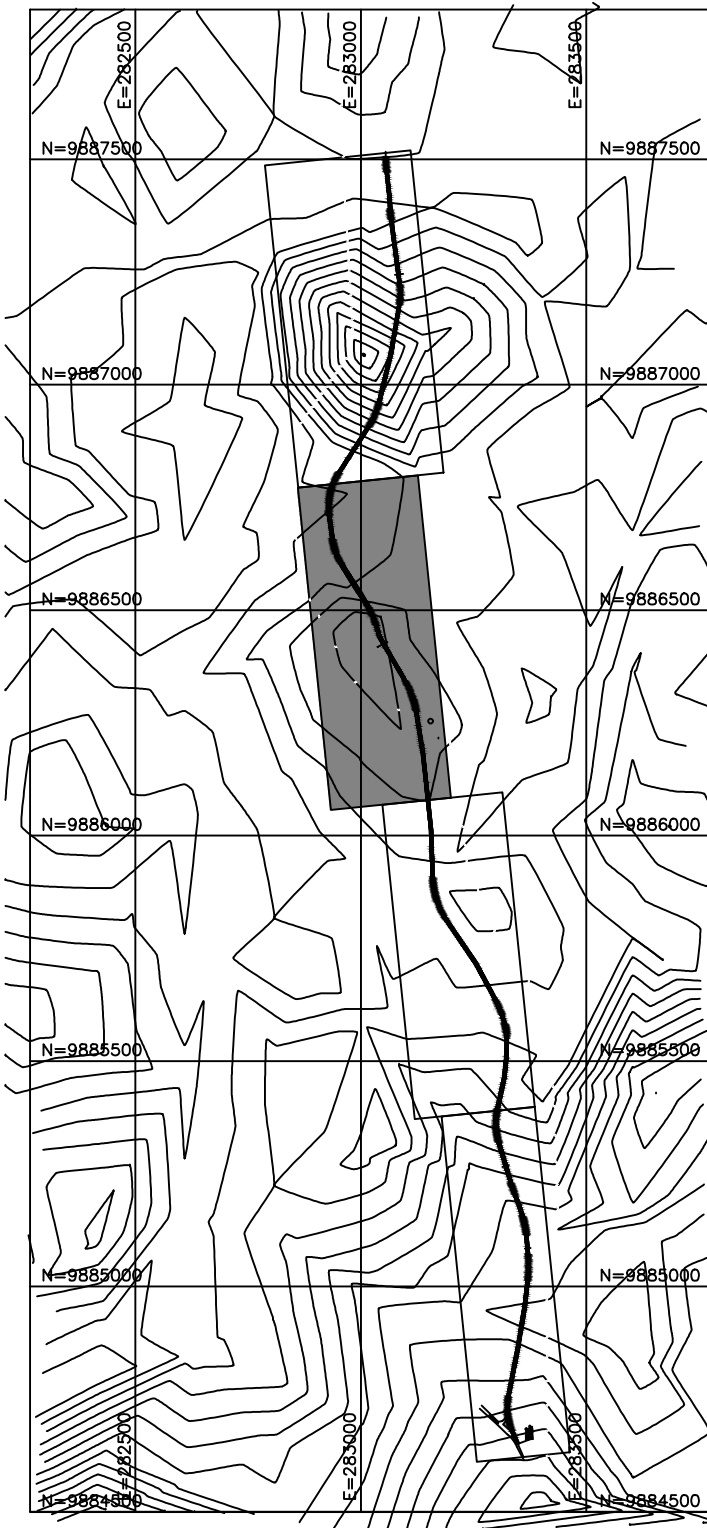


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:74,00 À E:111+10
ESC: 1/1250

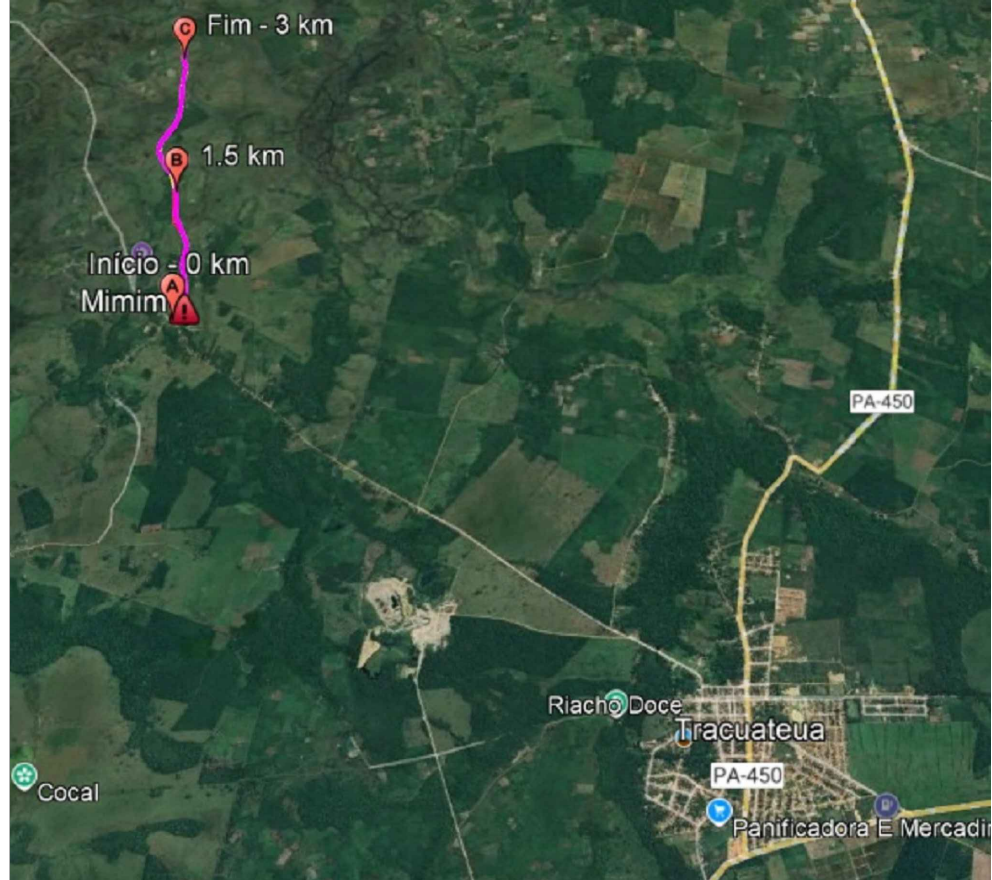
ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - ALINHAMENTO HORIZONTAL														
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI	TE-PC	ET-PT
L16	353° 54' 19.10"	-	-	-	-	169.726	-	-	71+5.140	79+14.865	N E	-	9886183.2282 283155.6241	9886183.2282 283137.6040
L17	350° 49' 00.90"	-	-	-	-	92.980	-	-	79+14.865	84+7.846	N E	-	9886183.2282 283137.6040	9886275.0168 283122.7653
C-9	-	-	3.425	-	-	200.000	73.506	021° 03' 28.00"	84+7.846	88+1.351	N E	9886311.7125 283116.8330	9886275.0168 283122.7653	9886343.8261 283098.1118
L18	329° 45' 32.96"	-	-	-	-	111.769	-	-	88+1.351	93+13.120	N E	-	9886440.3851 283098.1118	9886440.3851 283041.8209
L19	343° 13' 19.82"	-	-	-	-	26.659	-	-	93+13.120	94+19.779	N E	-	9886440.3851 283041.8209	9886465.9088 283034.1256
C-10	-	-	1.808	-	-	200.000	53.588	015° 21' 06.91"	94+19.779	97+13.367	N E	9886491.7170 283026.3446	9886465.9088 283034.1256	9886514.5442 283012.0086
L20	327° 52' 12.91"	-	-	-	-	100.671	-	-	97+13.367	102+14.038	N E	-	9886514.5442 283012.0086	9886599.7973 282958.4678
C-11	-	-	3.430	-	-	150.000	63.558	024° 16' 38.30"	102+14.038	105+17.596	N E	9886527.1191 282941.3090	9886599.7973 282958.4678	9886650.0787 282936.9012
L21	352° 08' 51.27"	-	-	-	-	50.644	-	-	105+17.596	108+8.240	N E	-	9886650.0787 282936.9012	9886709.2484 282929.9821
C-12	-	-	9.287	-	-	140.000	99.282	040° 37' 53.66"	108+8.240	113+7.521	N E	9886760.5938 282922.9008	9886709.2484 282929.9821	9886804.1718 282950.9625



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



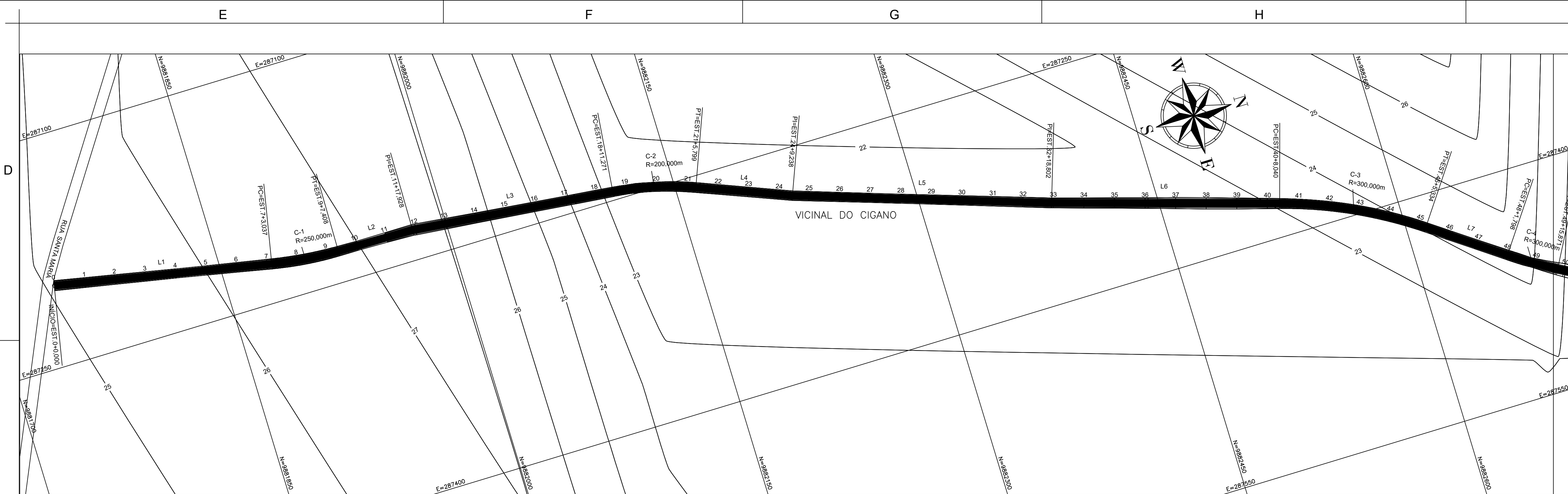
LEGENDA:

- LEITO DA VIA.
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

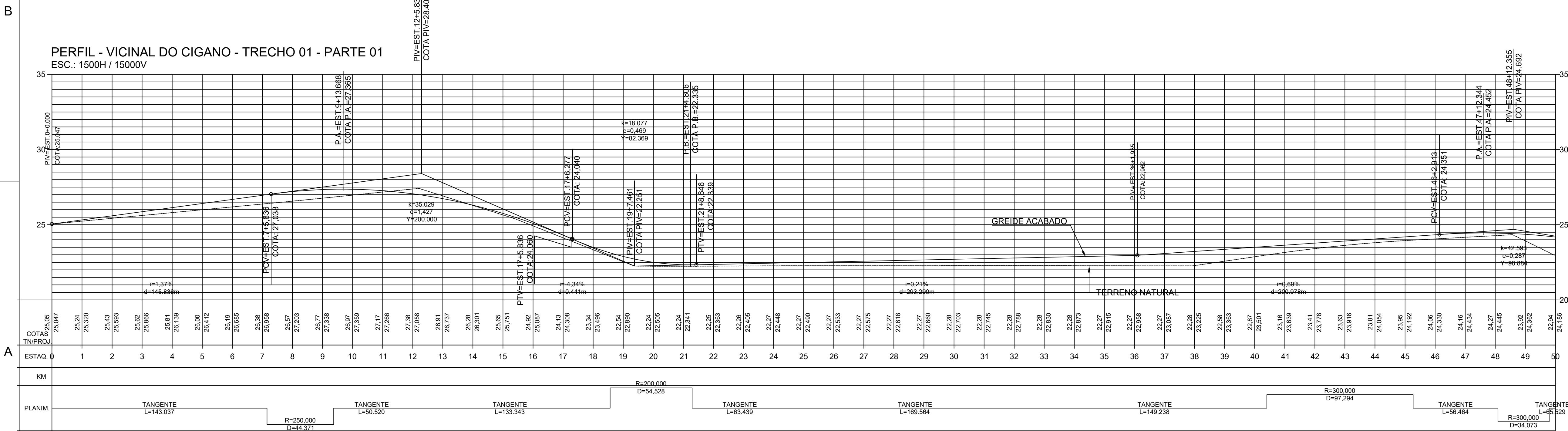
- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFOFA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1					
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO: RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA DE TRACUATEUA / PA					
PROJETO: PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAL MIMIM					
ESTACAS: E74 À E111					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	ARQUITETO E URBANISTA	FASE	EXECUTIVO 12/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-001-PMT-03-R00		

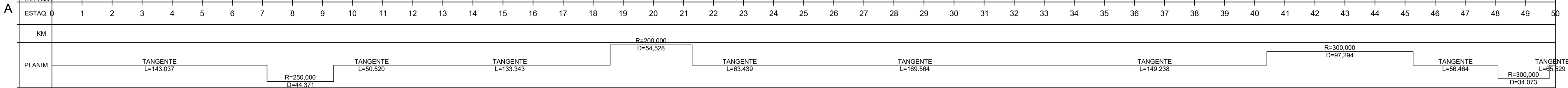


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:0,00 À E:50,00
ESC: 1/1500

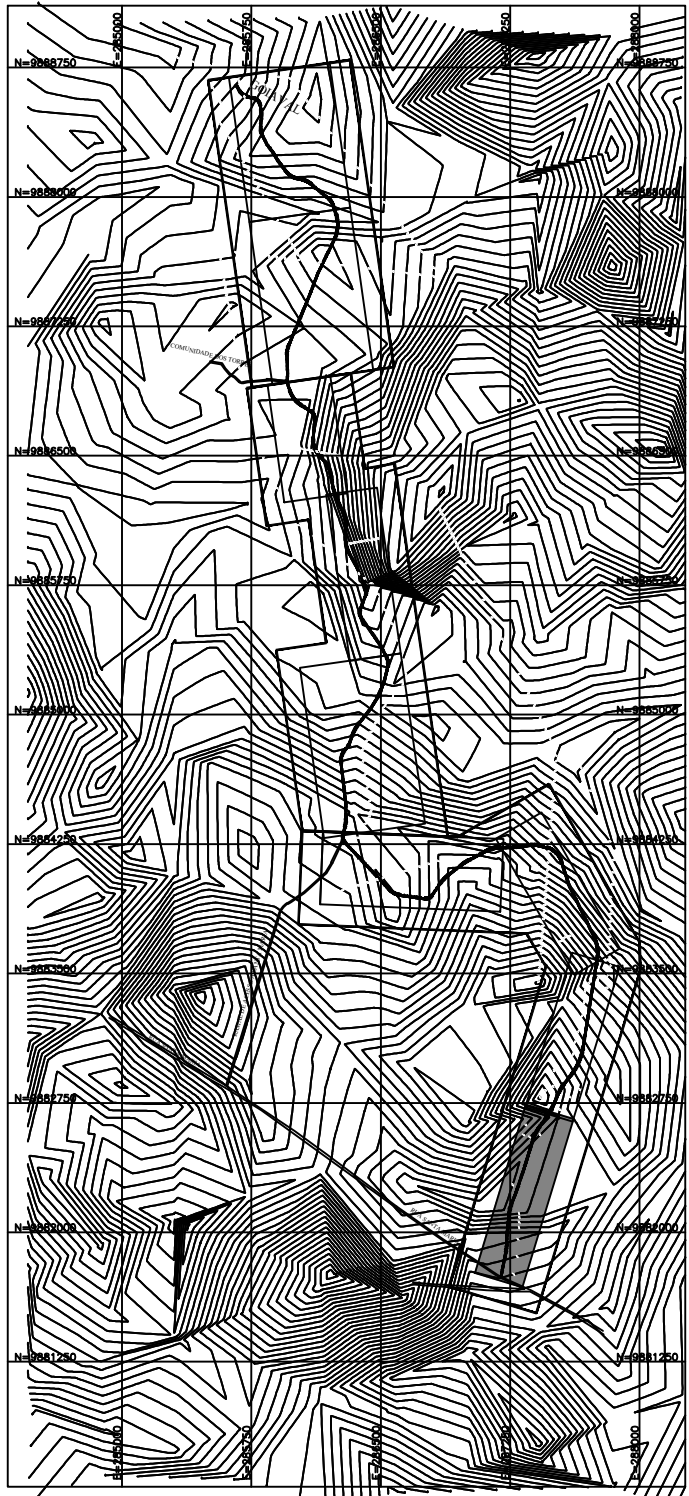
ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - EIXO VICINAL														
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI	TE-PC	ET-PT
L1	011° 08' 25.08"	-	-	-	-	-	143,037	-	0+0,000	7+3,037	N E	-	9881742,8246 287197,2520	9881883,1667 287224,8885
C-1	-	-	0,988	-	-	250,000	44,371	010° 10' 08.30"	7+3,037	9+7,408	N E	9881904,9913 287229,1863	9881883,1667 287224,8885	9881927,2317 287229,5634
L2	000° 58' 16.78"	-	-	-	-	-	50,520	-	9+7,408	11+17,928	N E	-	9881927,2317 287229,5634	9881977,7442 287230,4198
L3	006° 04' 02.70"	-	-	-	-	-	133,343	-	11+17,928	18+11,271	N E	-	9881977,7442 287230,4198	9882110,3404 287244,5139
C-2	-	-	1,873	-	-	200,000	54,528	015° 37' 16.35"	18+11,271	21+5,799	N E	9882137,6210 287247,4137	9882110,3404 287244,5139	9882163,1131 287257,5524
L4	021° 41' 19.05"	-	-	-	-	-	63,439	-	21+5,799	24+9,238	N E	-	9882163,1131 287257,5524	9882222,0608 287280,9970
L5	018° 29' 32.32"	-	-	-	-	-	169,564	-	24+9,238	32+18,802	N E	-	9882222,0608 287280,9970	9882382,8698 287334,7789
L6	016° 57' 34.71"	-	-	-	-	-	149,238	-	32+18,802	40+8,040	N E	-	9882382,8698 287334,7789	9882525,6173 287378,3113
C-3	-	-	3,988	-	-	300,000	97,294	018° 34' 54.55"	40+8,040	45+5,334	N E	9882572,5610 287392,6272	9882525,6173 287378,3113	9882612,4955 287421,1559
L7	035° 32' 29.26"	-	-	-	-	-	56,464	-	45+5,334	48+1,798	N E	-	9882612,4955 287421,1559	9882658,4398 287453,9779
C-4	-	-	0,484	-	-	300,000	34,073	006° 30' 26.64"	48+1,798	49+15,871	N E	9882672,3171 287463,8916	9882658,4398 287453,9779	9882687,2286 287472,1687



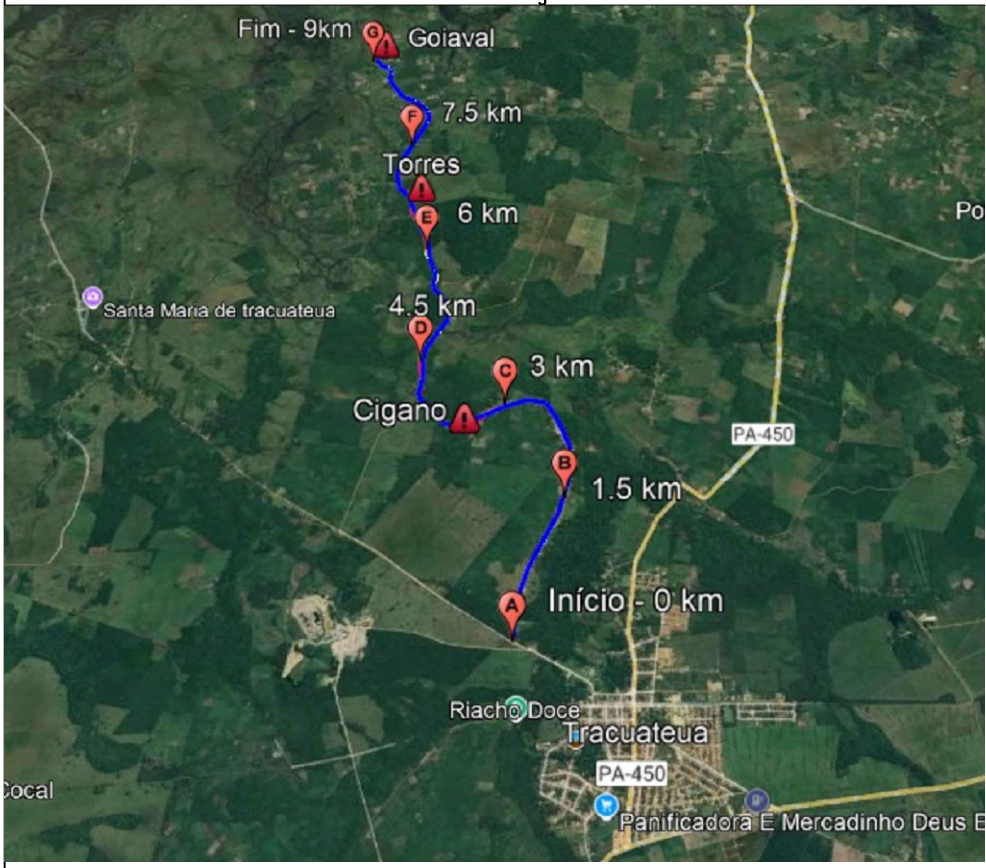
PERFIL - VICINAL DO CIGANO - TRECHO 01 - PARTE 01
ESC.: 1500H / 1500V



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



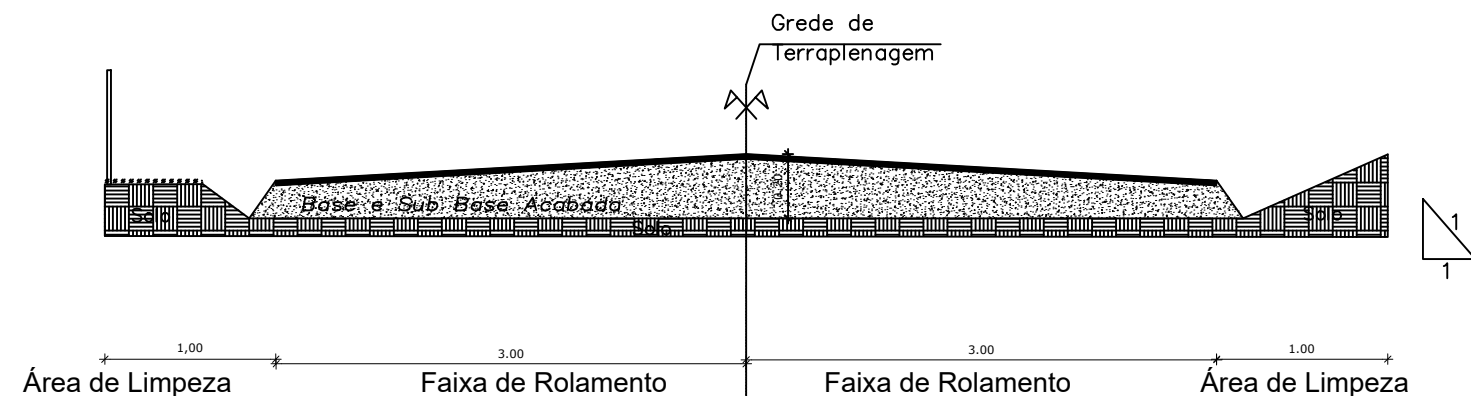
LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

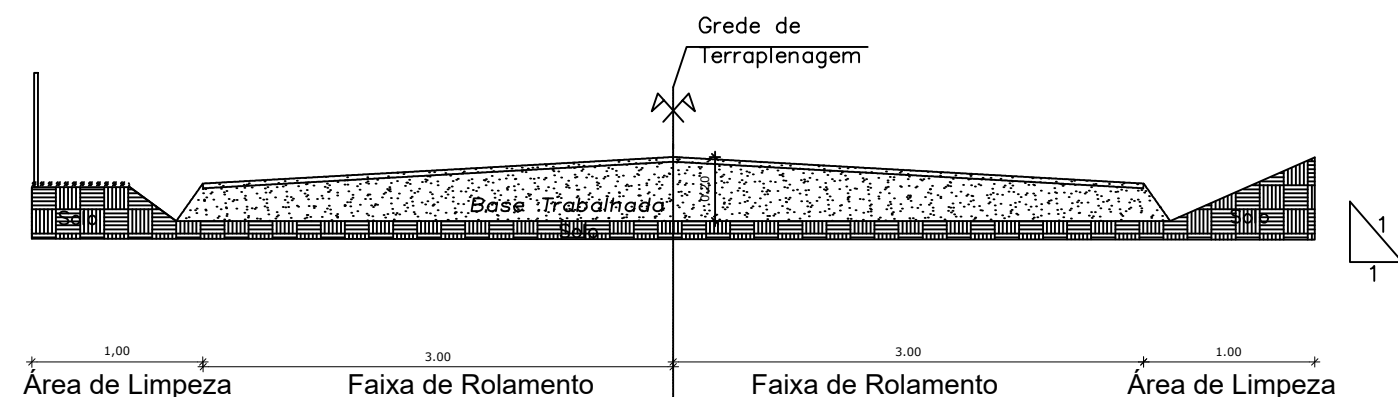
NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATINGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1					
AS INFORMAÇÕES DESTA DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS, PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
OBJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO: PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E0 À E50					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	-	FASE EXECUTIVO	1/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-01-R00		



SEÇÃO DE VIAS - RECUPERADA



SEÇÃO DE VIAS - ÁREA DE ESCAVAÇÃO DE BASE

NOTAS:

1. TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. OS SOLOS ESCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
3. OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTCAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
4. OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

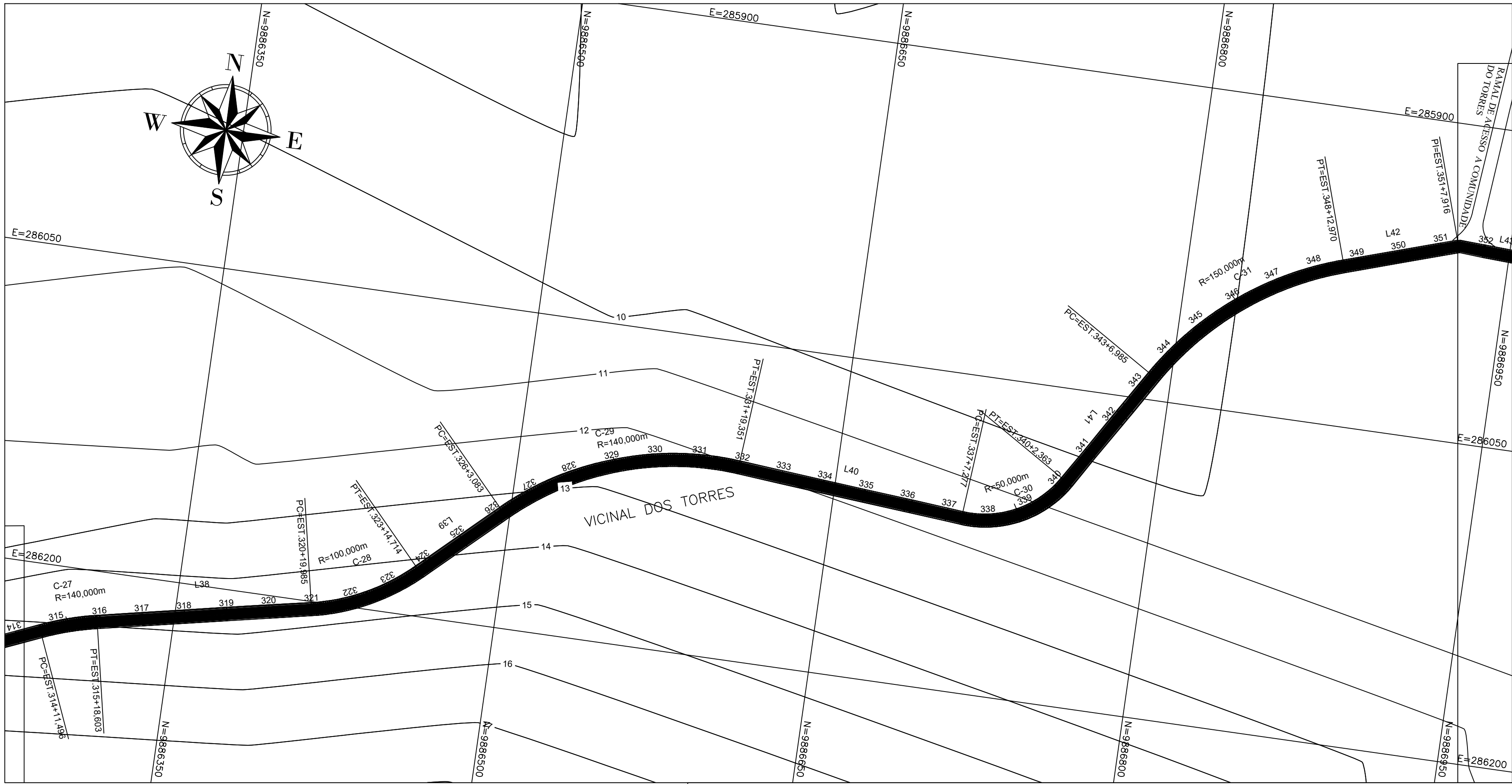
--					
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS, PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
		PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA			
OBJETO:		VICINAL - SEÇÕES TIPO TRACUATEUA / PA			
PROJETO:		PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM RECUPERAÇÃO DE VICINAL			
TÍTULO		SEÇÃO DE VIAS GEOMÉTRICO			
Documento assinado digitalmente gov.br JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO Data: 20/11/2024 13:26:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br		TEC. RESP. JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO ARQUITETO E URBANISTA CAU A753548		ESCALA INDICADA FASE EXECUTIVO	FOLHA 1/1
PROJ.	-	APROV.		DATA	Nº DO DOCUMENTO: GEO-DET-001-PMT-01-R00
				06/2024	

D

C

B

A

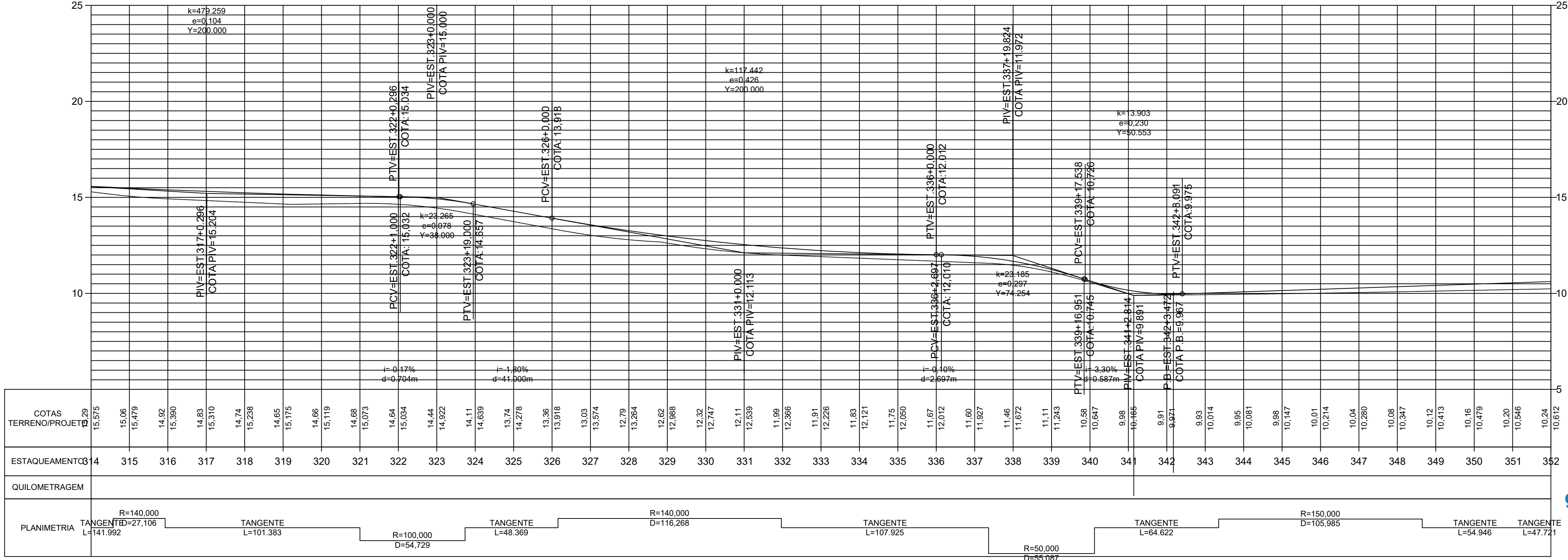


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:314,00 À E:352,00
ESC: 1/1500

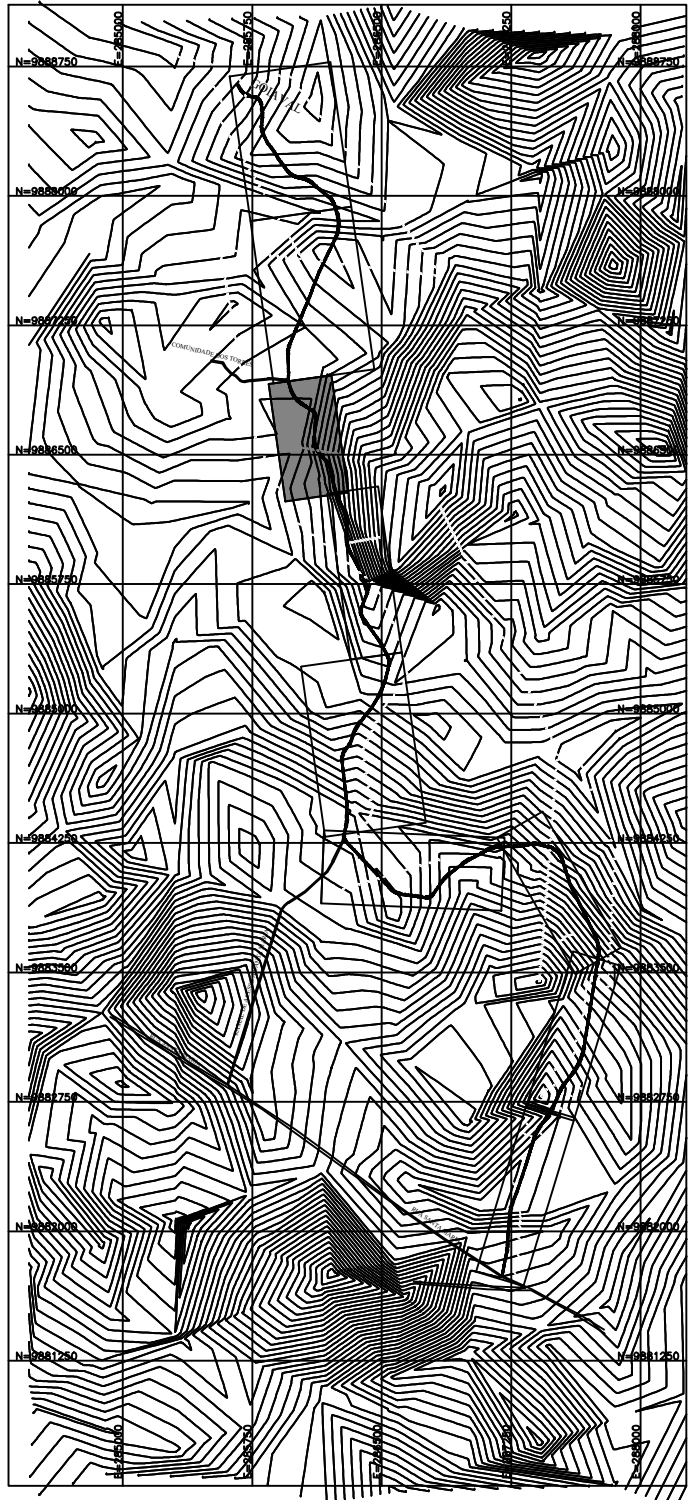
ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - EIXO VICINAL

Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI	TE-PC	ET-PT
C-27	-	-	0,659	-	-	140,000	27,106	011° 05' 36,52"	314+11,496	315+18,603	N E	9886300,9435 286226,6560	9886288,3973 286231,8940	9886314,2632 286223,9300
L38	348° 25' 59,65"	-	-	-	-	-	101,383	-	315+18,603	320+19,985	N E	-	9886413,5869 286223,9300	9886413,5869 286203,6018
C-28	-	-	3,865	-	-	100,000	54,729	031° 21' 26,28"	320+19,985	323+14,714	N E	9886441,0854 286197,9737	9886413,5869 286203,6018	9886461,6387 286178,8583
L39	317° 04' 33,37"	-	-	-	-	-	48,369	-	323+14,714	326+3,083	N E	-	9886461,6387 286178,8583	9886497,0575 286145,9174
C-29	-	-	13,002	-	-	140,000	116,268	047° 34' 59,98"	326+3,083	331+19,351	N E	9886542,2546 286103,8623	9886497,0575 286145,9174	9886603,7737 286108,8960
L40	004° 39' 33,34"	-	-	-	-	-	107,925	-	331+19,351	337+7,277	N E	-	9886603,7737 286108,8960	9886711,3422 286117,6628
C-30	-	-	8,680	-	-	50,000	55,087	063° 07' 28,14"	337+7,277	340+2,363	N E	9886741,9556 286120,1578	9886711,3422 286117,6628	9886758,0199 286093,9788
L41	301° 32' 05,20"	-	-	-	-	-	64,622	-	340+2,363	343+6,985	N E	-	9886758,0199 286093,9788	9886791,8184 286038,8997
C-31	-	-	9,873	-	-	150,000	105,985	040° 28' 59,57"	343+6,985	348+12,970	N E	9886820,7480 285991,7552	9886791,8184 286038,8997	9886873,3591 285974,6791
L42	342° 01' 04,77"	-	-	-	-	-	54,946	-	348+12,970	351+7,916	N E	-	9886873,3591 285974,6791	9886925,6213 285977,7162

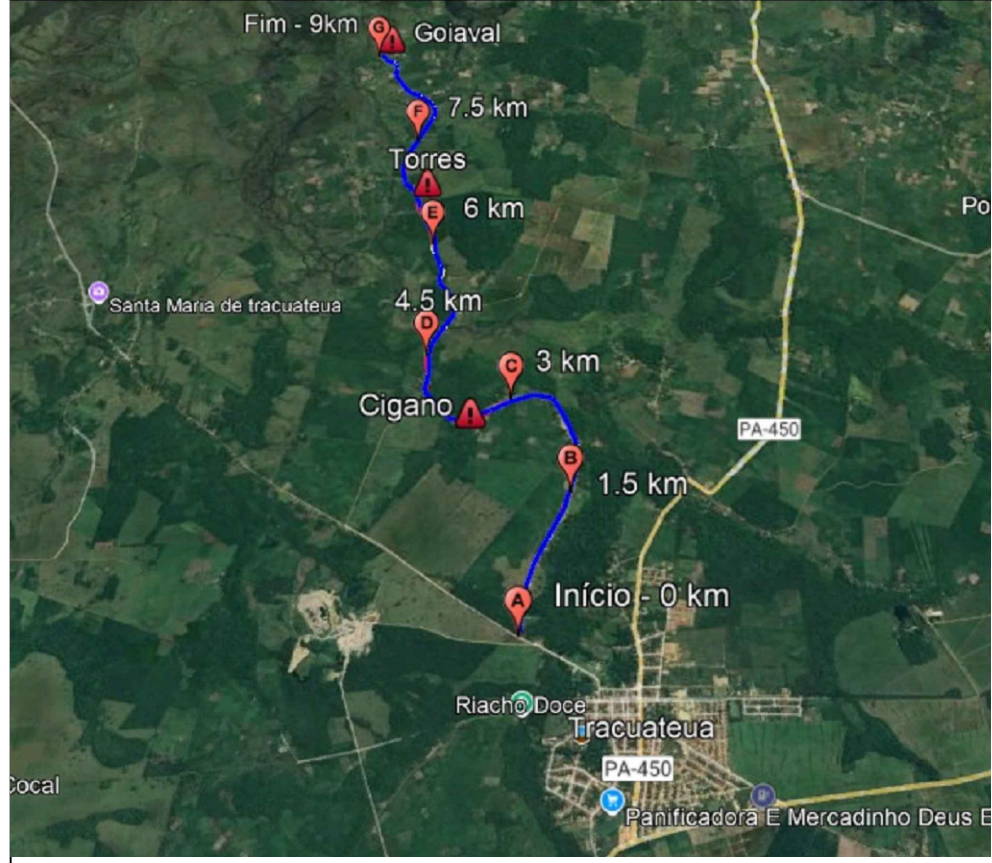
PERFIL - VICINAL DOS TORRES - TRECHO 02 - PARTE 03
ESC.: 1500H / 15000V



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



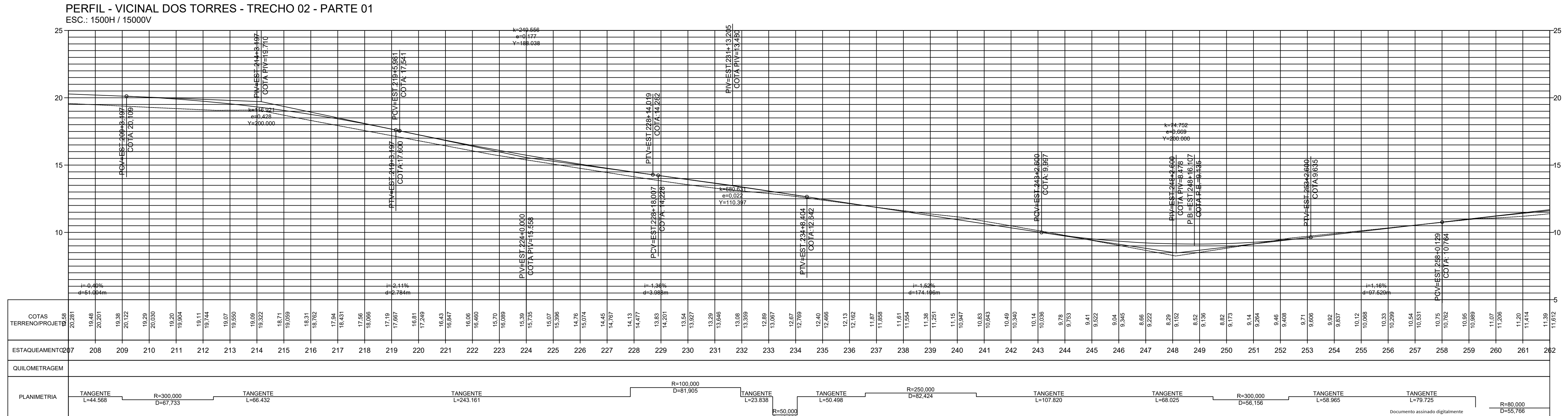
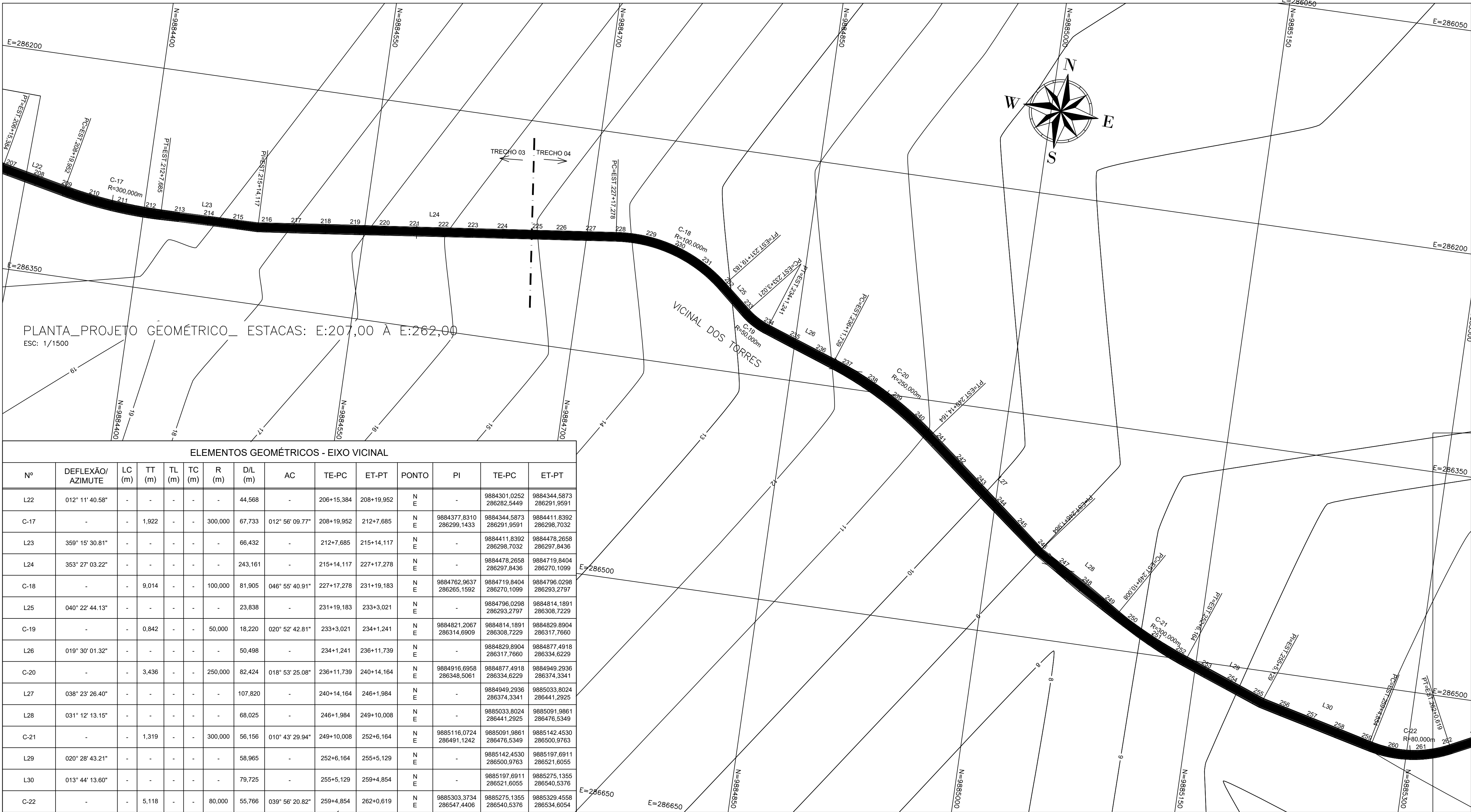
LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

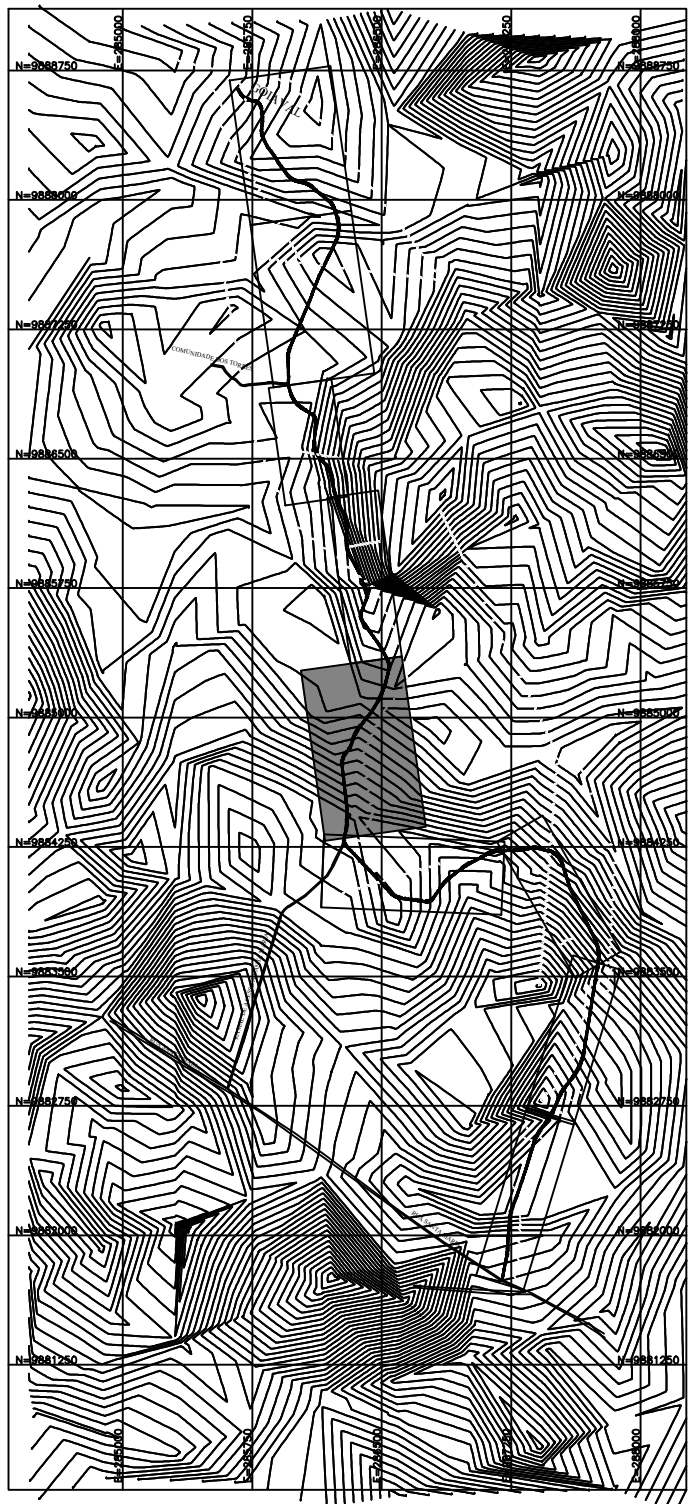
NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA; OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

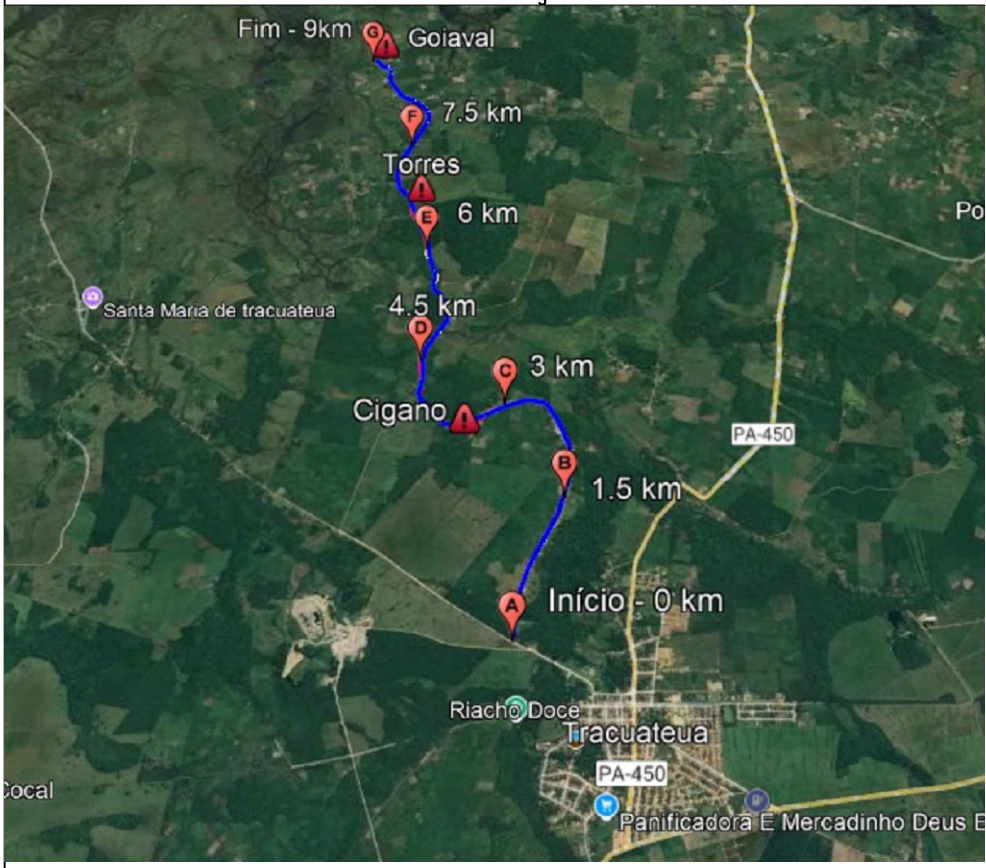
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS	INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS, PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.				
OBJETO:					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E314 À E352					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	DWAPI	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	ARQUITETO E URBANISTA	FASE EXECUTIVO	7/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-07-R00		



PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATINGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

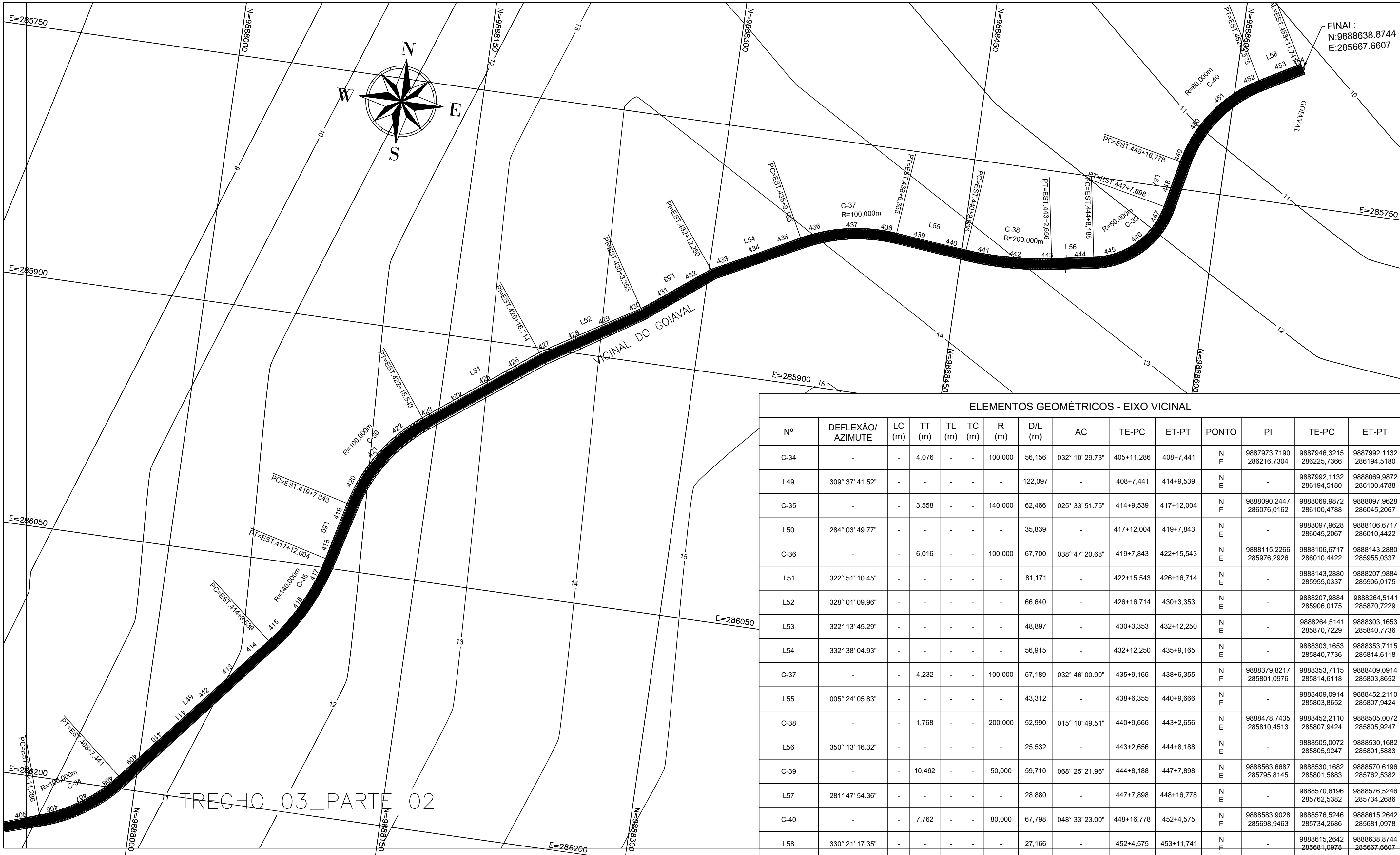
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
-	-	-	-	-	-
AS INFORMAÇÕES DESTA DOCUMENTAÇÃO SÃO EXCLUSIVAS. PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
OBJETO:					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
PROJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E207 A E262					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	-	FASE EXECUTIVO	5/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-05-R00		

D

C

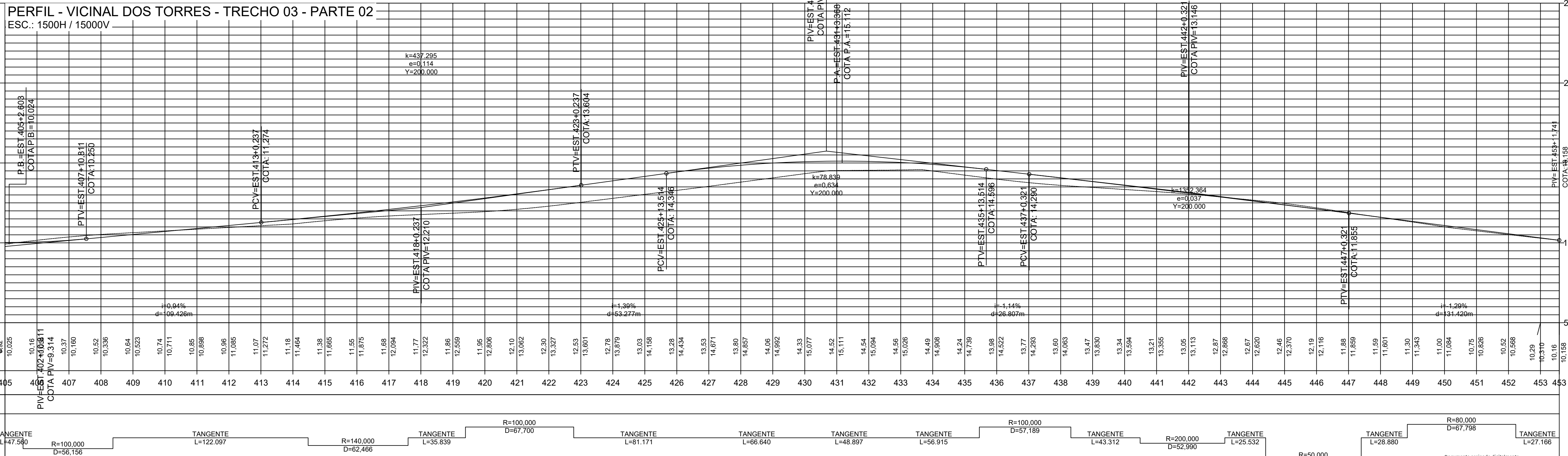
B

A



PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ESTACAS: E:405,00 À E:454,00

ESC.: 1/1500



PERFIL - VICINAL DOS TORRES - TRECHO 03 - PARTE 02

ESC.: 1500H / 15000V

ANIMETRIA TANGENTE L=47.580 R=100.000 D=56.156 TANGENTE L=122.097 R=140.000 D=62.466 TANGENTE L=81.171 R=100.000 D=67.700 TANGENTE L=66.640 R=100.000 D=57.189 TANGENTE L=43.312 R=200.000 D=52.990 TANGENTE L=25.532 R=50.000 D=59.710 TANGENTE L=28.880 R=80.000 D=67.798 TANGENTE L=27.166

Documento assinado digitalmente

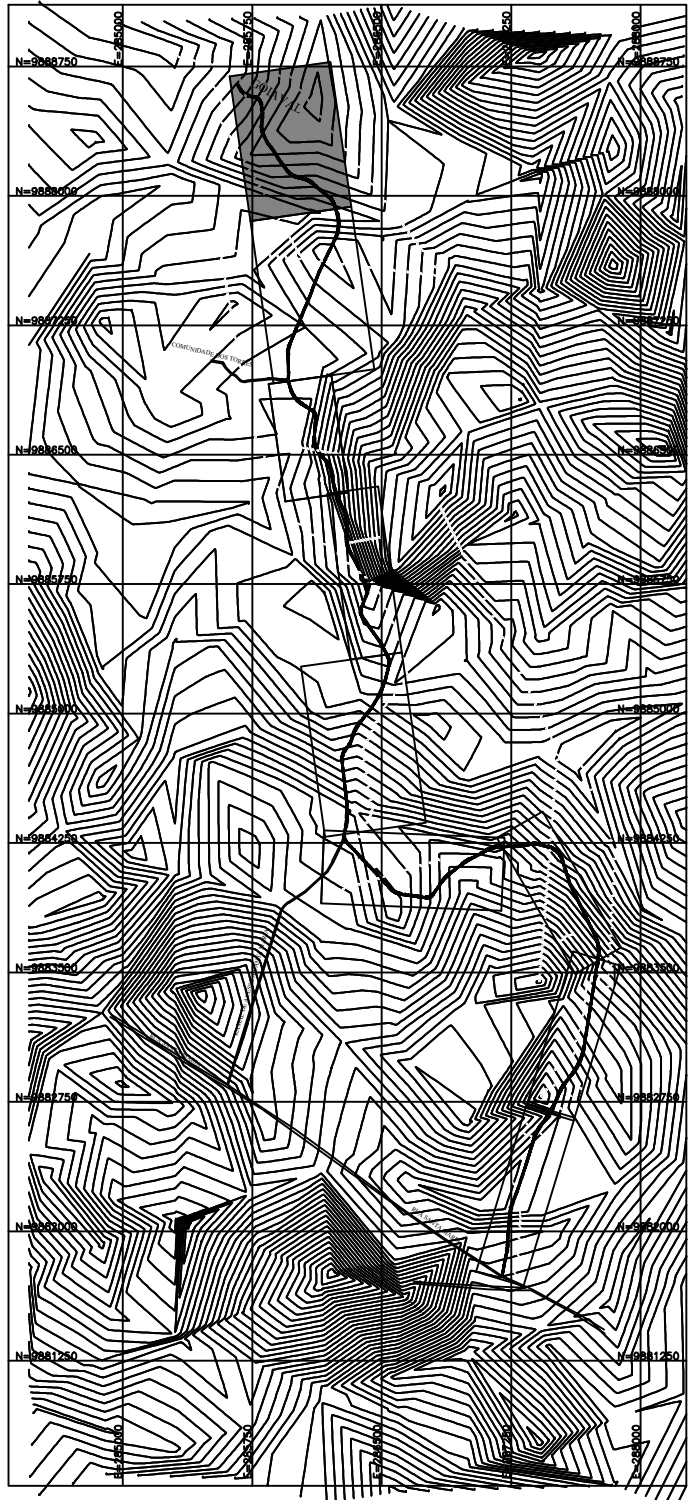
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO

ARQUITETO E URBANISTA

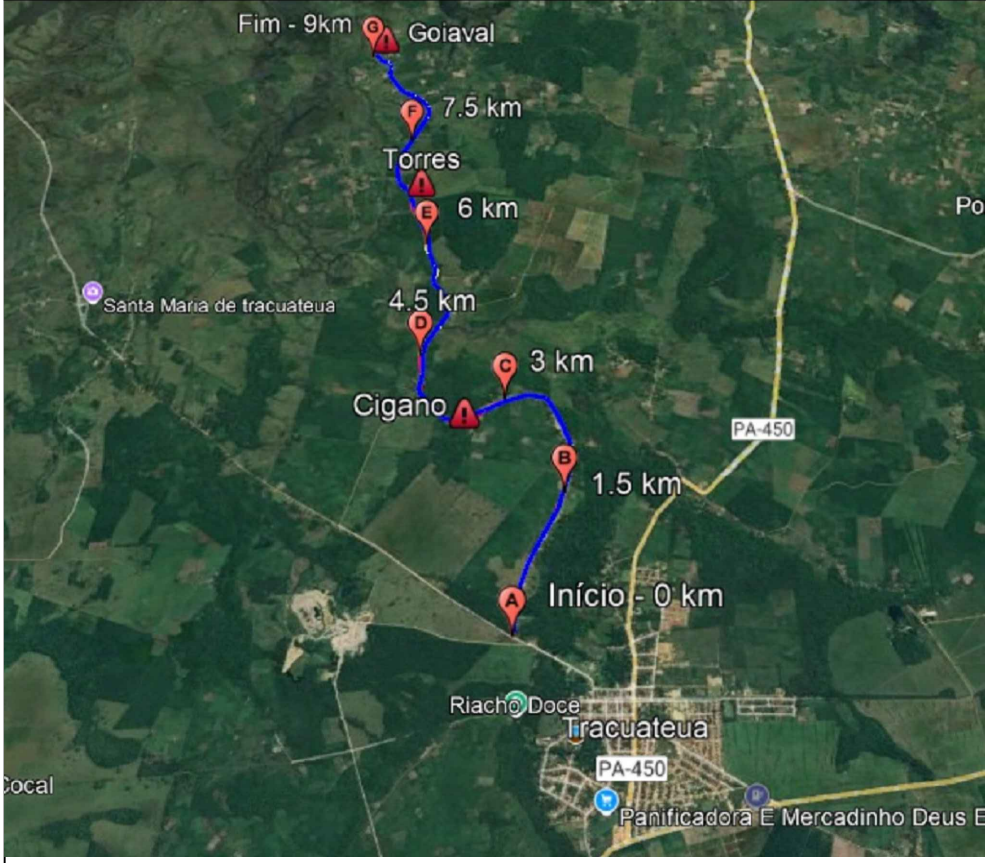
CAU 0733548

Verifique em https://validar.dl.gov.br

PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO - SEM ESC.



LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

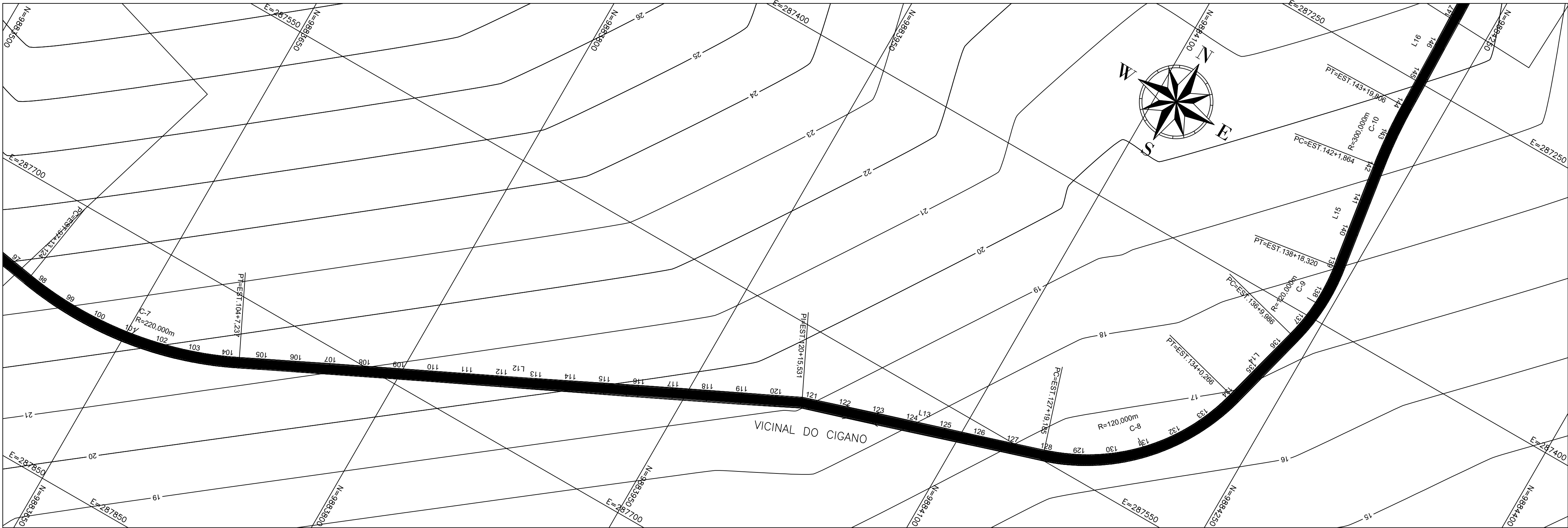
NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM - SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATIGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% A 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
1	AS INFORMAÇÕES DESTES DOCUMENTOS SÃO EXCLUSIVAS, PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.				
OBJETO:					
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E405 À E453					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	ARQUITETO E URBANISTA	FASE EXECUTIVO	9/13
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO: GEO-002-PMT-09-R00			

D

C

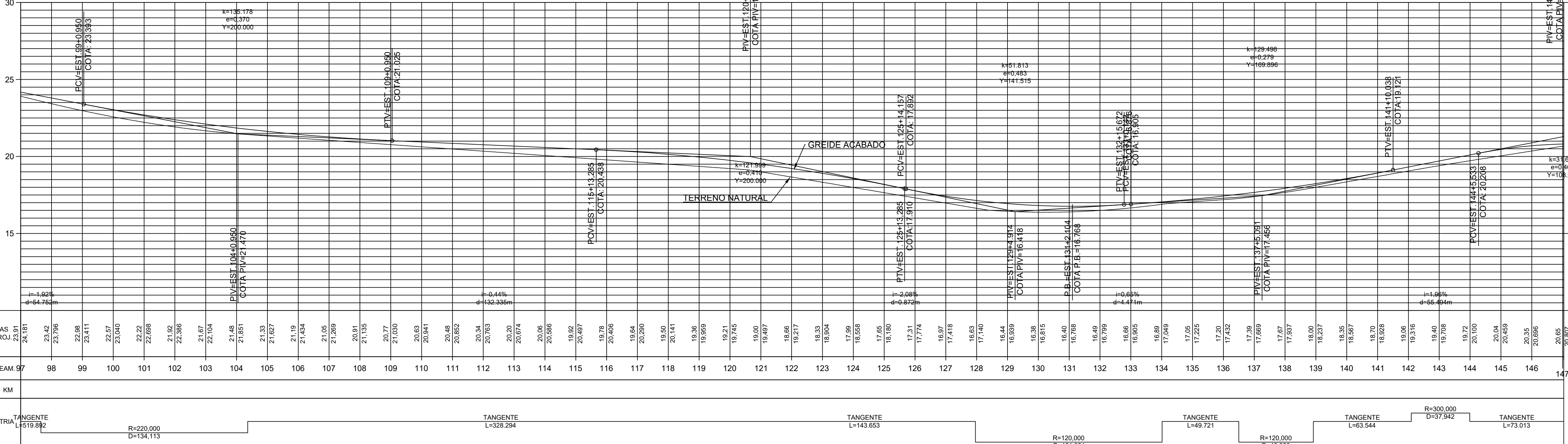


PLANTA_PROJETO GEOMÉTRICO_ ESTACAS: E:97,00 À E:147,00
ESC: 1/1500

➡

B

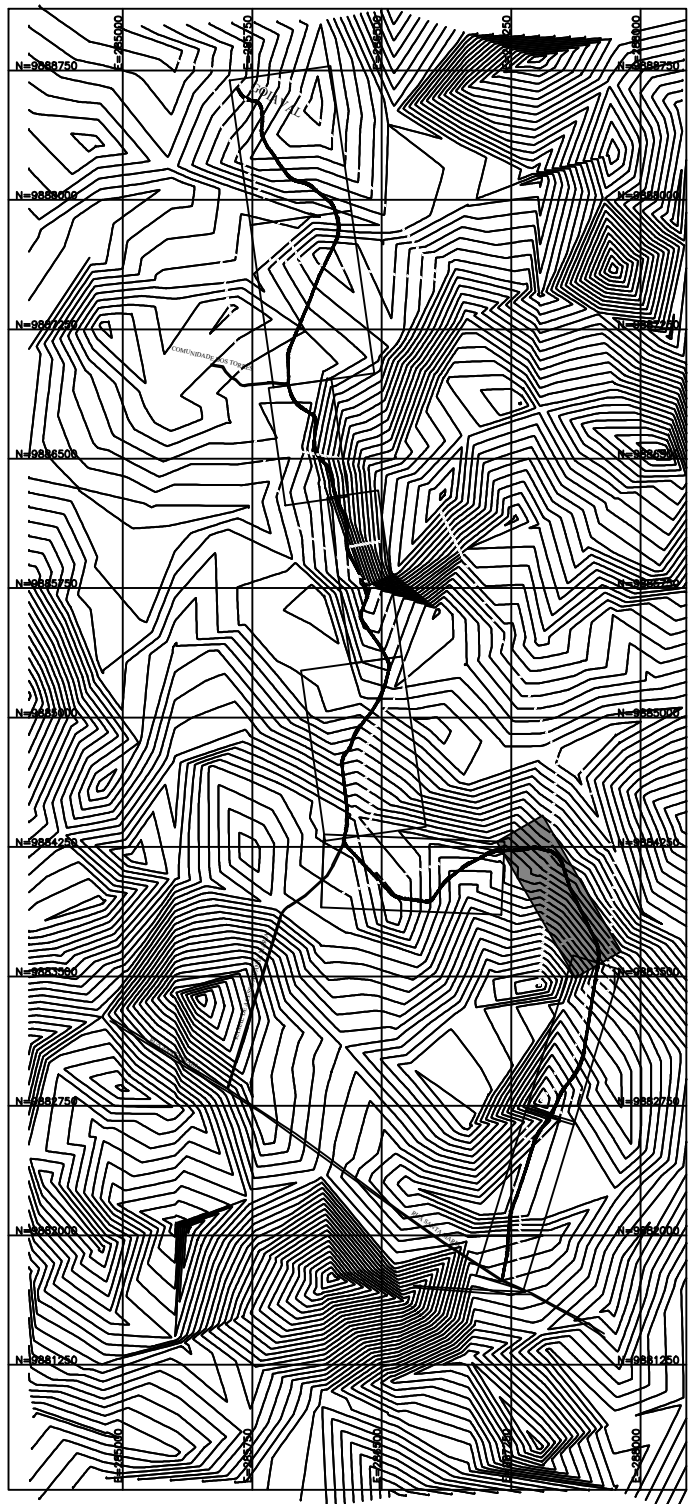
PERFIL - VICINAL DO CIGANO
ESC.: 1500H / 15000V



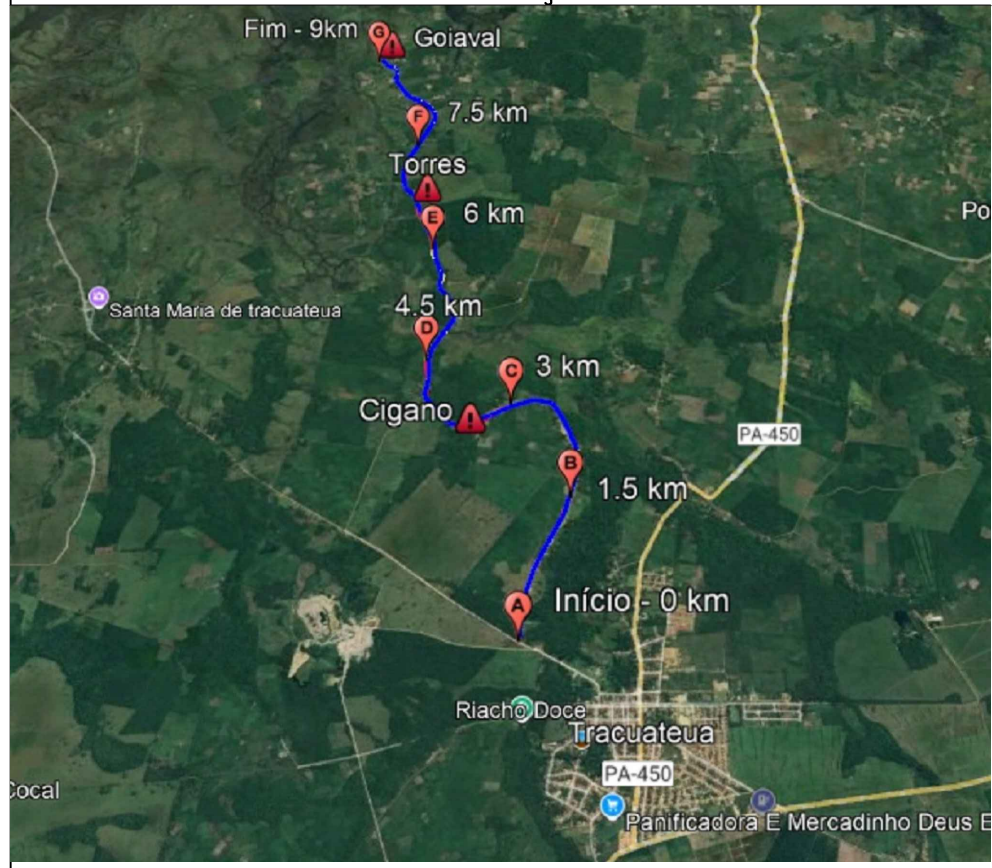
A

ELEMENTOS GEOMÉTRICOS - EIXO VICINAL													
Nº	DEFLEXÃO/ AZIMUTE	LC (m)	TT (m)	TL (m)	TC (m)	R (m)	D/L (m)	AC	TE-PC	ET-PT	PONTO	PI	ET-PT
C-7	-	-	10,631	-	-	220,000	134,113	034° 55' 40,31"	97+13,124	104+7,237	N E	9883653,3527 287754,0093	9883594,9880 287734,5330
L12	334° 03' 15,10"	-	-	-	-	-	328,294	-	104+7,237	120+15,531	N E	-	9883715,5901 287734,5330
L13	342° 19' 54,41"	-	-	-	-	-	143,653	-	120+15,531	127+19,185	N E	-	9884010,7950 287590,8974
C-8	-	-	17,078	-	-	120,000	121,081	057° 48' 43,28"	127+19,185	134+0,266	N E	9884210,8068 287527,1877	9884147,6723 287547,2979
L14	284° 31' 11,13"	-	-	-	-	-	49,721	-	134+0,266	136+9,986	N E	-	9884227,4191 287463,0440
C-9	-	-	2,475	-	-	120,000	48,333	023° 04' 38,96"	136+9,986	138+18,320	N E	9884246,0269 287391,1952	9884242,3814 287366,9691
L15	261° 26' 32,16"	-	-	-	-	-	63,544	-	138+18,320	142+1,864	N E	-	9884242,3814 287366,9691
C-10	-	-	0,601	-	-	300,000	37,942	007° 14' 47,08"	142+1,864	143+19,806	N E	9884230,0988 287285,3475	9884232,9256 287304,1324
L16	268° 41' 19,24"	-	-	-	-	-	73,013	-	143+19,806	147+12,819	N E	-	9884229,6641 287266,3561

PLANTA CHAVE SEM ESC.



MAPA DE SITUAÇÃO – SEM ESC.



LEGENDA:

- CORPO ESTRADAL
- CURVAS DE NÍVEL A CADA 1 m
- EIXO DA VIA
- BUEIRO DE TRAVESSIA

NOTAS:

- TODAS AS DIMENSÕES EM METRO (m), SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- DESENHO GEORREFERENCIADO AO SISTEMA DE COORDENADAS UTM – SIRGAS 2000.
- OS SOLOS EXCEDENTES PROVENIENTES DO CORTE, DEVERÃO SER ESTOCADOS EM ÁREAS DE BOTAFORA CERTIFICADA;
- OS ATERROS PARA PAVIMENTAÇÃO SERÃO PROVENIENTES DA JAZIDA, ONDE O MATERIAL APLICADO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIA MECÂNICA CONFORME ESPECIFICADO NESTE PROJETO;
- OS ATERROS DEVERÃO SER COMPACTADOS MECÂNICAMENTE, E ATINGIREM O PROCTO NORMAL DE 100%, VARIANDO EM NO MÁXIMO -2% À 2%.

REV.	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
AS INFORMAÇÕES DESTA DOCUMENTO SÃO EXCLUSIVAS, PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DE SUA FINALIDADE.					
TRACUATEUA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA					
OBJETO:					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
ESTRADA DE SANTA MARIA - TRACUATEUA / PA					
PROJETO:					
PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM					
RECUPERAÇÃO DE VICINAL					
TÍTULO					
PROJETO GEOMÉTRICO - VICINAIS DO CIGANO, TORRES E GOIAVAL					
ESTACAS: E97 À E147					
PLANTA, PERFIL E TABELAS					
PROJ.	MO	TEC. RESP.	ESCALA	INDICADA	FOLHA
APROV.	-	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	ARQUITETO E URBANISTA	FASE	EXECUTIVO
DATA	06/2024	Nº DO DOCUMENTO:	GEO-002-PMT-03-R00		

MENU

←

Nº OPERAÇÃO
1086234-46 / 2023

→

LOCALIDADE SINAPI
BELEM

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº SICONV
938843

PROPONENTE / TOMADOR
MUNICÍPIO DE TRACUATEUA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

DATA BASE
04-24 (DES.)

DESCRIÇÃO DO LOTE
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

MUNICÍPIO / UF
TRACUATEUA / PA

BDI 1
27,46%

BDI 2
0,00%

BDI 3
0,00%

FILTRO

	Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
F	LOTE	LOTE	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS									1.942.288,63	
F	Meta	Meta	1.			ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATUEA					-	1.942.288,63	
F	Nível 2	Nível 2	1.1.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					-	60.255,00	
F	Serviço	Serviço	1.1.1.	Composição	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS	5,00	9.454,73	BDI 1	12.051,00	60.255,00	RA
F	Nível 2	Nível 2	1.2.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	42.175,95	
F	Serviço	Serviço	1.2.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	9,00	309,54	BDI 1	394,54	3.550,86	RA
F	Serviço	Serviço	1.2.2.	Cotação	Cot. 01	ALUGUEL DE CASA PARA ALOJAMENTO DE TRABALHADORES (C/ SALA, COZINHA, BANHEIROS, 3 QUARTOS)	MÊS	5,00	1.066,67	BDI 2	1.066,67	5.333,35	RA
F	Serviço	Serviço	1.2.3.	Composição	002	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M2	12,00	1.037,73	BDI 1	1.322,69	15.872,28	RA
F	Serviço	Serviço	1.2.4.	Composição	003	MOBILIZAÇÃO	UND	1,00	13.666,61	BDI 1	17.419,46	17.419,46	RA
F	Nível 2	Nível 2	1.3.			TERRAPLENAGEM					-	524.706,28	
F	Serviço	Serviço	1.3.1.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	84.000,00	0,54	BDI 1	0,69	57.960,00	RA
F	Serviço	Serviço	1.3.2.	SICRO	4915709	Limpeza de valeta de corte	m	24.000,00	1,07	BDI 1	1,36	32.640,00	RA
F	Serviço	Serviço	1.3.3.	SICRO	5501880	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	13.943,38	12,14	BDI 1	15,47	215.704,09	RA
F	Serviço	Serviço	1.3.4.	SICRO	4011209	Regularização do subleito	m²	84.000,00	1,19	BDI 1	1,52	127.680,00	RA
F	Serviço	Serviço	1.3.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	13.935,82	5,11	BDI 1	6,51	90.722,19	RA
F	Nível 2	Nível 2	1.4.			REVESTIMENTO PRIMÁRIO					-	1.153.584,00	
F	Serviço	Serviço	1.4.1.	Composição	005	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA.	M3	14.400,00	57,39	BDI 1	73,15	1.053.360,00	RA
F	Serviço	Serviço	1.4.2.	SICRO	4413986	Regularização de superfície com motoniveladora	m²	72.000,00	0,07	BDI 1	0,09	6.480,00	RA
F	Serviço	Serviço	1.4.3.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	14.400,00	5,11	BDI 1	6,51	93.744,00	RA
F	Nível 2	Nível 2	1.5.			DRENAGEM					-	140.658,90	
F	Serviço	Serviço	1.5.1.	SICRO	0804191	Corpo de BDTC D = 1,00 m PA2 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	42,00	1.852,12	BDI 1	2.360,71	99.149,82	RA
F	Serviço	Serviço	1.5.2.	SICRO	0804233	Boca de BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0º - areia e brita comerciais - alas retas	un	12,00	2.713,86	BDI 1	3.459,09	41.509,08	RA
F	Nível 2	Nível 2	1.6.			SERVIÇOS FINAIS					-	20.908,50	
F	Serviço	Serviço	1.6.1.	SICRO	5213372	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo III + X - fornecimento e implantação	un	2,00	1.368,68	BDI 1	1.744,52	3.489,04	RA
F	Serviço	Serviço	1.6.2.	Composição	004	DESMOBILIZAÇÃO	UND	1,00	13.666,61	BDI 1	17.419,46	17.419,46	RA

RECURSO

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:



Documento assinado digitalmente
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:32:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

ÍNDICES DE RETROAÇÃO:

ÍNDICE	NOME DO ÍNDICE	DESCRIÇÃO	DATA BASE	ÍNDICE DT BASE	DT COTAÇÃO	ÍNDICE DT COT.	COEFICIENTE
--------	----------------	-----------	-----------	----------------	------------	----------------	-------------

EMPRESAS FORNECEDORAS:

EMPRESAS	CNPJ	NOME	FONE	CONTATO
E001	999.189.002-53	CASA 1 - COMUNIDADE CIGANO		VANUSA SILVA DA COSTA
E002	298.870.542-91	CASA 2 - COMUNIDADE CIGANO		MANOEL GOMES DA COSTA
E003	Não informado	CASA 2 - COMUNIDADE CIGANO		JUCELINO GOMES DA SILVA

COTAÇÕES:

FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÉDIA	ÍNDICE RETROAÇÃO
COTAÇÃO	Cot. 01	ALUGUEL DE CASA PARA ALOJAMENTO DE TRABALHADORES (C/ SALA, COZINHA, BANHEIROS, 3 QUARTOS)	MÊS	1.066,67	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
	E001	CASA 1 - COMUNIDADE CIGANO		1.000,00	25/09/2024
	E002	CASA 2 - COMUNIDADE CIGANO		1.000,00	10/10/2024
	E003	CASA 2 - COMUNIDADE CIGANO		1.200,00	25/10/2024
	OBSERVAÇÕES:				

05/11/2024

Data

Documento assinado digitalmente
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:35:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Resp. Pesquisa de Mercado:

Joaquim de Lima Nunes Neto

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT DESONERADO	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
COMPOSIÇÃO	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MES		9.454,73	10.783,18
SINAPI	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0,25	17.950,39	20.618,09
SINAPI	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1,00	3.716,51	4.203,31
SINAPI	94296	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0,25	5.002,52	5.701,42
COMPOSIÇÃO	002	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M2		1.037,73	1.063,41
SINAPI-I	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	0,0578	66,90	66,90
SINAPI-I	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ	0,0385	74,90	74,90
SINAPI-I	10886	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A	UN	0,0193	210,00	210,00
SINAPI-I	10891	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 4 KG, CLASSE BC	UN	0,0193	203,07	203,07
SINAPI-I	11587	FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM (COM COLOCACAO / SEM ESTRUTURA METALICA)	M2	0,9938	83,73	83,73
SINAPI	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	0,0385	482,71	485,49
SINAPI	86934	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA E TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	0,0193	372,07	376,33
SINAPI	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	0,0385	232,73	235,45
SINAPI	87548	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	0,0385	30,16	31,86
SINAPI	87885	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300 KG. AF_10/2022	M2	0,2047	10,18	10,32
SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	4,4976	13,48	14,00
SINAPI	93390	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_02/2023_PE	M2	0,0806	57,80	59,29
SINAPI	87550	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	0,2047	29,05	30,64
SINAPI	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_06/2022	UN	0,0385	41,69	42,66
SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	0,1388	20,05	21,34
SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	0,1253	25,87	27,28
SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	0,1472	36,00	37,97
SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0771	9,55	10,11
SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0578	9,79	10,35
SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0193	15,96	16,57
SINAPI	89748	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0578	45,57	46,43
SINAPI	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0578	26,01	26,83
SINAPI	89796	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	0,0385	47,00	48,14
SINAPI	104663	CONJUNTO DE PONTOS HIDRÁULICOS DE ÁGUA FRIA PARA BANHEIRO (RAMAL/SUB-RAMAL E DISTRIBUIÇÃO) EM PVC, COM TUBOS, CONEXÕES, REGISTROS, CORTES E FIXAÇÕES EM PRÉDIO (PRUMADA INDIVIDUAL), COM TUBULAÇÕES APARENTES OU EMBUTIDAS SEM RASGO. AF_05/2023	UN	0,02	461,77	490,58
SINAPI	90443	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	0,1002	6,92	7,64
SINAPI	90466	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	0,1002	14,45	15,61
SINAPI	90820	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	0,0385	368,44	372,66
SINAPI	90822	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	0,0578	399,84	404,92
SINAPI	91170	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4", FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF_09/2023_PS	M	0,53	9,46	10,09
SINAPI	91173	FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4", FIXADA EM PERFILADO EM PAREDE. AF_09/2023_PS	M	1,7344	3,53	3,76
SINAPI	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	0,0324	472,67	473,99
SINAPI	91862	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	0,53	9,26	9,73
SINAPI	91870	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,7344	11,91	12,65
SINAPI	91911	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,1927	15,65	16,88
SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,4165	2,91	3,02
SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	3,4689	4,23	4,36
SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2,0235	6,56	6,74

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	DESONERADO	NÃO DESONER.
SINAPI	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,1734	15,18	16,18
SINAPI	91945	SUORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" ALTO (2,00 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,0578	12,67	13,52
SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,0771	28,36	30,02
SINAPI	92008	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,1542	43,86	46,33
SINAPI	92023	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,1349	45,94	48,71
SINAPI	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	1,3621	21,05	21,50
SINAPI	92981	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	0,1927	15,97	16,03
SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	0,0233	78,88	86,16
SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	0,006	23,78	25,76
SINAPI	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	1,3621	81,43	82,07
SINAPI	94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	0,0289	481,26	497,43
SINAPI	95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	M2	0,0054	22,31	23,03
SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	1,3559	43,52	44,81
SINAPI	95805	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	0,2891	23,60	24,68
SINAPI	95811	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	0,1349	20,20	20,91
SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	0,0385	78,93	80,05
SINAPI	97584	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	0,1156	120,22	121,47
SINAPI	103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	0,0771	32,88	34,56
SINAPI	97610	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	0,0385	15,40	15,97
SINAPI	97886	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TUILOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UN	0,0385	170,87	179,84
SINAPI	97906	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	0,0193	455,30	477,31
SINAPI	98283	CABO TELEFÔNICO CCI-50 4 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	0,6167	9,30	9,96
SINAPI	98441	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M2	0,2979	96,87	100,24
SINAPI	98441	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M2	0,3429	96,87	100,24
SINAPI	98443	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M2	0,1581	77,99	79,81
SINAPI	98443	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	M2	0,182	77,99	79,81
SINAPI	98445	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M2	0,4654	113,20	117,46
SINAPI	98446	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M2	0,3629	142,52	148,65
SINAPI	98447	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M2	0,247	91,25	93,67
SINAPI	98448	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6 M², COM VÃO. AF_03/2024	M2	0,1926	115,36	119,10
SINAPI	100556	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 15X15X10CM (SOBREPOR), FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	UN	0,0193	36,36	37,92
SINAPI	100665	JANELA DE MADEIRA - CEDRINHO/ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - DE ABRIR COM 4 FOLHAS (2 VENEZIANAS E 2 GUILHOTINAS PARA VIDRO), COM BATENTE, ALIZAR E FERRAGENS. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	0,0964	1.190,38	1.196,09
SINAPI	101165	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M3	0,0239	960,90	997,70
SINAPI	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0193	358,76	361,17
SINAPI	101891	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 35 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,1734	26,97	27,58
COMPOSIÇÃO	003	MOBILIZAÇÃO	UND		13.666,61	13.783,66
SINAPI	89883	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_12/2014	CHP	29,94	361,55	364,29
SINAPI	5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	13,31	213,51	216,14
COMPOSIÇÃO	004	DESMOBILIZAÇÃO	UND		13.666,61	13.783,66
SINAPI	89883	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_12/2014	CHP	29,94	361,55	364,29
SINAPI	5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	13,31	213,51	216,14
COMPOSIÇÃO	005	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA.	M3		57,39	57,39
SICRO	5501881	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.200 a 1.400 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	1	12,39	12,39
SINAPI-I	368	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1	45,00	45,00

CRONOGRAMA PREVISTO PLE

1. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

		VICINAL 9km TRECHO 01	VICINAL 9km TRECHO 02	VICINAL 9km TRECHO 03	VICINAL 9km TRECHO 04	VICINAL 9km TRECHO 05	VICINAL 9km TRECHO 06	VICINAL 3Km TRECHO 07	VICINAL 3Km TRECHO 08															
Nº do Evento	VOLTAR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Título dos Eventos		Informe abaixo o NÚMERO DO PERÍODO em que os eventos serão concluídos																						
	1	A administração local será proporcional a execução dos demais eventos, independente de frentes de obra.																						
F	2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1	2	2	3	4	4	5	5														
F	3	SERVIÇOS PRELIMINARES	1	2	2	3	4	4	5	5														
F	4	TERRAPLANAGEM	1	1	1	2	2	2	3	3														
F	5	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	2	2	3	3	4	4	5	5														
F	6	DRENAGEM	1	1	2	2	3		3															
F	7	SERVIÇOS FINAIS	5						5															
	8	0																						
	9	0																						
	10	0																						
	11	0																						
	12	0																						

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:40:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRUPADORES DE EVENTOS

1. Selecione abaixo a forma de definição dos agrupadores de eventos:

Definir Manualmente

Nº do Evento	Título do Evento	Valor Total dos Eventos (R\$)
1	Administração Local	-
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	60.255,00
3	SERVIÇOS PRELIMINARES	42.175,95
4	TERRAPLANAGEM	524.706,28
5	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	1.153.584,00
6	DRENAGEM	140.658,90
7	SERVIÇOS FINAIS	20.908,50
8		-
9		-
10		-
11		-
12		-

Documento assinado digitalmente



JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:42:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

A. DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA

Dados do Contrato (Inicial)	
Fonte de recursos:	OGU
Proponente/Tomador:	MUNICÍPIO DE TRACUATEUA
Município/UF:	TRACUATEUA / PA
Nº da Operação (0000000-00):	1086234-46 / 2023
Nº do SICONV (000000):	938843
Valor do Repasse Contratado (R\$):	1.910.000,00
Valor de Contrapartida Contratada (R\$):	20.000,00
% mínimo de Contrapartida:	0,10%
R\$ mínimo de Contrapartida (se houver):	
% máximo de Contrapartida:	

Dados do Empreendimento e Orçamento	
Nome/apelido:	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Descrição do Objeto do Lote / CTEF:	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Regime previdenciário previsto para a obra:	DESONERADO
Data base do Orçamento:	04-2024

Responsável pelo Orçamento	
Nome:	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
CREA/CAU:	CAU A753548
ART/RRT:	RRT 13473578
Data do preenchimento:	05/11/2024

Responsável pelo Tomador (Prefeito, no caso de Municípios)	
Nome:	JOSÉ BRAULIO DA COSTA
Cargo:	Prefeito Municipal de Tracuateua


B. RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Licitação	
Data de emissão dos documentos de licitação:	
Nº do CTEF (contrato com empresa):	
Nome da empresa:	
CNPJ da empresa:	
Regime de execução do CTEF:	(SELECIONAR)
Data base do CTEF:	

C. ACOMPANHAMENTO DO EMPREENDIMENTO

Dados da obra	
Data do Início da Obra:	
Data de fechamento do RRE:	

Responsável pela Fiscalização	
Nome:	JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Profissão:	ARQUITETO E URBANISTA
CREA/CAU (para obras/projetos):	CAU A753548
ART/RRT (para obras/projetos):	RRT 13473578

Documento assinado digitalmente
 JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:39:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Nº SICONV
938843

Nº OPERAÇÃO
1086234-46 / 2023

PROPONENTE / TOMADOR
MUNICÍPIO DE TRACUATEUA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				
1.	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA		-	
1.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		-	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS	5,00	5 meses
1.2.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-	
1.2.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF. 03/2022_PS	M2	9,00	2 und (3,00 x 1,50)m - 1 para cada vicinal
1.2.2.	ALUGUEL DE CASA PARA ALOJAMENTO DE TRABALHADORES (C/ SALA, COZINHA, BANHEIROS, 3 QUARTOS)	MÊS	5,00	5 meses
1.2.3.	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M2	12,00	4m x 3m
1.2.4.	MOBILIZAÇÃO	UND	1,00	1 Mobilização
1.3.	TERRAPLENAGEM		-	
1.3.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	84.000,00	1.500m x 7m, por Frente de Obra
1.3.2.	Limpeza de valeta de corte	m	24.000,00	1.500m x 2, por Frente de Obra
1.3.3.	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	13.943,38	Conforme cálculo de projeto
1.3.4.	Regularização do subleito	m²	84.000,00	1.500m x 7m, por Frente de Obra
1.3.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	13.935,82	Conforme cálculo de projeto
1.4.	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		-	
1.4.1.	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA.	M3	14.400,00	1.500m x 6m x 0,20m, por Frente de Obra
1.4.2.	Regularização de superfície com motoniveladora	m²	72.000,00	1.500m x 6m, por Frente de Obra
1.4.3.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	14.400,00	Idem volume de base
1.5.	DRENAGEM		-	
1.5.1.	Corpo de BDTC D = 1,00 m PA2 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	42,00	7m x bueiro, por Frente de Obra
1.5.2.	Boca de BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	12,00	2 Alas em cada bueiro
1.6.	SERVIÇOS FINAIS		-	
1.6.1.	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo III + X - fornecimento e implantação	un	2,00	1 Placa no início de cada vicinal
1.6.2.	DESMOBILIZAÇÃO	UND	1,00	1 Desmobilização

Nº AGRUPADOR DE EVENTOS

FRENTES DE OBRA:

Nº	Agrupador de Eventos
	TOTAL FINANC. POR FRETE (R\$):
2.AD	ADMINISTRAÇÃO LOCAL
3.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES
3.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES
3.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES
3.SER	SERVIÇOS PRELIMINARES
4.TER	TERRAPLANAGEM
4.TER	TERRAPLANAGEM
4.TER	TERRAPLANAGEM
4.TER	TERRAPLANAGEM
4.TER	TERRAPLANAGEM
5.REV	REVESTIMENTO PRIMÁRIO
5.REV	REVESTIMENTO PRIMÁRIO
5.REV	REVESTIMENTO PRIMÁRIO
6.DRE	DRENAGEM
6.DRE	DRENAGEM
7.SER	SERVIÇOS FINAIS
7.SER	SERVIÇOS FINAIS

VICINAL 9km TRECHO 01	VICINAL 9km TRECHO 02
1	2
316.647,96	233.586,56
0,60	0,60
4,50	
0,60	0,60
12,00	
1,00	
10.500,00	10.500,00
3.000,00	3.000,00
2.729,78	1.128,72
10.500,00	10.500,00
2.671,33	2.047,39
1.800,00	1.800,00
9.000,00	9.000,00
1.800,00	1.800,00
7,00	7,00
2,00	2,00
1,00	
1,00	

TRACUATEUA / PA
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
CREA/CAU: CAU A753548
ART/RRT: RRT 13473578



Documento assinado digitalmente
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:49:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Nº SICONV
938843

Nº OPERAÇÃO
1086234-46 / 2023

PROPONENTE / TOMADOR
MUNICÍPIO DE TRACUATEUA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	VICINAL 9km TRECHO 03	VICINAL 9km TRECHO 04	VICINAL 9km TRECHO 05	VICINAL 9km TRECHO 06	VICINAL 3Km TRECHO 07	VICINAL 3Km TRECHO 08		
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				245.817,81	244.677,98	228.343,48	214.840,48	235.124,05	223.250,31	9	
1.	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA		-								
1.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		-								
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS	5,00	0,60	0,60	0,60	0,70	0,60	0,70		
1.2.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-								
1.2.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF. 03/2022_PS	M2	9,00					4,50			
1.2.2.	ALUGUEL DE CASA PARA ALOJAMENTO DE TRABALHADORES (C/ SALA, COZINHA, BANHEIROS, 3 QUARTOS)	MÊS	5,00	0,60	0,60	0,60	0,70	0,60	0,70		
1.2.3.	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M2	12,00								
1.2.4.	MOBILIZAÇÃO	UND	1,00								
1.3.	TERRAPLENAGEM		-								
1.3.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	84.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00		
1.3.2.	Limpeza de valeta de corte	m	24.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		
1.3.3.	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	13.943,38	2.275,57	1.912,90	1.414,42	1.256,04	965,93	2.260,02		
1.3.4.	Regularização do subleito	m²	84.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00		
1.3.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	13.935,82	1.200,92	1.887,66	563,08	2.264,85	2.129,71	1.170,88		
1.4.	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		-								
1.4.1.	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA.	M3	14.400,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00		
1.4.2.	Regularização de superfície com motoniveladora	m²	72.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00		
1.4.3.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	14.400,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00		
1.5.	DRENAGEM		-								
1.5.1.	Corpo de BDTC D = 1,00 m PA2 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	42,00	7,00	7,00	7,00		7,00			
1.5.2.	Boca de BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	12,00	2,00	2,00	2,00		2,00			
1.6.	SERVIÇOS FINAIS		-								
1.6.1.	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo III + X - fornecimento e implantação	un	2,00					1,00			
1.6.2.	DESMOBILIZAÇÃO	UND	1,00								

TRACUATEUA / PA
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
CREA/CAU: CAU A753548
ART/RRT: RRT 13473578

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:47:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAIXA

- Quadro de Composição do Investimento

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	MUNICÍPIO / UF	VALORES CONTRATADOS (R\$):		
1086234-46 / 2023	938843	MUNICÍPIO DE TRACUATEUA	TRACUATEUA / PA	REPASSE	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO
APELIDO DO EMPREENDIMENTO			RECURSO	1.910.000,00	20.000,00	1.930.000,00
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			OGU			

ERRO: SALDO NEGATIVO

Saldo a Reprogramar	Repasse (R\$)	Contrapartida (R\$)
	-	-12.288,63

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Pavimentação	Pavimentação de vias	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE TRACUATUEA	Em Análise	72.000,00	m²	LOTE 1	1.910.000,00	32.288,63	-	1.942.288,63
TOTAL								1.910.000,00 (98,34%)	32.288,63 (1,66%)	- (0,00%)	1.942.288,63 (100,00%)

Observações:

TRACUATEUA / PA

Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024

Data

JOSE BRAULIO DA
COSTA:024460812
15

Assinado de forma digital por JOSE BRAULIO DA COSTA:02446081215
Dados: 2024.11.19 12:00:28 -03'00'

Representante Tomador

Nome: JOSÉ BRÁULIO DA COSTA

Cargo: Prefeito Municipal de Tracuateua



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS. *
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA *** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
ROTA ACESSÍVEL	1	Há indicação em projeto do traçado da rota acessível na área de intervenção?		X					6.1	
CALÇADAS	2	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m?		X					6.12.3.b)	
	3	As faixas livres não possuem obstáculos?		X					6.12.3.b)	
	4	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m?		X					6.12.3.a)	
	5	Em casos de calçadas novas ou reformadas com largura superior a 2,0m, há faixa de acesso?		X					6.12.1 6.12.3.c)	
	6	A faixa livre possui 2,10 m de altura livre nas calçadas novas ou reformadas?		X					6.12.3.b)	
	7	A sinalização suspensa está instalada acima de 2,10 m do piso nas calçadas novas ou reformadas?		X					5.2.8.2.3	
	8	A faixa livre ou passeio das calçadas novas ou reformadas possui inclinação transversal de até 3%?		X					6.12.3.b)	
	9	Nas calçadas novas ou reformadas há sinalização tátil direcional quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável?		X					ABNT NBR 16537 - 7.8.1	
	10	A sinalização visual possui contraste de luminância, em condições secas e molhadas nas calçadas novas?		X					5.4.6.2	
	11	Há sinalização tátil ou piso tátil		X					5.4.6.3 ABNT NBR	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
 GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		para informar a existência de: desníveis, objetos suspensos, equipamentos, mudança de direção, travessia de pedestre, início e término de rampas e escadas, rebaixamentos de guia nas calçadas novas ou reformadas?							16537 - 6.6 - 7.4	
12		A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, sob condição seca ou molhada?		X					6.3.2	
13		O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas?		X					6.12.4	
14		Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas ou reformadas?		X					6.12.7	
15		Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais) em calçadas novas?		X					6.12.7.3 6.12.7.3.4	
16		Os rebaixamentos de calçadas novas ou reformadas possuem largura maior ou igual a 1,50m, admitindo-se o mínimo de 1,20m?		X					6.12.7.3	
17		Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m		X					6.12.7.3	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
 GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		em calçadas novas ou reformadas?								
	18	Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas?		X					6.12.7.3.1	
	19	Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia?		X					6.12.7.3.5	
	20	Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros?		X					8.2.2.3	
	21	Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso?		X					5.6.4.3 8.2.2.1	
PASSARELAS	22	As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas? a. rampas; b. rampas e escadas; c. rampas e elevadores; d. escadas e elevadores.		X					6.13.1	
RAMPAS E ESCADAS	23	As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m de largura?		X					6.6.2.5	
	24	Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?		X					6.6.4	
	25	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?		X					6.6.2.1	
	26	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?		X					6.6.2.1	
	27	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo		X					6.6.2.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
 GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		de segmentos de rampa é 15?								
28		Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?		X					6.9.5	
29		As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura?		X					6.8.3	
30		Nas escadas (exceto as de lances curvos ou mistos, as quais devem atender especificamente à NBR 9077) há patamar com dimensão longitudinal mínima de 1,20m a cada 3,20m de desnível e quando há mudança de direção?		X					6.8.7	
31		Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?		X					6.8.2	
32		Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?		X					6.8.2	
33		Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente?		X					5.4.4	
34		Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?		X					6.9.5	
35		Nas rampas e escadas há corrimãos?		X					6.9.2.1	
36		Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e recurvados nas extremidades?		X					6.9	
37		Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?		X					6.9.4	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



	38	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?		X					6.9.4.1	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	39	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?		X					6.10	
	40	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?		X					6.10.3.2	
	41	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?		X					6.10.4.2	
	42	Quando da utilização de plataformas ou elevadores, há dispositivos de comunicação para solicitação de auxílio?		X					6.10.1	
	43	Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?		X					ABNT NBR NM 313 - Tabela 1	
	44	Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m?		X					ABNT NBR NM 313 - Tabela 1	
	45	A cor do piso da cabine contrasta com o da circulação?		X					ABNT NBR NM 313	
	46	Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical?		X					ABNT NBR 16537 - 6.9.1	
	47	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?		X					6.10.1	
	48	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimenta?		X					ABNT NBR NM 313	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



	49	A boteira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?		X					ABNT NBR NM 313	
	50	A boteira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?		X					ABNT NBR NM 313	
	51	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?		X					ABNT NBR NM 313	
	52	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?		X					ABNT NBR NM 313	
	53	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?		X					5.4.5.2	
ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	54	Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos?		X					6.2.4	
	55	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência?		X					Lei 13.146/2015	
	56	O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga?		X					Lei 13.146/2015	
	57	As vagas destinadas a pessoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores?		X					6.14.1.2	
	58	As vagas destinadas a pessoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura?		X					6.14.1.2	
	59	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas idosas?		X					Lei 10.741/2003	
	60	O número de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com		X					Lei 10.741/2003	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		no mínimo uma vaga?								
	61	As vagas destinadas a pessoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício?		X					6.14	
	62	As vagas reservadas contém sinalização vertical e horizontal?		X					5.5.2.3 6.14	
ACESSO	63	Há indicação no projeto do traçado da rota acessível?		X					6.1.1	
	64	A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações?		X					6.1.1	
	65	Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis?		X					6.2.1; 6.1.1.1	
	66	Se houver controle de acesso, tipo catracas, ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível?		X					6.2.5	
	67	Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis?		X					6.2.8	
	68	Há mapa acessível instalado imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização?		X					Anexo B B.4	
	69	Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador)		X					6.3	
PISO	70	As superfícies de piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?		X					6.3.2	
	71	A rota acessível é nivelada ou possui desnível máximo 0,5 cm ou quando o desnível for maior que 0,5 cm e menor ou igual a 2 cm é chanfrado na proporção 1:2 (50%)?		X					6.3.4.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



	72	Há rampa nos casos de desníveis maiores que 2 cm, em rota acessível?		X					6.1 6.1.1.2 6.3.4.1	
	73	Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm?		X					6.3.5	
CORREDORES CORREDORES	74	Para corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m, a largura é de, no mínimo, 0,90 m?		X					6.11.1	
	75	Para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m, a largura é de, no mínimo, 1,20 m?		X					6.11.1	
	76	Para corredores de uso comum com extensão acima de 10,00m, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?		X					6.11.1	
	77	Para corredores de uso público, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?		X					6.11.1	
	78	Para transposição de obstáculos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura é de no mínimo 0,80 m?		X					6.11.1.2	
	79	Para transposição de obstáculos com extensão superior a 0,40 m, a largura é de no mínimo 0,90 m?		X					6.11.1.2	
	80	As passagens possuem informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora?		X					5.4.1	
	81	Há placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga?		X					5.2.8.1	
	82	Esta sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos?		X					5.2.8.1	
ROTA DE FUGA	83	Quando a rota de fuga incorpora escadas de emergência e elevadores de emergência, há área de resgate, para cada escada e		X					6.4.4	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		elevador de emergência, com no mínimo um espaço reservado a P. C. R. por pavimento?								
	84	As rotas de fuga e as saídas de emergência estão sinalizadas, com informações visuais, sonoras e táteis?		X					5.5.1	
RAMPAS E ESCADAS	85	As rampas possuem largura mínima de 1,50 m? Sendo o mínimo admissível de 1,20m (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)		X					6.6.2.5	
	86	As escadas possuem largura mínima de 1,20m? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)		X					6.8.3	
	87	Há guarda-corpos e guias de balizamento em rampas e escadas, na ausência de paredes laterais? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)		X					6.6.3 6.9.5	
	88	Há corrimãos em escadas e rampas? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)		X					6.9.2.1	
	89	Os corrimãos são contínuos, com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, em ambos os lados, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso, prolongamento mínimo de 0,30 m e recurvados nas extremidades?		X					6.9.2.1; 4.6.5	
	90	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?		X					6.9.4	
	91	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?		X					6.9.4.1	
	92	Os patamares (intermediários, de início e término) das rampas possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área		X					6.6.2 6.6.4	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		de circulação adjacente?								
	93	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos), com dimensão longitudinal de 1,20 m?		X					6.8.7 6.8.8	
	94	Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o mesmo comprimento da largura?		X					6.6.4; 6.8.3	
RAMPAS E ESCADAS	95	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?		X					6.6.2.1	
	96	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?		X					6.6.2.1	
	97	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?		X					6.6.2.1	
	98	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?		X					6.8.2	
	99	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?		X					6.8.2	
	100	O primeiro e o último degrau de um lance de escada distam 0,30m da circulação adjacente?		X					6.8.4	
	101	As escadas que interligam os pavimentos, possuem sinalização tátil, visual e/ou sonora?		X					5.5.1.3	
	102	Há sinalização visual de degraus isolados?		X					5.4.4	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	103	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?		X					6.10.3.1	
	104	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?		X					6.10.3.2	
	105	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada nos patamares ou pelo		X					6.10.4.2	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		menos a cada 3,20 m de desnível?								
	106	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?		X					6.10.1	
	107	Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?		X					ABNT NBR NM 313	
	108	Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre mínimo de 0,80m x 2,10m?		X					6.11.2.4	
	109	A cor do piso da cabine contrasta com o da circulação?		X					ABNT NBR NM 313	
	110	Possui sinalização com piso tátil de alerta e visual junto ao equipamento? (exceto plataforma de elevação inclinada)		X					6.10.1; 6.10.4.4	
	110-A	Possui sinalização cromada diferenciada junto à plataforma inclinada?		X					6.10.4.4	
	111	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?		X					6.10.1	
	112	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimentará?		X					ABNT NBR NM 313	
	113	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?		X					ABNT NBR NM 313	
	114	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?		X					ABNT NBR NM 313	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	115	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?		X					ABNT NBR NM 313	
	116	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?		X					ABNT NBR NM 313	
	117	O número do pavimento está localizado nos		X					5.4.5.2	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?								
PORTAS E JANELAS	118	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?		X					6.11.2.4	
	119	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?		X					6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
	120	Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas possui vão livre de 0,80 m de largura?		X					6.11.2.4	
	121	Se houver portas em sequência, há espaço entre elas (abertas) de, no mínimo, 1,50 m de diâmetro e 0,60 m ao lado da maçaneta?		X					6.11.2	
	122	A área de varredura das portas não interfere nas áreas de manobra, na dimensão mínima dos patamares e no fluxo principal de circulação?		X					6.6.4.1; 6.8.8; 6.11.2.1	
	123	Se abertura da porta é no sentido do deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,30 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,2 m ou acionamento automático?		X					6.11.2.2	
	124	Se abertura da porta é no sentido oposto ou lateral ao deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,60 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,5m ou acionamento automático?		X					6.11.2.2; 6.11.2.3	
	125	Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?		X					5.4.1	
	126	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?		X					5.4.1	
	127	As maçanetas das portas são do tipo alavanca e estão instaladas entre		X					6.11.2.6	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		0,80 m e 1,10 m do piso?								
	128	A altura do peitoril respeita o cone visual de pessoa em cadeira rodas (aprox. 60 cm)?	X						6.11.3	
	129	As janelas possuem comando de abertura instalados entre 0,60 m e 1,20 m do piso?	X						6.11.3	
GERAL GERAL	130	Existe sanitário acessível, com entrada independente dos sanitários coletivos, de acordo com o uso da edificação?	X						7.4.3	
	131	As superfícies de piso dos sanitários acessíveis não possuem desníveis e possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante, e antiderrapante, estando secas ou molhadas?	X						6.3.2 6.3.4	
	132	Pelo menos 5% das peças sanitárias, é destinado a sanitário acessível com entrada independente, sendo no mínimo um?	X						7.4.3	
	133	O sanitário acessível ou boxe sanitário acessível possui circulação livre para giro de 360° (diâmetro 1,50 m)?	X						7.5.a)	
	134	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual), acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?	X						5.6.4.1	
	135	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?	X						4.6.9	
PORTAS	136	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?	X						6.11.2.4	
	137	Em caso de porta de eixo vertical, a abertura é para o lado externo do sanitário ou boxe acessíveis?	X						7.5.f)	
	138	Nos locais de prática esportivas, as portas têm largura mínima de	X						6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		Im nas circulações destinada a praticantes?								
	139	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25mm a 35mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado no lado oposto da abertura da porta e alinhado com a maçaneta tipo alavanca?		X					6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	
	140	Há sinalização visual no centro da porta (exceto tátil) e sinalização complementar (tátil e/ou sonora) na parede ao lado da maçaneta, no lado externo, com altura entre 1,20m e 1,60m em plano vertical ou altura entre 0,90m e 1,20m em plano inclinado, informando o ambiente?		X					5.4.1	
	141	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?		X					5.4.1	
BACIA SANITÁRIA	142	Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária?		X					7.5	
	143	A bacia possui altura entre 0,43m e 0,45m, sem o assento, e, no máximo, 46cm de altura com assento?		X					7.7.2.1	
	144	A bacia NÃO possui abertura frontal?		X					7.7.2.1	
	145	Há barras de apoio horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, fixadas nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75m do piso acabado e a 0,50m da borda frontal da bacia?		X					7.7.2.2 Figuras 103 e 104	
	145-A	Há barra de apoio horizontal com comprimento mínimo de 0,80m fixadas nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75m do piso acabado e a 0,50m da borda frontal da bacia?		X					7.8 (figura 113)	
	146	O acionamento da válvula de descarga		X					7.7.3.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		está a no máximo 1,00 m do piso?								
	147	No caso de caixa acoplada, a barra de apoio horizontal fixada na parede de fundo possui altura máxima de 0,89m?		X					7.7.2.3.3	
	148	O acionamento de descarga em caixa acoplada é do tipo alavanca ou sensores?		X					7.7.3.2	
LAVATÓRIO	149	O lavatório acessível é sem coluna ou com coluna suspensa, com profundidade máxima de 0,50m, altura final entre 0,78 e 0,80m e distante 0,30 m do piso?		X					7.5.d) Figura 98	
	150	Nos banheiros coletivos há pelo menos 1 lavatório, quando instalado em bancada, com altura superior da cuba entre 78 e 80cm, e com altura livre inferior de, no mínimo, 73cm?		X					7.10.3	
	151	Há barras de apoio de cada lado dos lavatórios, distantes a, no máximo, 0,50m da parede e do eixo da torneira e no caso de barra horizontal, o perfil superior de 0,78 a 0,80m do piso e no caso de barra vertical com, no mínimo, 0,40m de comprimento, a 0,90m do piso?		X					7.8.1 Figuras 113 e 114	
	152	As torneiras, dos lavatórios acessíveis, são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?		X					7.8.2	
	152-A	Existe área de aproximação frontal para P. C. R. com dimensões mínimas de 0,80m x 1,20m?		X					7.7.2.2 7.7.2.3 Figuras 106 a 108 7.7.2.4	
MICTÓRIO	153	Existe área de aproximação frontal para P. M. R. com diâmetro mínimo de 60cm?		X					7.10.4	
	154	Para os mictórios suspensos, a altura da borda frontal é entre 0,60m e 0,65m?		X					7.10.4.3	
	155	Acionamento da descarga é do tipo alavanca ou automática e possui altura de 1,00 m do piso?		X					7.10.4.3	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



	156	O mictório possui barras de apoio em ambos os lados com afastamento de 0,30 m (a partir do eixo), comprimento mínimo de 0,70 m e fixadas a altura de 0,75 m do piso acabado?		X					7.10.4.3	
ACESSÓRIOS	157	Se existir ducha higiênica, está instalada ao lado da bacia sanitária e dentro do alcance manual de uma pessoa sentada?		X					7.5. m) Figura 14	
	158	O espelho, quando instalado em parede sem pias, possui borda inferior a, no máximo, 0,50 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?		X					7.11.1	
	159	O espelho, quando instalado sobre o lavatório, possui borda inferior a, no máximo, a 0,90 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?		X					7.11.1	
	160	Se existir, a papelreira embutida está com altura de 0,55m (eixo) do piso e dista 0,20m da borda frontal da bacia?		X					7.11.2	
	161	A papelreira de sobrepor está alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel está a 1,00 m do piso acabado?		X					7.11.2	
	161-A	O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25m e está instalado a uma altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado?		X					7.11 7.11.3 7.11.4	
	162	Os acessórios (papelreira, cabide e porta-objetos) atendem à altura entre 0,80 m e 1,20 m?		X					7.11.3 7.11.4	
BOXE DE CHUVEIRO	163	As dimensões mínimas do boxe de chuveiro acessível são de 0,90m x 0,95m?		X					7.12.1.2	
	164	Caso exista porta no boxe, esta possui vão com largura livre mínima de 0,90 m confeccionada em material resistente a impacto?		X					7.12.1.1	
	165	O registro do chuveiro está a 1,00 m do piso acabado e a 0,45 m de distância do banco?		X					7.12.2 Figura 126	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



	166	Há banco instalado na parede lateral ao chuveiro, com dimensões mínimas de 0,70 m x 0,45 m, e altura de 0,46 m do piso acabado?		X					7.12.3 Figura 126.b)	
	167	No boxe há barra de apoio de 90° na parede lateral ao banco e barra vertical na parede de fixação do banco?		X					7.12.3 Figura 126.a)	
	168	O piso do boxe de chuveiro é antiderrapante, está nivelado com o piso adjacente e possui grelhas ou ralos fora da área de manobra e transferência?		X					7.12.4	
BANHEIRA	169	Há área de transferência lateral à banheira com dimensões mínima de 0,80m x 1,20m?		X					7.13.2 Figuras 127 e 128	
	170	A banheira possui altura máxima de 0,46 m?		X					7.13.2.1	
	171	O acionamento do comando da banheira está a uma altura de 0,80m do piso acabado?		X					7.13.2.3	
	172	A banheira possui duas barras de apoio horizontais na parede frontal e uma vertical na parede lateral?		X					7.13.2.4 Figura 129	
ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS	173	Os vestiários acessíveis estão localizados em rotas acessíveis?		X					7.3.1	
	174	Existe vestiário acessível com entrada independente?		X					7.4.2	
	175	As superfícies de piso dos vestiários acessíveis possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?		X					7.12.4	
	176	Há, no mínimo, 5% do total de cada peça instalada acessível, com no mínimo uma, consideradas separadamente, se houver divisão por sexo?		X					7.4.5	
	178	Os sanitários, banheiro e vestiários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual), acionado através de pressão ou		X					5.6.4.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?							
	179	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?		X				4.6.9	
	180	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?		X				5.4.1	
	181	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?		X				6.11.2.4	
	182	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25mm e 35mm, com comprimento mínimo de 0,40m, afixado no lado oposto da abertura da porta e alinhado à maçaneta tipo alavanca?		X				6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	
	183	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinadas a praticantes?		X				6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
CABINAS	184	As cabinas individuais acessíveis possuem superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,70 m de largura, 1,80 m de comprimento e altura de 0,46 m?		X				7.14.1	
	185	Nas cabinas acessíveis, há duas barras de apoio horizontais junto à superfície de troca de roupas com comprimento mínimo de 0,80m, instaladas na cabeceira a 0,30m da parede lateral e na parede lateral a 0,50m da parede da cabeceira, ambas a 0,75m de altura do piso acabado?		X				7.14.1	
	186	A porta da cabina, quando aberta, possui vão livre com largura de 0,80 m ou 1,00 m, em locais de prática esportiva, com abertura para o lado externo da cabina?		X				7.14.1; 10.11.1	
	187	A porta da cabina possui puxador horizontal, com		X				7.5.f) Figura 84	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		diâmetro entre 25mm e 35mm, com comprimento mínimo de 0,40m, afixado no lado oposto da abertura da porta e alinhado à maçaneta tipo alavanca?								
	188	O espelho, quando instalado, possui borda inferior a 0,30 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?		X					7.14.1	
BANCOS	189	Os bancos para vestiários possuem encosto e profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade?		X					7.14.2	
	190	Os bancos possuem área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20m?		X					7.14.2 Figura 131	
ARMÁRIOS	191	A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20m do piso acabado?		X					7.14.3	
	192	A altura de fixação dos puxadores dos armários está entre 0,80 m e 1,20 m?		X					7.14.3	
	193	As prateleiras possuem profundidade que atendem às faixas de alcance manual e visual de pessoa em cadeira de rodas?		X					7.14.3 4.6.2 Figura 14	
	194	As áreas de varredura das portas dos armários permitem área de circulação mínima de 0,90m?		X					7.14.3	
ACESSÓRIOS	195	Os cabides e porta-objetos estão a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m?		X					7.14.5	
	196	O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25 m?		X					7.14.5	
MOBILIÁRIO (EXTERNO E INTERNO)	197	O mobiliário urbano está localizado junto a uma rota acessível e fora da faixa livre para circulação de pedestre?		X					4.3.3 8.1	
	198	Os assentos públicos possuem altura e profundidade entre 0,40 e 0,45 m, largura individual entre 0,45 e 0,50 m e encosto com		X					8.9.1	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		ângulo entre 100° e 110°?							
	199	Em locais de atendimento ao público, existe assento de uso preferencial sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso e com os símbolos de gestante, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa e pessoa com mobilidade reduzida?	X					5.3.2 Figuras 31 e 32; 5.3.5.1 Figuras 35 a 39	
	200	Em locais de atendimento ao público, existe assento para pessoa obesa (5% com no mínimo um)?	X					10.19	
	201	O assento para pessoa obesa possui largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m e suporta carga de 250 Kg?	X					4.7	
	202	O mobiliário não interrompe a livre passagem, nos espaços de circulação das rotas acessíveis?	X					4.3.3	
	203	Há M.R (0,80 x 1,20 m) ao lado dos assentos fixos e fora da faixa para circulação de pedestres?	X					8.9.3	
	204	A circulação entre os móveis ou passagens internas é, no mínimo, de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno?	X					4.3	
	205	As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m?	X					9.3.1.3	
	206	As mesas ou superfícies de trabalho permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80m e profundidade mínima de 0,50m?	X					9.3.1.4	
TRANSPORTE	207	Em pontos de embarque e desembarque de transporte público, se houver assentos fixos e/ou apoios	X					8.2.1.2	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		isquiáticos, há também espaço para P.C.R com dimensões de 0,80 m x 1,20 m?								
	208	A sinalização informativa referente às linhas disponíveis nos pontos de ônibus utiliza pelo menos duas formas (visual, sonora e/ou tátil)?		X					8.2.1.3 5.2.7	
TELEFONES	209	Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, há pelo menos um telefone que transmita mensagens de texto (TDD) ou tecnologia similar, instalado a uma altura entre 0,75 m e 0,80 m do piso acabado?		X					8.3.2	
	210	Pelo menos um telefone de cada conjunto assegura dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, devidamente sinalizado?		X					8.3.1 8.1	
	211	Caso exista cabina telefônica, pelo menos uma é acessível e possui dimensões que garantem um M.R (0,80 m x 1,20 m) com aproximação frontal?		X					8.4.2	
	212	O telefone da cabina acessível está instalado suspenso, na parede oposta à entrada?		X					8.4.2	
	213	Em frente à cabina há espaço para rotação de 180° de cadeira de rodas (1,50 x 1,20 m)?		X					8.4.2	
VEGETAÇÃO	214	Se houver áreas drenantes de árvores invadindo as faixas livres do passeio, há grelhas de proteção, com vãos de no máximo 15 mm e niveladas em relação ao piso adjacente?		X					8.8.3	
BALCÕES DE ATENDIMENTO E/OU INFORMAÇÕES	215	O balcão de atendimento e/ou informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível?		X					9.2.1.1	
	216	Os balcões de atendimento e/ou informações acessíveis garantem um espaço de M.R frontal, e uma		X					9.2.1.2	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
 CNPJ: 01.612.999/0001-92
 Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



		circulação adjacente que permita raio de giro de 180°?							
	218	O balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80m e altura livre mínima de 0,73m, com profundidade livre mínima de 0,30m?		X					9.2.1.4
	219	Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?		X					9.2.3.4
	221	Os balcões possuem o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?		X					5.3.2.2
AUTO-ATENDIMENTO	222	As máquinas de autoatendimento estão localizadas em área de piso nivelado e sem obstruções?		X					9.4.3.2
	223	Pelo menos uma máquina de autoatendimento possui um M. R. para aproximação frontal e alcance visual frontal ou lateral, que atenda ao P. C. R.?		X					9.4.3.4
	224	Os controles estão localizados entre 0,80m e 1,20m do piso, com profundidade máxima de 0,30m em relação à face frontal externa da máquina de autoatendimento?		X					9.4.3.5
	225	A máquina de autoatendimento acessível apresenta instruções, informações visuais e auditivas ou táteis dentro do alcance visual do P. C. R.?		X					9.4.3.8
BEBEDOUROS	227	Os bebedouros estão instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?		X					8.5.1.2



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92
Av. Mário Nogueira Souza, s/n, Bairro Centro - CEP: 68647-000, Tracuateua-PA.



228	O bebedouro de 0,90m possui altura livre inferior de 0,73m e está garantindo um M. R. para aproximação frontal de P. C. R.?		X					8.5.1.3	
230	Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso?		X					8.5.2	
231	Para os modelos de bebedouro tipo garrafão, filtro, etc. o acionamento e área de manuseio dos copos estão posicionados a uma altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado, e permitem uma aproximação lateral de P. C. R.?		X					8.5.2	

* A ser preenchido pelo Proponente na entrega de documentação para a Mandatária / Concedente, referente a 1ª etapa de verificação (análise do Projeto Engenharia)

** Será verificado pelo Conveniente no Projeto Executivo de Acessibilidade

*** A Mandatária verificará somente os itens inseridos na rota acessível (indicada no projeto) marcados com "SIM" nos instrumentos de transferência com valor de repasse acima de R\$ 5 milhões.

N/A - Não se aplica; s-sim; n-não

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 10:48:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Joaquim de Lima Nunes Neto
Arquiteto e Urbanista
CAU A 75.354-8



PREFEITURA DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA	
DLA Nº 004/2023	Local e Data de Expedição: Tracuateua / PA, 06/09/2023
A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Política Ambiental nº 319/2011, considerando a competência do Município em definir os critérios de exigibilidade do licenciamento ambiental, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade preconizada no §. 2º, art. do 2º, da Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e considerando ainda a RESOLUÇÃO Nº 165, DE 24 DE AGOSTO DE 2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.699, de 15 de setembro de 2021, que definiu os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de dispensa de licenciamento e dá outras providências. CONCEDE a presente DDLA, no âmbito Municipal, para:	
1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
RAZÃO SOCIAL/NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA-PA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL/RG:*****	CNPJ/CPF: 01.612.999/0001-92
ENDEREÇO COMPLETO: Avenida Mário Nogucira de Sousa, S/N, Centro	
MUNICÍPIO: TRACUATEUA	UF: Pará
CEP: 68647-000	
TELEFONE PARA CONTATO:	
2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE OU OBRA DISPENSADA	
LOCALIZAÇÃO: 1º2'33,97" S 46º57'0,27"W	MUNICÍPIO: TRACUATEUA
TIPOLOGIA: RODOVIA E RAMAIS	
ATIVIDADE: RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE ESTRADA VICINAL	
CNAE: *****	
UNIDADE DE MEDIDA DA ATIVIDADE: CPK – COMPRIMENTO (km)	
ÁREA DECLARADA: 12 km	
DISPOSIÇÕES GERAIS	
a) A DLA ora concedida não desobriga o requerente acima qualificado de obter as demais licenças e/ou autorizações legalmente exigíveis na esfera municipal, estadual ou federal, bem como outros atos autorizativos legalmente exigíveis.	
b) A obra ou empreendimento/atividade acima descrita deverá nas fases de instalação e operação:	
I. Considerar as legislações aplicáveis à obra ou empreendimento/atividade.	
II. Projetar a obra ou empreendimento/atividade considerando as Normas Brasileiras de Referência - NBR's que regulamentam a matéria, em especial as que abordam o tratamento dos efluentes líquidos e gasosos e a disposição final adequada dos resíduos sólidos.	
III. Adquirir material de emprego imediato na construção civil, bem como madeiras e outros insumos de fornecedores devidamente regularizados no órgão ambiental competente.	
IV. Possuir a Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga, quando for o caso	
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO	
RG: 2274475	CPF: 267.463.102-03
DISPOSIÇÕES FINAIS	
a) Declaro, na qualidade de representante legal que as informações por mim fornecidas nessa DLA são VERDADEIRAS e que o empreendimento/atividade ou obra acima descrita atende o disposto na Resolução COEMA nº165/2021.	
b) Fico ciente, através deste documento, que declarar fato que sabe ser inverídico, com a finalidade de fraudar este órgão ambiental, pode vir a constituir em infração na esfera administrativa, civil e penal.	
c) Esta declaração equivale ao protocolo mencionado no Art 3º da Resolução nº 165 do COEMA, em 24/03/2021.	


Assinatura do Declarante


Secretária M. de Meio Ambiente

Raiane Cristina Costa Leite
SEC MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DECRETO Nº 075/2022/GP/PMT
TRACUATEUA-PA



PLANO DE SUSTENTABILIDADE

1. APRESENTAÇÃO

Convênio: 938843/2022

Objeto: Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tracuateua

Valor Global: R\$ 1.930.000,00

Valor de repasse: R\$ 1.910.000,00

Valor de contrapartida: R\$ 20.000,00

Vigência: 36 meses

Início da vigência: 31/01/2023

2. OBJETIVOS DO CONVÊNIO

A necessidade de investimentos que possibilitem melhorias a acessibilidade e a trafegabilidade de vicinais de Tracuateua, vem sendo cada vez mais prioridade para a atual gestão.

A grande parte dos pequenos proprietários rurais de Tracuateua enfrentam dificuldades em transportar sua produção agrícola até os centros consumidores. Tal demanda dificulta o aumento tanto quantitativo como qualitativo da produção impossibilitando maior rentabilidade da atividade agrícola familiar ocasionada muitas vezes pelos baixos preços de venda de suas mercadorias estabelecido por atravessadores.

Economicamente a Recuperação de Estradas Vicinais, nestes trechos previstos em projeto (Cigano, Torres, Goiaval, Santa Maria e Ferreira), impactará no sentido de beneficiar as famílias de produtores da Agricultura Familiar e será um complemento da renda a partir da comercialização da produção, dinamizando as economias do Município, bem como facilitará o deslocamento entre as diversas localidades, o melhoramento a sua mobilidade.

Com a execução da obra de pavimentação, a Prefeitura objetiva:

1. Proporcionar aos trabalhadores rurais melhores condições para escoamento de sua produção agrícola e abastecimento de insumos.
2. Promover melhor integração entre as regiões conectadas pela via.
3. Implantação/ampliação de política de apoio aos agricultores locais.
4. Desenvolver a atividade produtiva de grãos;
5. Melhorar a infraestrutura das vias urbanas para impulsionar as atividades produtivas locais;



3. IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS

Com a chegada da pavimentação para as vicinais previstas, serão beneficiadas inúmeras famílias. Com a execução do convênio espera-se promover a permanência das famílias no campo aumentando a renda da agricultura familiar.

1. Criação de novos empreendimentos comerciais, como pequenos comércios e vendas da produção local, principalmente a farinha;
2. Incentivo ao consumo e investimentos, neste caso com novas opções e aparecimentos de pequenos estabelecimentos comerciais;
3. Aumento do número produtores rurais, com o incentivo de programas voltados para a produção da agricultura familiar;
4. Aumento da renda familiar das famílias de produtores, resultado do aumento e comercialização de produtos produzidos pela comunidade local;
5. Melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista a atual inexistência de drenagem nas vias, a qual implica em alagamentos nos períodos chuvosos.

4. DURABILIDADE E MANUTENÇÃO DO OBJETO

O objeto terá durabilidade de 5 anos, realizadas as manutenções semestrais

5. ARMAZENAMENTO E GARANTIA (BENS)

O convênio, se trata de obras e não prevê a aquisição e nem armazenamento de equipamentos.

6. CUSTOS E FONTES DE RECURSOS

Declaro, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, que o Município de Tracuateua /PA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.999/001-92, dispõe no orçamento do exercício vigente, do montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para participar a título de contrapartida do Contrato de Repasse que tem por objeto “RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS”, proposta cadastrada na Plataforma transferegov nº 938843/2022.

Declaramos, ainda, que o referido montante será comprometido através da seguinte rubrica orçamentária:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

End.: Av. Mario Nogueira de Souza, S/N, (Antiga Embrapa) CEP: 68647-000, Tracuateua (PA)

Órgão: 07.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Projeto/Atividade: 1027 – CONSTR., MANUT., e Recuperação de Estradas Vicinais e Pontes

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

7. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

FINANCEIRO	Insuficiência de recurso financeiro para manutenção/reparo do objeto	X			Garantir no PPA, a disponibilização de fundos para manutenção da recuperação de estradas vicinais.
HUMANO/TÉCNICO	Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/operacionalizar a manutenção do objeto concluído	X			Garantir através de concurso público ou contratação de forma temporária de mão de obra especializada para operar máquinas e equipamentos para
AMBIENTAL	Ocorrências de possíveis danos ambientais causados pela execução ou entrega do objeto	X			Apresentar soluções mitigadoras para minimizar os riscos de possíveis danos ao meio ambiente e Previsão de despesas no Orçamento Anual Municipal
TEMPO	Ausência ou insuficiência do prazo de garantia			X	
	Cancelamento de condições e garantias contratuais por perda de prazos.		X		
MATERIAL	Inexistência de assistência técnica especializada na região			X	
	Entrega do objeto defeituoso ou inacabado	X			No contrato deve ser previstas cláusulas de taxação de multas e juros por deficiência ou objeto inacabado e atrasos na execução do objeto..
FUNCIONALIDADE	Perda de utilidade/funcionalidade antes do término da expectativa de vida útil do objeto	X			Elaborar plano de manutenção preventiva para a manutenção periódica de estradas vicinais.

8. ÓRGÃOS E ENTIDADES RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte do Município de Tracuateua/PA.

Tracuateua, 05 de novembro de 2024.


JOSÉ BRAULIO DA COSTA
Prefeito Municipal

José Brawlio da Costa
Prefeito Municipal
Tracuateua/PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

Declaração de Área de Uso Comum do Povo

Eu, JOSÉ BRÁULIO DA COSTA, CPF 024.460.812-15, RG 279079-Marinha/RJ, Prefeito do Município de Tracuateua-PA, DECLARO, sob as penas da lei, que a área situada Comunidade do Cigano, Torres, Goiaval, Santa Maria e Ferreira, área rural de Tracuateua, onde será executada a obra do convênio 938843/2022 cujo objeto é **Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tracuateua**, é bem de uso comum do povo pertencente ao Município de Tracuateua, Estado do Pará, CNPJ: 01.612.999/0001-92, de acordo com a Constituição Federal e os arts. 98 e 99 do Código Civil, e não possui matrícula em cartório de registro de imóveis, conforme disposto na Lei nº 6.015, de 31/12/1973.

Por ser verdade, firmo a presente no exercício do respectivo cargo.

Tracuateua/PA, 05 de novembro de 2024.

JOSÉ BRÁULIO DA COSTA
Prefeito Municipal
José Bráulio da Costa
Prefeito Municipal
Tracuateua/PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

DECLARAÇÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO DE OBRA

Declaro para os devidos fins e sob pena da Lei, que o regime de execução da obra **de Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tracuateua no Município de Tracuateua-PA**, objeto do Convênio 938843/2022 – Operação 1086234-46, a ser realizada com os recursos do Ministério da Cultura com contrapartida do município, será executado por **empregada global**.

Tracuateua-PA, 05 de novembro de 2024.


JOSÉ BRAULIO DA COSTA
Prefeito Municipal
José Braulio da Costa
Prefeito Municipal
Tracuateua/PA

End.: Avenida Mario Nogueira de Souza, S/N (Antiga Embrapa)
CEP: 68647-000, Tracuateua (PA)




ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE EM ACESSIBILIDADE


Eu, JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO – CAU N° A 75.354-8, DECLARO, na qualidade de representante da Prefeitura Municipal de Tracuateua, CNPJ nº CNPJ: 01.612.999/0001-92, Responsável Técnico pelo Projeto **Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tracuateua**, vinculado ao convênio ou contrato de repasse nº 938843/2022, para fins do disposto no Anexo I da Instrução Normativa nº 2, de 09 de outubro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que foram atendidos os itens de acessibilidade constantes da Lista de Verificação de Acessibilidade anexa.

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes, conhecimento técnico e informações para firmá-la.

Tracuateua-PA, 05 de novembro de 2024.


JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
CAU N° A 75.354-8

Joaquim de Lima Nunes Neto
CPF: 267.463.102-30
CAU BRA 75354-8
ARQUITETO E URBANISTA


JOSE BRAULIO DA COSTA
Prefeito Municipal

José Bráulio da Costa
Prefeito Municipal
Tracuateua/PA

End.: Avenida Mario Nogueira de Souza, S/N (Antiga Embrapa)
CEP: 68647-000, Tracuateua (PA)



Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO
1086234-46 / 2023

Nº SICONV
938843

PROponente / Tomador
MUNICÍPIO DE TRACUATEUA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS / ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	50,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,01%
Seguro e Garantia	SG	0,40%
Risco	R	0,56%
Despesas Financeiras	DF	1,11%
Lucro	L	7,30%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,50%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	21,35%
BDI COM desoneração	BDI DES	27,46%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

TRACUATEUA / PA

Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024

Data

Documento assinado digitalmente



JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
Data: 19/11/2024 11:34:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico

Nome: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT 13473578****Registro de Responsabilidade Técnica - RRT****1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome Civil/Social: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 267.XXX.XXX-30

Nº do Registro: 000A753548

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13473578R01CT001

Data de Cadastro: 19/11/2024

Data de Registro: 19/11/2024

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: RETIFICADOR

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

DOCUMENTO ISENTO DE PAGAMENTO

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público

Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-92

Data de Início: 05/09/2023

Data de Previsão de Término: 22/09/2023

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

Tipo Logradouro: RAMAL

Logradouro: RAMAL 1 QUE LIGA AS COMUNIDADES DO CIGANO TORRES E
GOIAVAL RAMAL 2 SANTA MARIA E FERREIRA

Bairro: MEIO RURAL

CEP: 68647000

Nº: SN

Complemento: MEIO RURAL

Cidade/UF: TRACUATEUA/PA

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Quantidade: 1,00

Unidade: unidade

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e
pavimentação

Quantidade: 84.000,00

Unidade: metro cúbico

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e
pavimentação

Quantidade: 13.943,38

Unidade: metro cúbico

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e
pavimentação

Quantidade: 14.400,00

Unidade: metro cúbico

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e
pavimentação

Quantidade: 72.000,00

Unidade: metro quadrado

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e
pavimentação

Quantidade: 42,00

Unidade: metro

**Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**

Grupo: PROJETO	Quantidade: 12,00
Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação	Unidade: metro
Grupo: PROJETO	Quantidade: 1,00
Atividade: 1.7.1 - Memorial descritivo	Unidade: unidade
Grupo: PROJETO	Quantidade: 84.000,00
Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação	Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

EMIÇÃO DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT, PERANTE O CAU- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, REFERENTE A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA, PREVENDO OS SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, CARGA, E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1a. CATEGORIA COM. DMT 5000 M C/CARREG, REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO, COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% PROCTOR NORMAL, SUB-BASE DE SOLO ESTABILIZADO GRANUL. SEM MISTURA, ASSENTAMENTO DE CORPO BSTC D=1,00 m AC/BC/PC E ASSENTAMENTO DE BOCA BSTC D=1,00 m NORMAL AC/BC/PC, BEM COMO A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro a não exigibilidade de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI13473578R01CT001	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA	RETIFICADOR	19/11/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO, registro CAU nº 000A753548, na data e hora: 2024-11-19 12:27:56, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 267.XXX.XXX-30

Nº do Registro: 000A753548

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13849612R01CT001

Data de Cadastro: 20/11/2024

Data de Registro: 20/11/2024

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: RETIFICADOR

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

DOCUMENTO ISENTO DE PAGAMENTO

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público

Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-92

Data de Início: 01/12/2023

Data de Previsão de Término: 05/01/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

Tipo Logradouro: RAMAL

Logradouro: RAMAL 1 QUE LIGA AS COMUNIDADES DO CIGANO TORRES E
GOIAVAL RAMAL 2 SANTA MARIA E FERREIRA

Bairro: MEIO RURAL

CEP: 68647000

Nº: SN

Complemento: MEIO RURAL

Cidade/UF: TRACUATEUA/PA

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

Atividade: 4.1.4 - Levantamento topográfico planialtimétrico

Quantidade: 12.000,00

Unidade: metro

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

EMIÇÃO DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT, PERANTE O CAU- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, REFERENTE A ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO (TOPOGRAFICO) NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA, PARA OS RAMAIS DO CIGANO, GOIAVAL, TORRES, SANTA MARIA E FERREIRA.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT 13849612**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI13849612R01CT001	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA	RETIFICADOR	20/11/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO, registro CAU nº 000A753548, na data e hora: 2024-11-20 17:55:19, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO – II

TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE
TRACUATEUA, NO ESTADO DO PARÁ**
CONTRATO DE REPASSE Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA

End: RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, TODOS
LOCALIZADOS EM MEIO URBANO NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA/PA.



1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

O presente termo de referência se refere à execução das obras e serviços correspondentes à Obra de Adequação de estradas Vicinais que escoam a produção agropecuária no município de Tracuateua - PA, compreendendo fornecimento de materiais, mão-de-obra conforme leis e encargos sociais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, impostos, licenças e taxas; bem como todas as despesas necessárias à completa execução da obra, pela CONTRATADA.

As estradas contempladas para recebimento dos serviços de recuperação e manutenção são as listadas a seguir:

RAMAL	NºDO	NOME/COMUNIDA	DIMENSÕES DA VICINAL		ÁREA aprox. - m ²	COORDENADAS GEOGRÁFICAS			
	MAPA/IMAGEM		DES ATENDIDAS	COMPR-M		LARG-M	PONTO INICIAL		PONTO FINAL
		LATITUDE					LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
1	P1 - P2	CIGANO,TORRES E GOIAVAL	9 000,00	6,00	54 000,00	1°4'9.57"S	46°54'44.24"W	1° 0'24.85"S	46°55'33.92"W
2	P1 - P2	SANTA MARIA E FERREIRA	3 000,00	6,00	18 000,00	1°2'33.97"S	46°56'48.96"W	1°0'45.39"S	46°57'0.27"W
TOTAL			12 000,00		72 000,00				

A obra projetada contempla a recuperação e manutenção de estradas vicinais que compreende uma extensão total de **12.000 m** (doze mil metros), visando proporcionar uma melhor mobilidade, trafegabilidade, contribuindo para segurança e fluidez ao tráfego nos trechos, beneficiando diretamente inúmeras famílias que vivem e dependem da agricultura.

2. OBSERVAÇÕES GERAIS.

O presente termo de referência estabelece as condições técnicas a serem obedecidas, no processo de contratação da empresa e no processo de execução dos serviços, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos nas etapas que constituirão parte integrante dos contratos.

Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos, com as prescrições contidas nas especificações técnicas, com as normas técnicas da **ABNT**, outras normas abaixo citadas em cada caso particular ou suas sucessoras e legislações Federal, Estadual, Municipal e outras pertinentes.

As informações neste texto prevalecem, em caso de interpretações dúbias, sobre quaisquer outras normas ou especificações.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



MANUAIS, NORMAS E ESPECIFICAÇÕES A SEREM UTILIZADAS

- *Além das especificações aqui apresentadas para cada tipo de serviço previsto no projeto, em caso de dúvida ou omissão, passam a valer as seguintes especificações;*
- *Manual de Instruções Ambientais – DNIT – ISA - 07*
- *Manual de Implantação Básica do DNIT*
- *Elaboração de Diário de Obra do DNIT- Procedimentos- DNIT-097/2007-PRO;*
- *Normas e Especificações do DNIT;*
 - *104/2009 – ES: Serviços preliminares;*
 - *106/2009 – ES: Terraplenagem – cortes;*
 - *098/2007 – ES: Base estabiliz. Granul. c/ solo laterítico;*
 - *023/2006 – ES: Bueiros tubulares de concreto.*

Especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas nas suas últimas versões e as normas complementares as mesmas;

A execução, bem como os novos projetos, os projetos de complementações, alterações, cadastramentos, etc., deverão ser registrados no **CREA OU CAU**, através de ART ou RRT específico para cada caso, atribuição e competência.

3. JUSTIFICATIVA

As estradas vicinais do município de Tracuateua são fundamentais para o escoamento da produção agropecuária produzida nas colônias e vilas do município, no entorno destas estradas encontram-se diversas comunidades que as utilizam para deslocamento de suas populações, inclusive o transporte e mobilidade de estudantes moradores dessas regiões. Hoje essas estradas encontram-se com patologias típicas de estradas com carência de manutenção, tais como: atoleiros, voçorocas e degradação da base, tais problemas potencializam-se com o período do inverno amazônico.

Tendo em vista todos estes problemas, é de substancial os serviços de manutenção e recuperação das referidas estradas, visando a melhoria da qualidade de vida dos munícipes que moram e trafegam ao longo destas. Além disso, as estradas necessitam de obras que permitam a correta drenagem e passagem das águas de um lado ao outro do corpo estradal, que se subdividem em duas categorias: obras de arte correntes e obras de arte especiais.

A execução do serviço de compactação do aterro, que deverá ser executado em camadas compactadas, obedecendo aos procedimentos construtivos da ABNT, exigidos pela fiscalização. Portanto, o objetivo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



da melhoria destas estradas é fomentar ações voltadas à inclusão social, mobilidade urbana, o comércio de mercadorias e à salubridade dos usuários, que beneficie diretamente a circulação de mercadorias e transeuntes, acessibilidade e a mobilidade urbana e rural.

A comercialização dos produtos oriundos das diversas fontes de produção agropecuária, incluindo circulação de veículos e pedestres, melhorando a intervenção atendendo aos deslocamentos dos moradores de Tracuateua e outros municípios e comunidades adjacentes.

4. EXECUÇÃO E CONTROLE.

4.1 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- A execução dos serviços obedecerá às presentes especificações e seus anexos, aos projetos e demais detalhes técnicos e instruções fornecidas pela CONTRATANTE no curso das obras.
- Caso haja indicações conflitantes entre o projeto e a presente especificação, fica definido que as normas e especificações prevalecerão sobre o projeto, exceto quando houver recomendação expressa em contrário.
- Em caso de divergência entre cotas assinaladas nos desenhos/projetos e suas dimensões medidas em escalas, prevalecem sempre às cotas.
- Quando ocorrer dúvidas ou omissão nos projetos/desenhos e/ou especificações, a Fiscalização/Gerência deverá ser consultada para os devidos esclarecimentos, que comunicará, por escrito à contratada, a solução adotada de maneira a atender sua viabilidade técnica.
- Onde forem aplicáveis e não estiverem conflitantes com as presentes normas e especificações, deverá ser obedecido o requisito das normas específicas da ABNT, DNIT.
- Toda documentação técnica fornecida à Contratada é entregue sob reserva de qualquer lapso que por ventura contiverem e não servirão de argumento à mesma para que se exclua da responsabilidade completa e perfeita execução dos serviços.
- Não é permitida a execução dos serviços, objeto desta especificação:
 - a) sem a implantação física dos “off-sets”, demarcando a área de execução dos serviços;
 - b) sem a implantação prévia da sinalização da obra, conforme Normas de Segurança para Trabalhos em Rodovias da CAIXA-PA;
 - c) sem o devido licenciamento e/ou autorização ambiental, conforme Manual de Instruções Ambientais para Obras Rodoviárias dadas como referência desta especificação da CAIXA-PA.
 - d) em dias de chuva.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- As medidas necessárias em relação a preservação do meio ambiente, deverá seguir o descrito no Manual de Instruções Ambientais do DNIT.
- Todo o equipamento, antes do início da execução dos serviços, deve ser cuidadosamente examinado e aprovado pela PMT – Prefeitura Municipal de Tracuateua, sem o que não é dada a autorização para o seu início.
- Após finalização dos serviços, a Fiscalização / Gerência efetuará a Vistoria Final dos serviços executados.
- É obrigatória a visita de representante da Contratada, ao local no qual serão realizados os serviços de Conservação e Recuperação de segmentos da Rodovia, antes do início dos mesmos. Todas as condições locais deverão então ser adequadamente observadas, devendo ser pesquisados todos os dados e elementos que possam ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão atendidas solicitações durante os serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho.
- Caberá ainda à Contratada fazer um levantamento no local, antes do início da obra, para melhor avaliar os serviços que serão executados.
- A Pessoa Jurídica Contratada para a execução de serviços de engenharia estará obrigada a:
 - Executar com perfeição e segurança todos os trabalhos descritos, indicados ou mencionados nas normas e especificações e nos desenhos que compõem o projeto, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento da obra, obrigando-se a repará-lo de imediato;
 - Quando qualquer material não obedecendo às exigências das especificações ou projetos tiver sido entregue no local das obras ou incorporados ao serviço, ou quando qualquer serviço for considerado de qualidade inferior, tais materiais ou serviços devem ser considerados insatisfatórios, devendo ser removidos, refeitos e tornando-os satisfatórios;
 - Responsabilizar-se por quaisquer serviços ou materiais necessários à execução ou funcionamento adequados das instalações, mesmo quando não expressamente indicados em projeto, especificações técnicas ou planilha de preços;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- Comunicar por escrito a CONTRATANTE, quaisquer erros ou incoerências verificadas no projeto, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza;
- A CONTRATADA poderá propor as modificações ao projeto que julgar úteis à execução da obra, devendo para esse fim apresentar todos os elementos de caráter técnico e administrativo, necessários à sua apreciação e aprovação por escrito da FISCALIZAÇÃO;
- Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo-lhe vetado sub-empiteira totalmente os serviços, admitindo-se, porém, sub-empiteiradas relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do sub-empiteiro, a critério da FISCALIZAÇÃO;
- Submeter à aprovação da CONTRATANTE o nome do profissional responsável pela execução da obra, que deverá dar assistência permanente à mesma;
- Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a FISCALIZAÇÃO / GERÊNCIA, no interesse da obra, julgue inadequado à consecução dos serviços, sem que justifique, nestas situações, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;
- Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;
- Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução dos serviços;
- Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, provenientes da execução da obra;
- Apresentar com antecedência, à FISCALIZAÇÃO, amostras dos materiais a utilizar que, uma vez aprovadas, passarão a fazer parte do mostruário oficial da obra, para fins de confrontação com partidas de fornecimento;
- Retirar da área de influência da obra os materiais não especificados ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO;
- Encaminhar a CONTRATANTE, cronograma, quadros demonstrativos de produção, análises realizadas e outros elementos informativos relativos aos serviços contratados;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- Fornecer cópia do resultado de testes de materiais ou serviços, a seu cargo, à FISCALIZAÇÃO, sendo que os referidos testes serão executados com assistência da FISCALIZAÇÃO, cabendo a esta aprovar, previamente, os testes respectivos;
 - De comum acordo com a CONTRATANTE, planejar, construir e manter em boas condições de higiene e segurança, a critério da FISCALIZAÇÃO, as instalações do canteiro de obra;
 - Transportar, manusear, e armazenar, com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quebras, os vários materiais a empregar na obra, sendo que àqueles sujeitos a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverão ser guardados em ambientes adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização;
 - Sempre que a utilização da obra depender de aprovação de outras entidades (concessionárias locais) esta aprovação deverá ser obtida em tempo hábil, para não atrasar o início da utilização, que coincidirá com a entrega da obra, cabendo-lhe ainda, providenciar as vistorias, testes e aprovações de materiais, equipamentos e instalações exigidos por aquelas entidades, quando for o caso, arcando com o pagamento das taxas e emolumentos correspondentes.
-
- Na proposta para a execução das obras, a Contratada deverá apresentar as composições de Custos Unitários para todos os serviços, bem como a composição da parcela referente aos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.
 - Nos preços unitários finais, deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como: aquisição de materiais, emprego de equipamentos, instalação e manutenção de canteiro, mão-de-obra, encargos sociais, seguros, controles tecnológicos e topográficos, etc.

4.2 - MATERIAIS:

- A não ser quando especificado em contrário, todo o material a ser empregado estará sujeito a ter o seu controle de qualidade verificado pela CAIXA ou seus prepostos, nas dependências de fabricantes ou, eventualmente, de seus fornecedores. Esses materiais, também, deverão estar



de acordo com as exigências das Normas e Especificações, sendo expressamente vetado o uso de material improvisado em substituição ao especificado.

- A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos no canteiro da obra antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu critério, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução da obra, serão retiradas as amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais.
- Quando houver motivos para a substituição de um material especificado por outro, a Contratada, em tempo hábil, apresentará, por escrito, à Fiscalização, se aprovar, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só poderá se efetivar quando a Contratada firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para a Contratante.
- Além disso, a Contratada deverá apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório idôneo, a critério da Contratante.
- Quando no projeto constar à marca, nome de fabricante ou tipo de material, estas indicações destinam-se a definir o tipo e o padrão de qualidade requeridos, podendo ser aceitos produtos equivalentes, devendo o pedido de substituição obedecer ao disposto no parágrafo anterior, mas tratando-se de materiais que evidenciam-se no âmbito estético da obra os materiais proposto em substituição deverão harmonizar-se com os demais, a critério da Fiscalização.

4.3 - SEGURANÇA:

- A execução da obra deverá ser realizada com a adoção de todas medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Contratada e observadas as leis em vigor.
- Deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e de metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestre.
- Se for necessário durante a execução dos serviços o emprego de materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, a Fiscalização deverá ser antecipadamente notificada, e deverá opinar por escrito sobre as medidas de segurança propostas pela Contratada, quanto guarda e emprego do referido material.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- Compete a Contratada tornar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.
- A Fiscalização poderá exigir da Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.
- A Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da obra e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.
- A Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.
- A Contratada submeter-se-á as medidas de segurança exigidas pelo local onde se realizarem os serviços.

4.4 - FISCALIZAÇÃO:

- A Obra será Fiscalizada / Gerenciada por intermédio de engenheiro(s) credenciado(s) pela CAIXA e, respectivos auxiliares e Consultoria, quando for o caso.
- Não poderá, em hipótese alguma, ser alegado como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições destas especificações e do contrato, das recomendações dos fabricantes quanto à correta aplicação dos materiais, bem como de tudo o contido no projeto e nas normas e especificações aqui mencionadas.
- A Contratada deverá acatar de modo imediato as ordens da CAIXA, dentro destas especificações e do contrato.
- Ficam reservados a CAIXA o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso e omissos não previsto no contrato, nestas especificações, no projeto e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a Obra em questão e seus complementos.
- A Contratada deverá, permanentemente, ter e colocar à disposição da CAIXA os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações da Obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de



medições para efeito de faturamento e ainda independentemente do estado da Obra e do canteiro de trabalho.

- A atuação da CAIXA em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne às Obras e/ou fornecimentos e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentações vigentes.
- A CAIXA poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela Contratada, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da Obra.
- Pela Contratada, a condução geral da Obra ficará a cargo de pelo menos um engenheiro registrado e apto junto ao CREA-PA.
- Todas as ordens dadas pela CAIXA ao engenheiro condutor da Obra serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à Contratada; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo referido engenheiro, ou ainda omissões de responsabilidade do mesmo, serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido tomadas pela Contratada.
- A Contratada deverá manter na Obra, livro de ocorrências com todas as páginas numeradas e rubricadas pela CAIXA, onde serão anotados fatos cujos registros sejam considerados necessários.
- A CAIXA terá direito de exigir pessoal e equipamentos adequados e em quantidades suficientes, de modo a dar atendimento ao nível de qualidade desta especificação técnica, bem como para obedecer ao cronograma do contrato.
- A Contratada só poderá iniciar qualquer serviço, devidamente autorizada em documento próprio onde deve constar a descrição dos serviços.

4.5 – ENTREGA E SERVIÇOS DE GARANTIAS:

- Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, para verificação final da Contratante.
- Todas as instalações provisórias deverão ser desmontadas e retiradas do local ao término dos serviços, quando convier ao Contratante.
- Todo o entulho e restos de materiais deverão ser retirados de local da obra às expensas da Contratada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- Quanto à garantia, a Contratada deverá garantir, irrestrita e ilimitadamente, o perfeito funcionamento da obra em um período, conforme lei das licitações, a contar da data do Termo de Recebimento, emitido pela CAIXA.
- Os períodos de garantia serão suspensos, a partir da constatação de defeito, pela CAIXA, até a efetiva correção do mesmo, pela Contratada. Na hipótese de reparos em serviços, um novo período de garantia será iniciado somente para o item substituído, contando-se o prazo a partir da aceitação pela CAIXA.
- A garantia, aqui prestada, cobre quaisquer defeitos provenientes de quaisquer erros ou omissões da contratada, em especial, decorrentes do erro de concepção de projeto, de matéria-prima, de fabricação, de montagem, de coordenação técnica e administrativa. Esta garantia exclui, todavia, danos ou defeitos resultantes do desgaste normal; do uso anormal dos equipamentos; de carga excessiva; de influência de ação química ou eletroquímica; de fundações e/ou serviços de obras civis inadequados e de outras razões fora do controle da contratada.
- Caso a Contratada deixe de tomar providências necessárias à reposição ou correção dos materiais / serviços e equipamentos dentro do prazo fixado de comum acordo com a CAIXA, após recebimento de aviso, por escrito, a CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, substituir ou corrigir esses equipamentos, materiais, e serviços conforme o caso, debitando à Contratada, permanecendo a mesma, para todos os fins, como responsável pelo perfeito desempenho desses materiais e equipamentos, não se alterando a garantia geral neste fornecimento.
- A garantia aqui definida, em nenhuma hipótese será alterada, sendo aprovações de projetos, fiscalizações ou inspeções, exercidas pela CAIXA, não ilidirão a total e exclusiva responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade de fabricação, dos materiais e serviços por ela fornecidos ou prestados.

4.6 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- Os serviços, executados e recebidos, são medidos conforme a memória de campo expedida pela Fiscalização / Gerência da obra. Cópias das folhas de testes, avaliações e medições realizadas.

4.7 – PRAZOS:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- O prazo para a execução dos serviços será de 240 **(duzentos e quarenta)** dias, a partir da emissão da Ordem de Serviço, que deverão ser rigorosamente cumpridos, independentemente de dificuldades relativas a fornecimento de materiais, clima ou outras que porventura venham a ocorrer.

Observação:

Após a assinatura do contrato e antes do início da Obra, o engenheiro da CONTRATADA deverá entrar em contato com o ENGENHEIRO FISCAL da Prefeitura, para de comum acordo definir os planos de execução da Obra, para que os prazos sejam atendidos.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

a) Certidão de Registro e quitação da empresa e do seu responsável técnico na entidade profissional competente CAU-BR/PA ou CREA/PA, do ano em curso de 2023. As empresas, sediadas fora do Estado do Pará, deverão apresentar comprovação de visto emitido pelo CREA/PA, nas suas certidões de Registro e Regularidade da Empresa junto ao órgão acima citado, de acordo com o art. 69 da Lei 5.194/66 e art. 1 da Res. 265/79-CONFEA;

b) Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a empresa e o seu responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessária a comprovação de realização dos serviços executados destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada.

b.1) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

b.1.1) Nome do contratado e do contratante;

b.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CAU e/ou CREA;

b.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)

b.1.4) Localização da obra ou dos serviços;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



b.1.5) Serviços executados – **ADEQUAÇÃO DE ESTARDAS VICINAIS** - mínimo de 36.000,00m², **com quantidades iguais ou superiores aos quantitativos solicitados;**

b.1.6) Data do início e término dos serviços.

c) Atestado(s) de capacidade técnica-operacional que comprove(m) que a licitante tenha executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessária a comprovação de realização dos serviços destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada.

c.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

c.1.1) Nome do contratado e do contratante;

c.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CAU ou CREA;

c.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)

c.1.4) Localização da obra ou dos serviços;

c.1.5) Serviços executados: BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA., mínimo de 7.200,00m³ **com quantidades iguais ou superiores aos quantitativos solicitados.**

c.1.6) Data do início e término dos serviços.

d) Comprovação de capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo /CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome da licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), relativo à execução dos serviços que compõem os itens de relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

Os serviços considerados de maior relevância para fins deste Edital serão:

Item	Descrição	Unid	Exigível
1	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM SOLO ARENOSO COM MATERIAL DE JAZIDA.	M ³	14.400,00
2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m ³	M ³	13.943,38
3	Regularização do subleito	M ²	84.000,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
TRANSPORTES
CNPJ: 01.612.999/0001-92



4	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	M³	14.400,00
---	---	----	-----------

e) Para comprovação da capacitação técnica da licitante e dos profissionais vinculados, serão aceitos CAT – Certidão de Acervo Técnico com Atestado de Conclusão, desde que o(s) mesmo(s) tenha(m) sido expedido(s) pelo(s) Conselho(s) de classe em data anterior a publicação do edital.

f) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, DESCRIVER OS PROFISSIONAIS detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente acompanhado(s) das respectivas Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) (CAT), expedido(s) pelo CAU e/ou CREA da unidade da Federação em que foi realizado o serviço

Notas técnicas:

1 - Para efeito de comprovação da capacidade técnica da licitante e dos profissionais vinculados, somente serão aceito CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO DE CONCLUSÃO, desde que o(s) mesmo(s) tenham sido expedido(s) pelo(s) conselho(s) de classe em data anterior a publicação do edital.

2 - Os quantitativos relacionados aos critérios de maior relevância, estão discriminados na tabela acima, que correspondem a 50% dos serviços previstos na planilha orçamentária.

Tracuateua, novembro de 2024.

Joaquim de Lima Nunes Neto
Arquiteto e Urbanista/SEMINT/PMT
CAU A 75.354-8



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO – III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.9999/0001-92

ETP Nº 004/2024-SEPLAN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, LOCALIZADA SITO NOS RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, ZONA RURAL DE TRACUATEUA/PA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.9999/0001-92

TRACUATEUA/PA.

INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa apresentar uma análise preliminar e justificativa técnica para a execução da obra de Adequação de Estradas Vicinais no Município de Tracuateua, todas localizadas na zona rural do município de Tracuateua, Pará. O projeto será financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com um valor estimado de repasse de R\$ 1.910.000,00 (hum milhão e novecentos e dez mil reais), e como contrapartida municipal o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalizando o valor de R\$ 1.930.000,00 (um milhão novecentos e trinta mil reais). A obra visa melhorar a infraestrutura de transporte na região, facilitando o escoamento da produção agrícola e o acesso das comunidades à cidade e aos serviços públicos.

Salienta-se que este Estudo Técnico Preliminar serve como base para o desenvolvimento do projeto executivo da obra de Adequação de Estradas Vicinais e deve ser complementado com as aprovações técnicas e licenças necessárias antes da execução.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, LOCALIZADA SITO NOS RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, ZONA RURAL DE TRACUATEUA/PA.

LOCALIZAÇÃO E IMAGEM

Os ramais ou estradas que sofrerão a intervenção, estão localizadas na zona rural de Tracuateua e são denominadas de ramal do Cigano, ramal dos Torres, ramal do Goiaval (totalizando 9km), ramal de Santa Maria e ramal do Ferreira (totalizando 3km).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.9999/0001-92

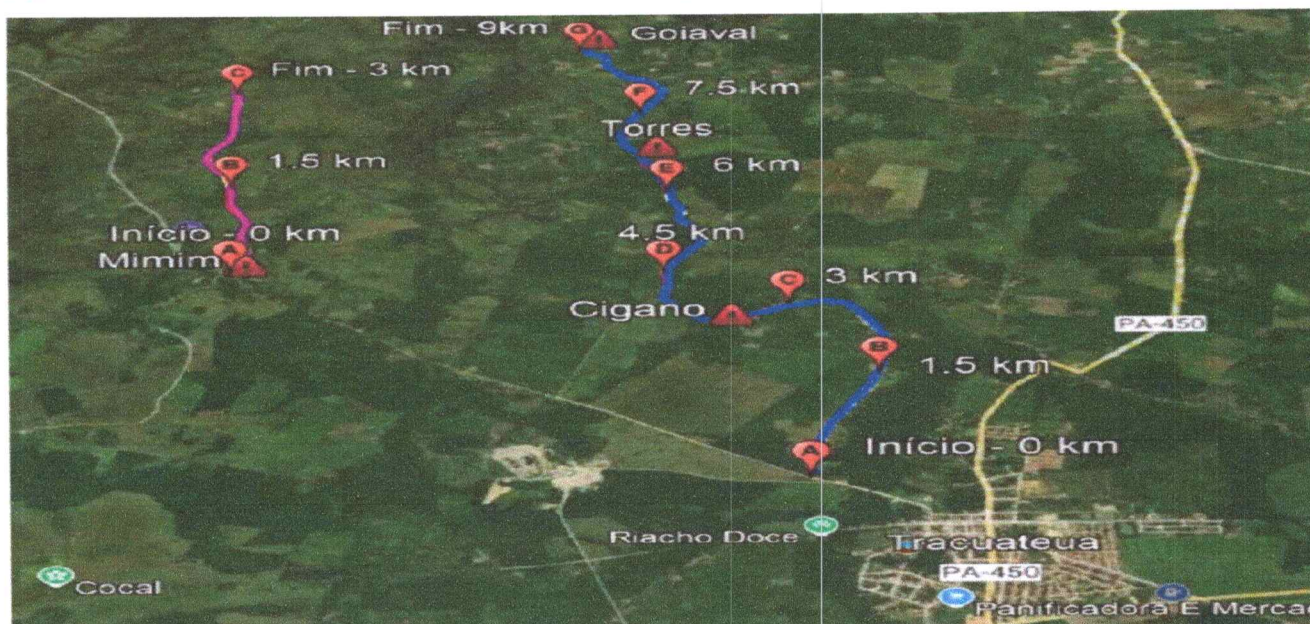


Imagem 01 – Imagem mostra os ramais que serão atendidos pela execução dos serviços.

1 – NECESSIDADE DA CONTRATADA

Há várias razões que podem levar à necessidade de realizar a adequação de vicinais dos ramais citados e algumas das justificativas, incluem:

- **Acessibilidade:** Melhoria das condições de trafegabilidade para o transporte de produtos agrícolas, pecuários e outros bens essenciais, reduzindo os custos logísticos.
- **Qualidade de Vida:** Aumento da qualidade de vida das populações rurais, garantindo o acesso a serviços públicos, como saúde, educação e segurança.
- **Segurança:** Redução de acidentes e danos aos veículos e passageiros, uma vez que o ramal atual está em condições precárias.
- **Desenvolvimento Regional:** Fortalecimento da economia local por meio de uma maior integração entre as áreas produtivas e os centros urbanos.

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

O regime de execução da obra será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.



A contratação tem natureza de **SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA**, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea 'b', da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 - REQUISITOS TECNICOS DA CONTRATAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

3.1 – Elaboramos alguns requisitos e critérios de ordem técnica para a contratação e que deve ser levado em consideração para a elaboração do **Edital licitatório**.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- ✓ Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no objeto deste documento;
- ✓ Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- ✓ Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- ✓ Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- ✓ Empresa de engenharia para execução de serviços de adequação de vicinais contentos os diversos tipos de serviços inerentes a terraplenagem e conservação de vicinais, conforme quantitativos previstos nos projetos e das planilhas;
- ✓ Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- ✓ Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme os artigos 45 a 50 da Lei nº 12.378, de 2010.
- ✓ Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;



permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI ou SICRO. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública. Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico, Projeto Executivo e Termo de Referência.

6.1 – ESTIMATIVA DE CUSTOS LEVANTADOS.

ITEM	Contrato de Repasse Nº 938843/2022/MAPA/CAIXA		%
	Fonte dos Recursos	Recursos - R\$	
1	Gov. Federal/Mapa	1 910 000,00	98,96
2	Contrapartida - Semust/PMT	20 000,00	1,04
TOTAL		1 930 000,00	100,00

7- LEVANTAMENTO DE MERCADO

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

- ✓ Da modalidade de licitação "CONCORRÊNCIA".

A escolha da modalidade "Concorrência" se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.9999/0001-92

A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – JUSTIFICA TÉCNICA E ECONÔMICA

O serviço de afequação de vicinais (recuperação), objeto deste levantamento, envolve considerações técnicas e econômicas fundamentais no desenvolvimento dos serviços. Do ponto de vista técnico. É crucial que o objeto atenda à necessidade específica da prefeitura municipal de Tracuateua e do ambiente das comunidades beneficiadas. Isso implica considerar uma melhor trafegabilidade nas vilas ayendidas, sem contar em um escoamento da produção mais eficiente, gerando assim um melhor destaque ao município. O município de Tracuateua/Pa, possui 28.595 habitantes segundo o censo de 2022, tendo uma população considerável e carente de políticas públicas voltadas a melhorias de infraestrutura urbana e rural nas gestões anteriores, porém o cenário vem mudando. Vale ressaltar que a população sempre será de acordo com serviços que tragam benefícios ao município, seja da qual forma for. O serviço a ser executado será de fundamental importância para melhorar a trafegabilidade e o escoamento da produção agrícola do município perante a região nordeste. Do ponto de vista econômico, analisa-se a relação custo custo-benefício a curto prazo, pois o objeto necessita de custos operacionais como manutenções periódicas ao longo do seu ciclo de vida. Os serviços deverão atender as exigências de qualidade e eficácia da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de acordo com as normas técnicas vigentes.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO – PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução, para este caso é indicado, considerando que o município quer otimizar o tempo de construção deixando o gerenciamento da obra com a responsabilidade de diferentes contratadas, objetivando e resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados em 03 (três) pessoas jurídicas para uma maior eficiência dos serviços e otimização do tempo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.9999/0001-92

Após o planejamento deste estudo técnico, mostra-se viável a contratação por motivos técnicos. A execução do referido objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

A contratação se mostra viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de acordo com os termos pretendidos. Diante das justificativas acima expostas neste documento, declaramos viável a contratação para a execução do objeto em questão.

A justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho que o município de Tracuateua terá na eficiência após execução dos serviços. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente as demandas formuladas pela administração, os benefícios a serem alcançados são adequados conforme planejamento, os custos previstos são compatíveis com a realidade do município e os riscos envolvidos são administráveis. Portanto, considerando as informações do presente ETP entende-se que a presente contratação se configura como sendo tecnicamente viável.

Tracuateua, 09 de dezembro de 2024.

Arquiteto e Urbanista

Joaquim de Lima Nunes Neto

CAU A 75.354-8

CPF Nº 267.463.102-30

Joaquim de Lima Nunes Neto
CPF: 267.463.102-30
CAU BR A 75354-8
ARQUITETO E URBANISTA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO
CNPJ: 01.612.999/001-62

MAPA DE RISCO

PROCESSO N°: 004/2024 – SEPLAN/PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, LOCALIZADA SITO NOS RAMAIS DO CIGANO, TORRES, GOIAVAL, SANTA MARIA E FERREIRA, ZONA RURAL DE TRACUATEUA/PA.

UNIDADE(S) REQUISITANTE(S): SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

ÓRGÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA/PA.

Tracuateua/PA
Dezembro de 2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.999/001-62

MAPA DE RISCO

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCUÇÃO
Roubos ou furtos na Obra	Prejuízos gerados por segurança inadequada no canteiro de obras, gerando custos adicionais.	Aumento dos custos e do prazo de conclusão da obra.	Planejamento interno da empresa.	CONTRATADA
Incapacidade de gerenciamento de obras e serviços concomitantes.	Falta de mão de obra para cumprimento do prazo do contrato.	Aumento do prazo para conclusão da obra.	Gerenciamento de pessoas eficiente pela empresa e contratação de mão de obra em quantidade suficiente.	CONTRATADA
Atraso no repasse dos recursos decorrentes de convênio ou emendas com outros entes públicos ou parlamentares.	Atraso do repasse dos recursos inicialmente firmados para pagamentos da contratada para parcelas de medição.	Ausência de correção monetária/inflação do período de medição até o pagamento.	Provocação do ente que firmou o convênio com a Administração para verificação acerca do motivo do atraso do repasse.	CONTRATANTE
Variação excessiva dos custos dos materiais utilizados para execução da obra.	Alteração dos preços em razão de políticas fiscais ou tributárias aplicadas pelo Estado.	Impossibilidade de execução da obra pelo aumento excessivo do custo dos materiais.	Reequilíbrio econômico – Financeiro.	CONTRATANTE
Caso fortuito ou força maior	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior.	Impossibilidade de continuidade na execução da obra.	Reequilíbrio econômico – financeiro – contratação de seguro.	CONTRATANTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CNPJ: 01.612.999/001-62

Tracuateua, 09 de dezembro de 2024.

ARQUITETO E URBANISTA
JOAQUIM DE LIMA NUNES NETO
CAU A – 75-354-8



ANEXO – IV
MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/121301-PMT
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3.2024-XXXXX-PMT
CONTRATO Nº 2024XXXXXX-PMT

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE TRACUATEUA/PA,
POR INTERMÉDIO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE
TRACUATEUA E A EMPRESA

O MUNICIPIO DE TRACUATEUA/PA, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Av. Mario Nogueira de Sousa, S/Nº, Bairro: Antiga Embrapa, CEP: 68.647-000, na cidade de Tracuateua, Estado do Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.999/0001-92, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ BRAULIO DA COSTA, Prefeito Municipal, residente e domiciliado no neste município, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por seu representante legal Sr., residente e domiciliado....., tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

13.12. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para construção de um Pórtico na entrada da cidade de Tracuateua/PA, Localizado na Rua Hamilton João Pinheiro, conforme detalhado no Projeto Básico e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.13. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 13.13.1. O Termo de Referência;
- 13.13.2. O Edital da Licitação;
- 13.13.3. A Proposta do contratado;
- 13.13.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.14. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.15. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

13.16. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.17. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.18. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



13.19. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

13.20. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

13.21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

13.22. O valor Total da contratação é de R\$ (.....).

13.23. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

13.24. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e será de 30 (trinta) dias a partir das medições recebidas pelo fiscal do contrato, juntamente com a apresentação dos documentos fiscais de regularidade da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

13.25. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

13.26. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

13.27. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

13.27.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

13.28. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

13.29. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)



13.30. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

13.31. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

13.32. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

13.32.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

13.33. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

13.34. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.35. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.36. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

13.38. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.



13.39. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

13.40. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

13.41. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.42. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

13.43. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

13.44. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

13.45. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data da execução dos serviços, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

13.46. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

13.47. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

13.48. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.49. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

13.50. São obrigações do Contratante:

13.51. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.52. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.53. Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades, constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam, as mais adequadas;

13.54. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.55. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



13.56. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.57. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

13.58. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

13.59. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

13.59.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

13.59.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

13.59.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

13.59.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

13.59.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

13.59.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

13.60. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.61. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.61.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.62. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13.63. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.64. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.65. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

13.66. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.67. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.



13.67.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.68. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.69. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.70. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.71. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.72. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.73. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.74. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.75. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.76. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.77. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.78. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.79. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



- 13.80. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.81. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 13.82. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.83. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.84. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 13.85. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 13.86. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.87. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 13.88. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.89. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 13.90. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 13.91. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 13.92. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.93. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.94. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.95. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;



13.96. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.97. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

13.98. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.99. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.100. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.101. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.102. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.103. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.104. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.105. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.106. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.106.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

13.106.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.



CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.107. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.108. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.109. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.110. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.111. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.112. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.113. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.114. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.115. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.116. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.116.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.117. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.118. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.119. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Concorrência, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.120. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.121. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.122. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



13.123. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.123.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.123.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.123.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.124. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.125. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.126. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.127. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.128. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.129. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.130. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.131. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.132. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.132.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.133. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.133.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.133.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.133.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.134. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.134.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.134.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.134.3. Indenizações e multas.

13.135. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.136. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.137. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.138. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.139. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.139.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.139.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



13.140. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.141. O contratante poderá ainda:

13.141.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.141.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.142. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.143. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.144. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.145. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.146. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.147. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.147.1. Gestão/Unidade:

13.147.2. Fonte de Recursos:

13.147.3. Programa de Trabalho:

13.147.4. Elemento de Despesa:

13.147.5. Plano Interno:

13.147.6. Nota de Empenho:

13.148. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.149. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

13.150. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

13.151. Fica eleito o Foro da comarca de Bragança/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Tracuateua/PA,de de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____